

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 084

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
18 DE JUNHO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 019/2001

Curitiba, 12 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de fianças públicas vol-

tadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal, através de dispositivo expresso em seu artigo 35, impõe vedações para empréstimos entre entes da Federação, culminando com a interrupção das ações do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, sobrestando uma política que vem sendo reconhecida, inclusive, por agências de financiamento internacionais.

Esta medida prejudicou notadamente as municipalidades paranaenses, que tem no Fundo de Desenvolvimento, o principal suporte financeiro aos investimentos municipais.

Ciente do impacto causado, o Governo Federal, em 27 de março próximo passado, editou a Medida Provisória nº 2139-64, equiparando as Agências de Fomento às Instituições Financeiras, possibilitando, destarte, a continuidade de operações com o setor público.

O Banco Central editou as Resoluções nºs 002827 e 002828, em 30 do mesmo mês, estabelecendo critérios para a operacionalização das operações com o setor público.

Faz-se necessário um novo arranjo institucional no País, e em particular no Estado do Paraná, com o propósito de atender às determinações do Poder Central, a fim de que se dê continuidade às ações patrocinadas pelo FDU.

Assim, tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência e dos ilustres membros dessa Assembléia Legislativa, o projeto de lei incluso, autorizando o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, a aportar recursos financeiros para integralizar o capital social da Agência de Fomento do Paraná SA, passando sua vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Esta medida possibilitará a retomada das ações desenvolvidas pelo FDU em prol das municipalidades paranaenses, viabilizando a implementação de planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento urbano, sem prejuízo dos já em andamento na referida Agência.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - A Agência de Desenvolvimento do Paraná SA, instituída pela Lei nº 11741, de 19 de junho de 1997, alterada para Agência de Fomento do Paraná S.A. pela Lei nº 12419, de 13 de janeiro de 1999, passa a vincular-se à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, cujo titular integrará seu Conselho de Administração, na qualidade de Presidente.

Art. 2º - Fica o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8917, de 15 de dezembro de 1988, autorizado a aportar recursos financeiros, para integralização de capital social da Agência de Fomento do Paraná SA, os quais não integrarão a base de cálculo para efeitos do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 11741, de 19 de junho de 1997, alterado pela Lei nº 12401, de 30 de dezembro de 1998.

§ 1º - Os recursos, de que trata o *caput*, serão aportados na Agência de Fomento do Paraná SA, observada a legislação do Sistema Financeiro Nacional, devendo sua movimentação constar destacadamente em registro próprio, contemplando os recursos aportados, os retornos de empréstimos concedidos com a utilização desses recursos, incluindo juros e amortizações e também os resultados auferidos em aplicações financeiras.

§ 2º - Os recursos de que trata este artigo, deverão destinar-se exclusivamente, ao financiamento de ações voltadas ao desenvolvimento das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública paranaense.

§ 3º - Para atendimento ao disposto nesta lei, é elevado de 5 (cinco) para 6 (seis) o número de membros da diretoria de que trata o art. 5º, da Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, com a redação dada pela Lei nº 12.419, de 13 de janeiro de 1999.

§ 4º - Fica a cargo do Serviço Social Autônomo Paranaense, instituído pela Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, a responsabilidade pela execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública paranaense, a serem financiados pela Agência de Fomento do Paraná S.A., cujo detalhamento será objeto de instrumento específico a ser firmado entre as partes.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1923

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 219/2001, item 15 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei está entre as principais proposições já debatidas por este Legislativo Estadual em toda sua história, tamanho o seu alcance social e econô-

mico para o Estado do Paraná, especialmente para o interior, onde se desenvolve a quase totalidade da atividade agropecuária. Além disso, a presente proposição permite ao Governo do Paraná dar tratamento isonômico aos setores industrial e agropecuário e voltando às iniciativas já experimentadas no setor de transformação de produtos agropecuários, e cujos resultados foram satisfatórios, a ponto de terem sido aprovados pela quase totalidade do empresariado dos referidos setores.

Por termos posição histórica em favor da agropecuária e do desenvolvimento do interior do Estado, a partir do seu incremento quantitativo e qualitativo, bem como por termos participado de todos os debates organizados tendo por finalidade debater a questão, especialmente nos últimos meses, em razão da supressão de incentivos fiscais devido às interposições judiciais do Estado de São Paulo, não poderíamos deixar de desejar máxima urgência na apreciação, debate e aprovação da presente proposição.

Assim, acreditamos que, com a inversão da Ordem do Dia com vistas a permitir ao item 15 passar a item 1, estaremos contribuindo de modo a permitir a exaustiva discussão do tema.

Estas as razões do presente requerimento.

### REQUERIMENTO Nº 1910

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

### REQUERIMENTO Nº 1950

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM a constituição de uma Comissão Especial, composta por todos os parlamentares das regiões Oeste e Sudoeste do Estado e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para acompanhar o processo de fechamento da Estrada do Colono, ocorrido na última semana no Parque Nacional do Iguaçu.

Nestes termos pedem deferimento, conforme dispõe os artigos 34 e 35, incisos e parágrafos do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(aa) ELIO RUSCH, ADEMIR BIER, SÉRGIO SPADA, NEREU MOURA, CAÍTO QUINTANA, ELI GHELLERE, LUCIANA RAFAGNIN, ANTONIO BARATTER, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, CHICO NOROESTE e DUÍLIO GENARI.

## REQUERIMENTO Nº 1949

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER que a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa de Leis, proceda um levantamento sobre o nível de destruição do Rio Iguaçu, nas delimitações do Parque Nacional do Iguaçu, após a explosão da balsa feita pela Polícia Federal na semana passada, por cumprimento de ordem judicial para fechamento da Estrada do Colono.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO Nº 1911

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, à família de Milton Emilio Marques, falecido no último dia 17 de junho, no município de Rondon.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1912

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, à família de Wilson Perassoli, falecido no último dia 05 de junho, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1913

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, à família de Darci Guilherme Sordi, falecido no último dia 06 de junho, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1914

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, à família de João Vilela, falecido no último dia 05 de junho, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1915

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, à família de Adelaide Pereira de Miranda, falecida no último dia 10 de junho, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1916

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, à família de Ilson Muneratto, falecido no último dia 09 de junho, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1917

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, à família de Nelson Rodrigues Santos, falecido no último dia 08 de junho, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1918

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, à família de Gival Siqueira da Silva, falecido no último dia 10 de junho, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1919

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, à família de Maria Dolores Gonzales Rodrigues, falecida no último dia 06 de junho, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1926

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor

Antonio Vicente, ocorrido no dia 11 de junho do corrente, em Ivaiporã-PR.

Requer ainda que, do presente se dê ciência a seus familiares, através de sua esposa, senhora Augusta Roseli de Vicente, através de correspondência a ser encaminhada à Caixa Postal 106, CEP 86877-000, Romeópolis-PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1927

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Longuino Jukoski, ocorrido no dia 09 de junho do corrente, em Ivaiporã-PR.

Requer ainda que, do presente se dê ciência a seus familiares, através de sua esposa, senhora Maria Jukoski, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Diva Proença, 1035, CEP 86870-000 - Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1928

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Laurindo Bulgaron, ocorrido no dia 11 de junho do corrente, em Jandaia do Sul -PR.

Requer ainda que, do presente se dê ciência a seus familiares, através de sua esposa, senhora Rosalina Bulgaron, através de correspondência a ser encaminhada à Rua João Maximiano, s/nº Caixa Postal 119, CEP 86900-000, Jandaia do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1952

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Darci Schneider, que ocorreu no último dia 06 de junho.

Requer, ainda que do presente se dê ciência à sua mãe, Maria Nicolina Reis da Silva, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Azauri Guedes Pereira, 227, CEP 85990-000, Terra Roxa- PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 1953

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Nelson Alberto, que ocorreu no último dia 06 de junho.

Requer, ainda que do presente se dê ciência à sua mãe, Diva Alberto, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Paulo Furtado Lucena, 68, CEP 85990-000, Terra Roxa- PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 1954

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Carlos Alberto Bielsa, que ocorreu no último dia 06 de junho.

Requer, ainda que do presente se dê ciência à sua mãe, Ana Bielsa, através de correspondência a ser encaminhada ao distrito de São José - Vila Rural, CEP 85990-000, Terra Roxa- PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 1933

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar à família Dubiella, pelo falecimento, na tarde de domingo dia 17.06.2001, de um dos mais importantes fundadores do município de Mandirituba, senhor Carolino Dubiella do distrito de Ganchinho, deixando esposa, filhos e netos.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 1948

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta colenda Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Lauro Batista Diniz, aos 68 anos de vida.

Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de sua família. É uma grande perda para todos.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 1920

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Reverendíssimo Padre Mateus Hellman, vigário da Paróquia do município de Indianópolis, pela realização da Festa de Santo Antonio, dia 13 de junho, no citado município.

Pedimos enviar cópias ao prefeito municipal, senhor José Leopoldo Binder e a presidente da Câmara Municipal senhora Tânia Regina Garcia.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Entre os dias 16 e 17 de junho foi realizado no município de Indianópolis, a Festa de Santo Antonio, padroeiro daquela cidade.

O evento, um dos mais importantes do município contou com a presença de aproximadamente dez mil pessoas.

Parabenizamos todos os organizadores e autoridades locais pela brilhante iniciativa e pela justa homenagem.

## REQUERIMENTO Nº 1929

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao grande Oriente do Paraná, alusivo à posse dos novos Grão-Mestre e Grão Mestre Adjunto, ocorrida em 16.06.2001.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Grão-Mestre Ademilson José Miranda, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Antonio Martin de Araujo, 391 - CEP 80210-050 nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.06.2001

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 1939

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante município de Brasilândia do Sul, pela passagem do seu aniversário de emancipação política a ser comemorado no próximo dia 18 de junho.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao senhor Djalma Bozze dos Santos, prefeito municipal, (Av. Adão Arcângelo Dal Bem, 882- CEP 87595-000), ao vereador José Alves da Silva, presidente da Câmara Municipal (rua J.A. Souza, 255- CEP 87-595-000).

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) NELSON GARCIA

## REQUERIMENTO Nº 1945

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Ernesto Mikos e Maria Helena Padilha Mikos, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 1946

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Valdenir Krause e Roseli do Rocio Krause, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 1947

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Valdir Soares da Silva e Maria do Rocio

de Freitas da Silva, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1956

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão hoje, votos de congratulações à APAE de Apucarana, pela realização do 40º Encontro de APAE's, ocorrido nos dias 15, 16 e 17 de junho do corrente, na cidade de Apucarana.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente, senhor Valdenilson Vado Domingos da Costa, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Aviação, 2373 - CEP: 86812-470-050 - Apucarana-PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1958

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão hoje, votos de congratulações à nova Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Paraná, ocorrido no dia 04 de maio do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente, senhor Lauro Stellfeld Filho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 252, 7º andar - Conjunto 703 - CEP: 80010-10-Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1959

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Município de

Matinhos, pelos 34 anos de Emancipação Político-Administrativa, comemorado dia 12 de junho do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Acidino Ricardo Duarte, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Albanor Muller, 111 - CEP: 83260-000 - Matinhos-PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1960

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão hoje, votos de congratulações ao Núcleo de Medicina Veterinária da Lapa, que comemora hoje 20 anos de sua fundação.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente, senhor Aparecido Passarelli, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Aminthas de Barros, 232 - CEP: 83750-000 - Lapa - PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1936

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Clevelândia, pela passagem de seus 109 anos de emancipação política, dia 28 de junho de 2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Vanderlei Luiz Valério, prefeito municipal; à vice-prefeita, senhora Eneida Mari Bevilaqua Martins Losi, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e transmitam a toda a população de Clevelândia, as nossas homenagens.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com grande júbilo, toda a população de Clevelândia irá comemorar no próximo dia 28 do corrente, seus 109 anos de emancipação política.

Clevelândia, que já ultrapassou seu centenário de fundação sem perder as raízes, conservando as relíquias de seu passado, as tradições, o espírito de luta dos primeiros habitantes que lá chegaram, é hoje o resultado do esforço e do trabalho de sua gente, que continua dando sua contribuição para o constante desenvolvimento do Município.

Clevelândia pode orgulhar-se de seus filhos de ontem e de hoje, ali nascidos ou vindos de outras plagas, pois é um respeitável acervo de tradições que não se esgota nunca. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações.

A região sempre recebeu fluxo migratório, principalmente dos Estados vizinhos, pois a hospitalidade de nossa querida Clevelândia é sincera.

Nós, que acreditamos no dinamismo de nosso povo, sentimo-nos honrados em transmitir àquela laboriosa população, os cumprimentos efusivos nesta significativa data da comemoração de mais um aniversário de sua emancipação política.

Com esta proposição, queremos também nossa homenagem de gratidão a todos os seus administradores, que juntamente com suas representações estaduais, continuam contribuindo para o completo desenvolvimento de toda aquela região.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, compartilha da alegria dos clevelandenses na passagem de seus 109 anos de emancipação política, unindo suas vozes à de todos àqueles que confiam e esperam um futuro próspero e grandioso.

#### REQUERIMENTO Nº 1937

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Sport Clube Juventus, da cidade de Pato Branco, pela feliz iniciativa de construção e inauguração da nova cancha de bocha.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Presidente do Clube, senhor Germano Corona, para que receba e transmita aos demais Diretores, Conselheiros e associados do Sport Clube Juventus, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Sport Clube Juventus da cidade de Pato Branco, construiu e inaugurou uma nova cancha de bocha, com a presença deste deputado, do vice-prefeito municipal, senhor Oradi Coldato, do senhor Wilmar Macari - presidente em exercício da Câmara de Vereadores, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal do frei Nelson e grande número de associados.

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo. E o espírito, cansado da labuta diária, precisa de distrações que atuarão como desintoxicantes e lenitivo ao organismo exausto.

Recrear o espírito retemperá-lo para novos embates e novas lutas. Um arco que permanece sempre tenso, perderia sua elasticidade e tornar-se-ia inútil para o fim a que se destina.

Assim, o homem, cuja condição é trabalhar, em breve se veria inutilizado, se, por outro lado, não se entregasse ao recreio e à distração.

Se lançarmos os olhos à nossa volta, veremos que os povos que mais produzem, quer no terreno do trabalho

produtivo, quer nos arraiais do espírito, são aqueles que sabem dosar as horas de recreio com as da labuta diária.

Inaugurar, portanto, uma cancha de bocha no Sport Clube Juventus, cuja finalidade é proporcionar distração sadia ao espírito, é também prestar um relevante serviço social.

Ao presidente, senhor Germano Corona, aos demais diretores e conselheiros e a todos os sócios que lutaram pela construção e inauguração da cancha de bocha, os nossos aplausos por essa iniciativa feliz e os votos pelo progresso incessante da sociedade à qual dedicarão seus esforços.

#### REQUERIMENTO Nº 1930

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações ao senhor prefeito municipal da Lapa, Paulo Cesar Fiates Furiatti, extensivos ao vice-prefeito, ao padre Amélio Falarz, secretários, vereadores, demais autoridades constituídas e ao povo em geral, pela passagem dos 232 anos de sua emancipação política.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A população da lendária Lapa, juntamente com as suas autoridades festeja nesta data seus 232 anos de emancipação política, coroados de êxitos, vitórias e conquistas alcançadas com trabalho e dedicação sempre direcionados ao bem estar dos seus munícipes.

A atual administração vem desenvolvendo um excelente trabalho, com apoio de seus secretários, vereadores e o povo, que vê o destino do seu município crescendo e trazendo mais progresso.

#### REQUERIMENTO Nº 1934

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de parabenização à Sociedade Rural do Paraná pela comemoração dos seus 55 anos contribuindo diretamente com o desenvolvimento da agropecuária em todo o Estado do Paraná. Uma entidade comprometida com a população paranaense, que merece respeito e admiração em todas as suas ações, pois cumpre com seu papel político, econômico e social.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Avenida Tiradentes, 6275, Parque Ney Braga, Londrina - PR, CEP 86072-000.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS



## REQUERIMENTO Nº 1935

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de parabenização ao Jornal de Londrina pelas novas instalações e pelo investimento no novo parque gráfico, garantindo satisfação ao leitor e marcando ainda mais seu crescimento na cidade de Londrina e região, através da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Avenida Tiradentes, 1195, Com-Tour, Londrina - PR, CEP 86071-000.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

## REQUERIMENTO Nº 1941

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de votos de louvor aos senadores Roberto Requião, Osmar Dias e Álvaro Dias, pelo posicionamento que vêm assumindo a favor da instalação de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), no Senado Federal, destinada a apurar e coibir casos de corrupção nos diversos escalões da administração pública federal. O Brasil vive momento histórico e as CPI's, sempre que foram instaladas, colaboraram enormemente para a evolução do sistema democrático e modernização da máquina administrativa, com o conseqüente surgimento de leis moralizadoras. É de conhecimento público que faltam poucas assinaturas no Senado Federal para que as investigações de casos de corrupção sejam efetivamente realizadas.

Estamos propondo, através do presente requerimento, que a Assembleia Legislativa do Paraná reconheça formalmente a importância do firme posicionamento dos senadores, revelando nosso claro e inequívoco apoio para que seja viabilizada a CPI no Senado, a fim de apurar as denúncias que envolvem diversas áreas do Governo Federal.

Salas das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ELI GHELLERE

Apoiamentos:

José Maria Ferreira, Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk, Luciana Rafagnin, Ademir Bier e Marcos Isfer.

## REQUERIMENTO Nº 1961

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos, de votos de louvor ao Jornal do Estado, pelos 18 anos (dezoito) anos de sua existência, comemorados nesta data.

Fundado pelo jornalista Roberto Barrozo Filho, o Jornal do Estado, agora conduzido por Rodrigo Barrozo, tem se mostrado como um veículo de imprensa confiável, moderno e opinativo.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Doutor Roberto Barrozo, 22 - Centro Cívico - CEP 80530-120 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

## REQUERIMENTO Nº 1962

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Cônsul do Japão em Curitiba, senhor Hajim Sasaki, bem como ao Presidente da ACEL - Associação Cultural e Esportiva de Londrina, senhor Issamu Suzuki, parabenizando os mesmos em razão da comemoração dos 93 anos da imigração japonesa no Brasil.

Em homenagem à colônia japonesa de Londrina e região, foi realizada a feira Casa Brasil-Japão, em Londrina, divulgando produtos japoneses.

Ainda nessa comemoração, foi reinaugurado o Museu Japonês em Rolândia.

A integração do povo japonês pode ser sentida no progresso da cidade de Londrina e região, onde seus membros sempre se destacaram nas mais diversas áreas de atuação.

O povo trabalhador vindo do Japão fixou-se em Londrina e região, juntamente com outros imigrantes, tornando-se parte da história do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 1931

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor General Renato Cesar Tibaud da Costa, DD Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército, solicitando que informe a esta Casa quem efetivamente está comandando as ações de fechamento da "Estrada do Colono", entre o Oeste e Sudoeste do Paraná".

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Informações veiculadas pela imprensa e declarações diversas oriundas da população do Oeste e Sudoeste do Estado, a respeito das ações para o fechamento da "Estrada do Colono", têm sido um tanto confusas e desencontradas.

Assim, objetivando conhecer a verdade, solicita-se ao Comando da 5ª Região Militar que confirme a esta

Assembléia quem efetivamente está comandando a mencionada ação.

#### REQUERIMENTO Nº 1921

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, a execução de reparos urgentes na Rodovia PR-083 - trecho entre Terra Boa e Cianorte e PR 558 - trecho PR 323 - Malú - Terra Boa.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Temos urgência na recuperação das rodovias citadas por estarmos próximo de mais uma safra, e gostaríamos que o escoamento fosse seguro, sem causar prejuízos ao Estado, Município e à população daquela região.

#### REQUERIMENTO Nº 1924

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando informações sobre a existência de projeto técnico de pavimentação asfáltica de estrada ligando Dois Vizinhos a Nova Prata do Iguacu, passando pela comunidade rural de São José do Canoa e pela cidade de Boa Esperança do Iguacu.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 1925

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Presidente da Copel, solicitando informações sobre o porquê da cobrança de tarifa urbana dos consumidores da comunidade rural de Vila Formosa no município de Douradina.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 1940

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de um gabinete odontológico, para o município de Pérola.

O município de Pérola, com um número significativo de habitantes, que na maioria são pessoas carentes e utilizam o serviço de saúde municipal, necessita de um gabinete odontológico para oferecer àquela população melhores condições de atendimento social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado à senhora Ana Luzevilde Biaca de Souza, prefeita munici-

pal de Pérola (Rua do Rosário, 202 - CEP: 87540-000) e ao vereador Lindolfo Bazoti Filho, Presidente da Câmara Municipal de Pérola (Avenida da Pérola Byington s/nº - CEP: 87540-000)

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1942

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Instituto Ambiental do Paraná solicitando cópia do Projeto do Corredor da Biodiversidade, com detalhamento no Oeste do Paraná. A apresentação deste requerimento deve-se à grandiosidade deste projeto e a vários questionamentos formulados por interessados no assunto, que desejam contribuir para que o referido projeto efetivamente atinja as finalidades para as quais se propõe.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 1943

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à empresa Paraná Esporte, solicitando estudos de viabilidade de adequar o projeto "Fábrica de Bolas", no sentido de que seja implantado também nas Vilas Rurais do Paraná.

A apresentação deste requerimento visa atender reivindicação das comunidades de diversas Vilas Rurais, haja vista a falta de oportunidade de trabalho nessas localidades, notadamente naquelas mais afastadas dos centros urbanos.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 1944

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, do Governo do Paraná, solicitando a construção de asfalto na estrada municipal que liga o Distrito de São Jorge à Comunidade de Linha Marfim.

A apresentação deste requerimento visa atender reivindicação da comunidade que ali reside, haja vista as precárias condições em que se encontra a referida estrada, que possui grande tráfego de automóveis e caminhões, sendo o único meio de escoamento da safra agrícola. A situação da estrada é motivo de nossa preocupação e, nas condições atuais, significa obstáculo, inclusive para o desenvolvimento da região.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ELI GHELLERE

**REQUERIMENTO Nº 1957**

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a transcrição nos anais desta Casa de Leis, do Editorial da Folha do Paraná, publicado em 13 de junho de 2001, conforme documento em anexo.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(aa) MARCOS ISFER e ALGACI TULIO

Apoiamento:

Cezar Silvestri.

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 249/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, a Unam- União das Associações de Moradores do Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 03.865.206/0001-72, com sede à Rua Sete de Setembro, nº 72, Centro, São José dos Pinhais- PR.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

**JUSTIFICATIVA:**

Nossa iniciativa se justifica na medida em que a Unam - União das Associações de Moradores do Município de São José dos Pinhais, tem se enlevado no trabalho de atendimento à área social, promovendo, organizando e desenvolvendo brilhantes campanhas e atividades que revertem em benefício da população carente daquele município.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual reveste-se de extrema importância para que mencionada associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população carente do município de São José dos Pinhais antecipadamente agradecemos.

**PROJETO DE LEI Nº 250/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - O Departamento de Trânsito do Paraná - Detran, enviará aos condutores de veículos, com antece-

dência de trinta dias, informação sobre a data de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

Art. 2º - O envio de informação de que trata o artigo 1º, poderá ser efetuado pelo município, mediante convênio.

Parágrafo Único - A requerimento do município, o Detran-PR, colocará à sua disposição o cadastro de informações sobre data e vencimento da CNH.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei dispõe sobre a obrigatoriedade do Detran-PR, prestar informações sobre o vencimento da Carteira Nacional de Habilitação.

Não são raros os casos de condutores de veículos que são surpreendidos, muitas vezes em blitz de trânsito, com suas carteiras vencidas e nem sequer - sabiam - da necessidade de renovação.

O Estado do Paraná sempre foi modelo de administração para outros Estados da Federação, então é altamente justificável a aplicação desta propositura, transformando-a em lei e beneficiando toda uma população que deixará de receber autuações por encontrar-se com Carteiras de Habilitação vencida, para o que contamos com a aprovação dos nobres pares.

**PROJETO DE LEI Nº 251/2001**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Matinhos, os imóveis sob os nºs 01 e 02, e de nº 09 a 12, todos da quadra nº 27, da planta Balneário de Matinhos, situados no município de Matinhos, devidamente matriculados sob os nºs 4.827 a 4.832, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá.

Art. 2º - Os imóveis que se refere o artigo 1º desta lei, serão utilizados pela Prefeitura Municipal de Matinhos, exclusivamente para a instalação de uma nova unidade escolar municipal, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa edificar uma nova unidade escolar municipal para atender aos alunos do ensino fundamental, os quais estão hoje estudando em escolas estaduais. Ademais cumpre ressaltar que os imóveis, cuja doação é objeto deste projeto de lei, estão completamente ociosos.

A instalação de uma nova unidade escolar beneficiará a toda comunidade do município de Matinhos e do litoral paranaense.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüentemente aprovação a esta proposta de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 252/2001**

Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica reduzida a 0% (zero por cento) a alíquota do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS) incidente sobre os aparelhos eletrodomésticos possuidores do “Selo Verde de Eficiência Energética”, instituído pelo decreto federal sem número assinado pelo Presidente da República em 08 de dezembro de 1993, e publicado no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 1993.

Art. 2º - O benefício fiscal instituído no artigo anterior vigorará até 31 de dezembro de 2002, e enquanto a mercadoria beneficiada possuir o “Selo Verde de Eficiência Energética”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) MARCOS ISFER

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei reduz a 0% (zero por cento) a alíquota de Eficiência Energética sobre os aparelhos eletrodomésticos possuidores do “Selo Verde de Eficiência Energética”, instituído pelo Decreto Federal sem número, assinado pelo Presidente da República em 08 de dezembro de 1993, publicado no Diário Oficial da União de 09 de dezembro desse ano.

O artigo 2º estabelece que o benefício fiscal vigorará até 31 de dezembro de 2001 e enquanto a mercadoria beneficiada possuir o “Selo Verde de Energia Elétrica”.

O decreto federal sem número assinado pelo Presidente da República em 08 de dezembro de 2001, instituiu o “Selo Verde de Energia Elétrica”, com o objetivo de identificar os equipamentos que apresentem os melhores níveis de eficiência energética.

Numa época de racionamento é muito conveniente estimular-se a produção e o consumo de equipamentos que consumam menos energia elétrica.

Numa época de racionamento é muito conveniente estimular-se a produção e o consumo de equipamentos que consumam menos energia elétrica.

O presente projeto de lei quer alcançar exatamente esse fim, em relação aos produtos eletrodomésticos.

O benefício vigorará até 31 de dezembro de 2001 e enquanto a mercadoria possuir o “Selo Verde de Energia Elétrica”, concedido na forma da legislação federal.

O presente projeto de lei é semelhante a um outro recentemente oferecido pelo PPS na Câmara dos Deputados, por intermédio do líder, deputado Rubens Bueno, que reduz a alíquota do imposto sobre produtos industrializados incidente sobre os equipamentos que consomem menos energia.

É preciso observar finalmente, que o presente projeto de lei também está de acordo com a política fiscal adotada pelo Governo Federal.

O Poder Executivo vem concedendo a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre a Importação aos produtos que consomem menos energia elétrica e agravando ou majorando a tributação daqueles que gastam mais.

**PROJETO DE LEI Nº 253/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - É concedido crédito presumido do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) nas operações internas com gado bovino e bubalino promovidas por produtor ou por estabelecimento de cooperativa com destino a estabelecimento abatedor, do contribuinte ou de terceiro por ele contratado, no montante equivalente a 7% (sete por cento) do valor da operação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) CESAR SILVESTRI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei concede crédito presumido de ICMS nas operações internas com gado bovino e bubalino promovidas por produtor ou por estabelecimento de cooperativa com destino a estabelecimento abatedor do contribuinte ou de terceiro por ele contratado, no montante equivalente a 7% (sete por cento) do valor da operação.

O crédito presumido é estabelecido nessa operação para simplificar a aplicação obrigatória do sistema de crédito fiscal do ICMS na atividade pecuária, uma vez que a não cumulatividade do imposto estadual constitui garantia prevista no artigo 155, parágrafo 2º, inciso I, da Constituição Federal.

Ele elimina, inclusive, uma restrição que vigorava no âmbito da administração fiscal: ou de que, nas hipóteses em que o contribuinte adquiria o gado em pé, entregando-o a terceiro contrato para abate, não tinha direito ao crédito presumido.

Pelo presente projeto de lei também passa a ter, já que o direito ao crédito fiscal é garantia constitucional que não pode ser suprimida, restringida ou limitada pela legislação inferior.

Concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin, no Pequeno Expediente.

Queremos anunciar a presença, entre nós, do deputado Rubens Bueno, deputado federal, que já foi companheiro aqui, na nossa Casa.

Deputada Luciana, com a palavra.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados, companheiras e companheiros, aqui presentes.

Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pelo Projeto nº 219/2001, que dispõe sobre alteração do ICMS. Com certeza, senhor presidente, essa medida vai ajudar e vai beneficiar, em muito, os produtores rurais do nosso Estado.

Também gostaria de mencionar aqui, um fato que nos chama muito a atenção, que é o fechamento da Estrada do Colono, ocorrido no último dia 13, quarta-feira passada.

Para falar desse fato, quero ler aqui, o editorial do Jornal de Beltrão, do dia 16 de junho, no qual diz o seguinte.

(Lê):

“A Imagem da Selvageria

A figura de linguagem pode não ser a mais apropriada, pois tudo o que é selvagem não é necessariamente violento ou agressivo.

Porém, em se tratando de comportamento humano, costuma-se utilizar o termo selvagem para tudo quanto possa expressar falta de educação, de civilidade, de bons modos ou de boa conduta. Portanto, neste aspecto podemos usar o termo selvageria para definir o comportamento das forças policiais mobilizadas para interditar novamente a Estrada do Colono, na última quarta-feira.

Homens fortemente armados e munidos de um verdadeiro arsenal de guerra, tomaram conta do trajeto da Estrada do Colono, destruindo-a de maneira impiedosa, danificando um rebocador, dinamitando e afundando uma balsa, isolando a estrada com arames farpados e montando guaritas de segurança e controle, como se os agricultores completamente desarmados, mulheres e crianças estivessem ameaçando a segurança nacional do País. Um exagero injustificável ante a presença de habitantes rurais de uma região caracterizada pela hospitalidade e bons tratos a visitantes e transeuntes.

A Estrada do Colono foi aberta pela Coluna de Luiz Carlos Prestes entre 1924 e 1925, se tornando

depois a via do desbravamento, o caminho da colonização, o elo de ligação para a vinda do progresso e do crescimento econômico e social. Muitos anos depois da estrada consolidada veio a criação do Parque Nacional do Iguaçu.

Talvez, o único do País que não possui vias de acesso, possivelmente o único, em que a população não possa utilizar para fins pacíficos, por necessidade comunitária. O único Parque Nacional onde o homem não pode entrar. O único fechado completamente. Foi-se a estrada, mas não a esperança. Veio a truculência, a ação violenta, mas não a concórdia, não o sonho de duas regiões se manterem unidas.

O novo fechamento da Estrada do Colono demonstra, apenas, que a burocracia do País continua insensível a qualquer apelo da vida e de solidariedade. Mas o povo continua capaz de ousar, capaz de sonhar e por isto ainda, é possível acreditar na volta da Estrada do Colono, como na construção de um País ético e honesto, tal como sua população”.

É nesse sentido, senhor presidente, senhores deputados, que a gente lamenta o episódio ocorrido na Estrada do Colono. É lamentável que se tome uma atitude como a que foi tomada no último dia 13, com o povo que lá mora, com o povo que ali vive e que são amigos do parque, com as pessoas que ali residem e trabalham, pela preservação do Parque. Desde que a estrada foi aberta as pessoas que ajudaram a abri-la e as pessoas que residem ali, ao redor, estão empenhadas na preservação da natureza. É lamentável que a violência aconteça da forma como aconteceu no último dia 13, por isso não podemos concordar, de forma alguma, com esse ato.

Defendemos, sim, o meio ambiente, defendemos a natureza, mas defendemos, acima de tudo, o ser humano.

Por isso fica registrado o voto de protesto pela forma violenta como foi fechada a estrada do colono.

Muito obrigado.

#### O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, para registrar a presença, aqui nas galerias da Assembléia, do prefeito de Nova Olímpia, nosso prefeito de Umuarama, Fernando Scanavaca e também o presidente da Sociedade Rural de Umuarama, nosso amigo Gaiari.

Muito obrigado.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, também para registrar, aqui no Plenário, a presença do vereador de Francisco Beltrão, Irineu Wesler.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Devidamente registrado.

Com a palavra ainda no Pequeno Expediente, o segundo orador inscrito, deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nossos ilustres visitantes.

Dois assuntos me trazem à tribuna, nesta tarde.

O primeiro. Eu ouvi, atentamente, as palavras da deputada Luciana Rafagnin, que trazia o voto de protesto sobre a forma que o IBAMA, a Polícia Federal e o Exército agiram, na retomada da Estrada do Colono.

Nós estivemos lá, com o deputado Elio Rusch. Também lá esteve presente, no sábado, a deputada Luciana Rafagnin, os deputados Ademir Bier, Irineu Colombo, Sérgio Spada, e o Chico Noroeste. Também estiveram presentes deputados federais, e nós pudemos acompanhar uma das cenas mais tristes durante a nossa caminhada:

Na sexta-feira, pela manhã, o deputado Elio Rusch e eu pedimos, autorização à Polícia Federal, para que pudéssemos acompanhar os trabalhos que estão sendo feitos, naquela estrada. Lá, do outro lado do Parque, já na margem do rio Iguaçu, vimos o diretor do Parque Nacional do Iguaçu, Júlio Gochoroski, com uma picareta na mão, como se fosse um troféu plantando uma árvore no meio da estrada, e nos fez o convite, se quiséssemos acompanhar o plantio. Após o que, ele, mais o pessoal do IBAMA, que estava presente, pegaram o helicóptero, locado para esse fim, e passaram à outra margem do Parque. Lá, deputado Zucchi, eles foram fazer uma provocação para a população que estava presente. Uma hora de helicóptero, custa, aproximadamente, R\$500,00; o IBAMA locou três, para a operação. E nós, por pouco, muito pouco, não vimos uma catástrofe, um linchamento naquele local, do diretor do Parque.

Então, fica o protesto aqui deste deputado, o protesto do PDT, pela forma com que o diretor do Parque conduziu a retomada da estrada.

Sabemos que ali existe uma questão jurídica que não está definida, ainda. O que nós temos é uma liminar que ora autoriza a abertura do parque, ora o fechamento, mas não temos a decisão definitiva.

Então, não é justo que o IBAMA pegue o dinheiro que está sendo arrecadado lá, nas Cataratas, e aplique o fruto dessa arrecadação, de um ano, numa ação de retomada de estrada.

Os agricultores, senhor presidente, que moram naquela região, são pessoas pacíficas, pessoas que trabalham; não são marginais para serem fruto de uma mega operação policial com mais de 350 homens ali no Parque Nacional do Iguaçu.

Então, fica o nosso protesto, protesto do PDT, protesto do deputado Eli Ghellere quanto à forma que o IBAMA vem conduzindo a reabertura da Estrada do Colono.

Nós sabemos que no Parque Nacional do Iguaçu existem duas estradas: uma, que é o caminho do colono, que interessa ao IBAMA o seu fechamento, porque organismos internacionais oferecem recursos para que ela seja fechada.

Do outro lado do Parque, lá nas Cataratas existe o interesse do IBAMA de que ela permaneça aberta, porque existe a bilheteria de cobrança para entrada do parque.

A conclusão a que chegamos é que nós somos amigos do parque, nós, moradores, deputados, agricultores ali daquela região, somos amigos do parque; o IBAMA, é amigo do dinheiro do parque.

Então, esse protesto gostaria que ficasse consignado nas Atas desta Assembléia, pela forma que o IBAMA vem conduzindo os trabalhos lá, no Parque Nacional do Iguaçu.

O segundo assunto, senhor presidente, é quanto ao Projeto nº 219/2001. Já no início do ano, no mês de março mais precisamente, recebemos em nosso gabinete, ofícios de várias entidades, da FAEP, sindicatos, cooperativas, nos alertando do decreto do governador do Estado, que revogava alguns benefícios que a agroindústria tinha no Paraná, e entre eles, o crédito presumido de 5% o Programa Bom Emprego e a redução de produtos da cesta básica.

Fizemos um ofício ao governador do Estado.

(Lê):

“OFÍCIO 128/2001

Curitiba, 02 de abril de 2001.

Senhor Governador:

Através de dirigentes e líderes de cooperativas, sindicatos e empresas do setor produtivo, tomamos conhecimento de que Vossa Excelência estaria para editar decreto para alterar as regras do ICMS, ocasionando dificuldades à agroindústria paranaense com o fim do crédito presumido de 5% para operações interestaduais, o que criará sérias dificuldades de competição em outros Estados; fim do Programa Bom Emprego, que oferece às indústrias carência de 48 meses para recolhimento de impostos; fim do redutor de ICMS para produtos da cesta básica; entre outras.

Estudos realizados por entidades ligadas à produção, apontam que tais medidas poderão inviabilizar a agroindústria do Paraná, notadamente nos setores de carnes e lácteos, que terão acréscimo de 80% no valor a recolher do ICMS. É visível, portanto, o impacto negativo que tal medida acarretará para os pequenos produtores paranaenses, que têm na agroindústria sua principal fonte de subsistência. Por estas razões formulamos apelo a Vossa Excelência para que reconsidere a iniciativa e recomendamos a realização de diálogo com as partes envolvidas e a Assembléia Legislativa, onde estaremos ao inteiro dispor para contribuir na busca de alternativas legais frente ao que dispõe a liminar proferida na ADIN nº 2155-9.

Sendo o que se apresentava para o momento, aproveitamos o ensejo para externar votos de estima e consideração.

Atenciosamente.

(a) ELI GHELLERE”

Não recebemos nenhuma mensagem do governador do Estado visando recuperar a perda dos agricultores, que as pequenas indústrias estão tendo, em razão do decreto que revogou todos os incentivos.

Nesse momento gostaríamos de elogiar a iniciativa do nosso presidente da Assembléia, Hermas Brandão, pelo projeto de lei e dizer que o deputado Zuk, eu e o PDT, daremos todo o apoio para sua aprovação, e se porventura, deputado Zuk, o governador vetá-lo novamente, projeto esse que vem dar incentivo aos agricultores, às pequenas indústria, nós estaremos aqui presentes para derrubar o seu veto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pequeno Expediente, deputado Caíto Quintana.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Senhor presidente e senhores parlamentares.

É muito difícil, no Pequeno Expediente, em cinco minutos, tratarmos dos diversos assuntos que teríamos a tratar, no dia de hoje.

Os nossos companheiros da agricultura, que aqui estão, deveriam ter essa Sessão - quase na sua totalidade - destinada ao apoio de uma das medidas que poderia melhorar a sua situação de vida.

No entanto, devem ter percebido que os dois oradores que nos antecederam estiveram aqui para protestar contra a forma truculenta, desnecessária, arbitrária e prepotente, com que o Ibama, através da Polícia Federal, tratou os agricultores - que fazem da região Oeste e Sudoeste do Paraná, a região de maior plantio de agricultura orgânica, em torno do Parque Nacional do Iguaçu - como se bandidos fossem, por uma quantidade de mais de 300 homens da Polícia Federal, numa operação de guerra contra pequenos e pacíficos produtores.

Estou encaminhando, senhor presidente, a esta Casa, uma solicitação que a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa proceda uma avaliação, do quanto deve ter causado de destruição de vida, de peixes, pela explosão com dinamite de uma barca no meio do rio Iguaçu.

Porque, em qualquer lugar do Brasil, se uma pessoa for fazer uma pescaria, e, muitos o faziam no passado, e creio que até fazem no presente, que coloca dinamite na água para matar o peixe, estaria presa. A pessoa estaria presa se fizesse isso.

No entanto, o Ibama, o instituto brasileiro responsável pela conservação da fauna e da flora, numa atitude infantil e desproposital, coloca uma tonelada de dinamite dentro de uma barca e coloca no meio do rio Iguaçu, ocasionando o protesto, inclusive, dos nossos vizinhos da Argentina, a menos de 10 quilômetros abaixo, pela matança dos peixes causado naquele rio.

Esta é a forma que se trata os agricultores neste País. Quando nós, em todas as condições, deveríamos

lutar para baratear a produção e o transporte dos produtos agrícolas para que o agricultor tivesse maior preço.

No entanto, não temos o menor cuidado sobre isso.

Quero aproveitar, senhor presidente e senhores parlamentares, visto que aqui estão presentes agricultores e entidades de agricultores, e talvez isso sensibilize esta Casa, para que venhamos votar um projeto de lei de minha autoria, que há mais de um ano está aqui, isentando do pagamento de pedágio os caminhões que estejam transportando insumos agrícolas, porque lá, nas regiões distantes, aonde se produz hoje, tornou-se, por exemplo, impossível, impraticável, a colocação de calcário na propriedade agrícola, porque o preço do pedágio custa mais que o calcário para poder chegar até a propriedade. Este projeto está na Casa, e merece ser votado também com a agilidade e a rapidez com que esse, que beneficia o ICMS, está sendo votado.

Estamos com frete caro, financiamentos altíssimos, linhas de financiamento limitadas, transporte caríssimo, cobrança de pedágio, falta de apoio total e absoluto, para a agricultura, que produz as maiores divisas desta Nação. Nós, no Brasil, importamos e exportamos entre 4 a 5 milhões de soja no ano. Nos Estados Unidos, o governo americano dá mais de três bilhões de incentivo, de subsídio, ao plantio da soja. Aquilo que representa quase que o total das nossas exportações, o americano, que é protecionista, dá para os seus produtores poderem garantir preço mínimo, além de lhes pagar o seguro agrícola que nós, infelizmente, nesta Casa, aprovamos um projeto para que se pudesse fazer seguro agrícola e o governo que está aí, vetou-o, e nós não conseguimos derrubá-lo. Portanto, fica a descoberto uma vez mais a agricultura, no seu seguro.

Quero parabenizar Vossa Excelência, deputado Hermas Brandão, pelo projeto que está apresentando, que votaremos no dia de hoje. A Oposição, o PMDB, indiscutivelmente votará a favor, sabendo que não basta unicamente equalizar o ICMS. Temos que andar muito mais para fazer com que a agricultura seja, efetivamente, uma atividade que, além de dar lucro ao País, dê qualidade de vida ao produtor.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Ricardo Maia.

**O SR. RICARDO MAIA**

Senhor presidente, senhores deputados, produtores e agricultores do Estado do Paraná que nos visitam nesta tarde.

Temos hoje um projeto de suma importância nesta Casa de leis, que é de autoria do presidente Hermas Brandão, e que visa corrigir uma grande injustiça que ocorre hoje no Paraná com os produtores, com os abatedouros de aves, com os frigoríficos e com a agroindústria do Paraná. Visa corrigir uma desigualdade que temos para

com o Estado de São Paulo e até com outros Estados da Federação.

Sempre apoiei o meio produtivo, minha família trabalha no setor agroindustrial na região de Maringá; sabemos a importância que tem esse setor para o Paraná.

O deputado Hermas Brandão, quando secretário de Estado da Agricultura, fez um grande trabalho para o setor, no Estado do Paraná. Em 1995, tínhamos vários frigoríficos fechados por falta de competitividade e condições de concorrer no nosso País. Com o apoio do governo do Estado, foram corrigidos alguns itens para os empresários do setor de frigoríficos do Paraná. Na minha cidade de Maringá, tinham dois frigoríficos funcionando e quatro fechados; conseguimos que, em 95 e 96 os quatro voltassem a funcionar.

Podemos citar também que, na cidade de Colorado, no Extremo Noroeste, tínhamos um frigorífico fechado há sete ou oito anos por falta de condições de concorrer. Conseguimos a sua reabertura e estão lá, hoje, gerando inúmeros empregos e renda para a cidade e a toda aquela região.

Por isso, esse projeto de lei é de suma importância para o Estado do Paraná, e, aqui, cabe aos técnicos da Secretaria de Estado das Finanças, ou da Secretaria de Estado da Fazenda, nosso Estado não terá nenhum prejuízo com a arrecadação de ICMS. O que ocorre é que nossos empresários do setor terão mais condição de concorrer com o mercado nacional e teremos uma ampliação do mercado da agroindustrialização do setor de frios e carnes do Estado do Paraná, seja ovino, seja suíno, seja de aves, ou seja o bovino. Nós temos mais que apoiar esse projeto!

Senhores deputados: hoje daremos um grande exemplo à classe produtora do Estado do Paraná, aqui tão bem representada pela pessoa do presidente da FAEP, Ágide Menegetti, pelo doutor Péricles, como presidente do Sindicarnes, pela OCEPAR, pelos agricultores, pelo sindicato rural, que hoje vêm representar. Nós deputados estaduais, devemos, cada vez mais, apoiar a força produtiva do Estado.

Ficamos pensando num País como o nosso Brasil, num Estado como o nosso Paraná, um Estado forte, um Estado produtor e um País forte, um País produtor, se nós tivéssemos uma política agrícola por parte do governo federal, nós não teríamos tanta crise como temos hoje, seja na área social, seja no desemprego, que tanto afeta a gente do nosso Brasil.

Vemos aí a grande concentração da região metropolitana, seja de Curitiba, de São Paulo ou das grandes capitais do nosso País. Nós não teríamos uma crise grande, que afeta hoje a região metropolitana, com desemprego, com criminalidade e a grande crise na área social. Se os governos, seja o federal ou o estadual, e mais precisamente o governo federal, que a política agrícola é de função dele, teríamos nos campos e nas cidades menores do Estado do Paraná, oferta de emprego, condições de vida e qualidade de vida para todos os paranaen-

ses e todos os brasileiros, do interior do Estado e do interior do nosso Brasil. Não teríamos o inchaço que existe hoje nos grandes centros. Muitos deixaram o interior, deixaram a área rural por falta de condições de trabalho, por falta de condições de vida.

E quero dizer mais, estamos numa briga apoiando as indústrias de farinha de mandioca e de fécula, no Estado do Paraná. E nós, produtores de mandioca, temos no Congresso Nacional, o apoio do senador Osmar Dias, juntamente com o ministro da Agricultura, porque a tonelada da mandioca, hoje, está praticamente a metade do custo da produção. E a região Noroeste do Estado do Paraná, é a grande produtora de mandioca, bem como o Oeste do Paraná e uma parte do Sudoeste. Hoje, temos lá muitos produtores em situação difícil, até sem condições de colher a mandioca. As indústrias estão paradas, gerando desemprego; não temos uma política agrícola definida. Se tivéssemos, o preço da tonelada teria que ser, como é em todos os países do mundo, superior ao custo da produção, mas estão lá, os produtores, não conseguindo colher e vender por um preço justo, decente.

Então, projetos de lei como este de autoria do presidente desta Casa, são projetos que temos que apoiar.

Peço o apoio de todos e quero dizer ao meio produtivo do Estado do Paraná, que estamos junto com vocês, cada vez apoiando mais.

Concedo aparte ao deputado Moysés Leônidas.

### **O Sr. Moysés Leônidas**

Deputado Ricardo Maia, estou ouvindo o seu pronunciamento, e queria neste aparte, colaborar com a colocação, bem posta por Vossa Excelência, cumprimentando a todo o pessoal ligado à agricultura que está aqui; ao meio produtivo do Estado, e também ao deputado Hermas Brandão, pela sensibilidade, e dizer que, lamentavelmente, nós que vivemos em especial no Paraná, um Estado com vocação iminentemente agrícola, não temos, falando da conjuntura nacional, uma política definida para a agricultura. Lamentavelmente o Brasil, que é um país onde a agricultura deveria ser forte, não temos uma política definida, e cada segmento acaba padecendo. Cada um tem a sua sustentação, as suas colocações e que, quando reflete aqui não ter poder - principalmente quando se fala no Estado do Paraná, - podemos reverter uma posição destas em lei que atenda a todas as categorias, ficamos extremamente felizes.

Então, eu quero cumprimentá-lo, ao deputado Hermas Brandão, e a todos aqueles que se deslocaram do interior do Estado para cá. E dizer que, no nosso entendimento, a lei surge realmente da necessidade. E quando se faz necessário, o legislador tem que ter sensibilidade para poder transformá-la em lei.

Então, até para não usar o horário depois, quero neste aparte também dizer que ficamos muito felizes de, numa oportunidade como esta, poder resgatar esse compromisso que cada um de nós tem, cada um que está na vida pública tem que atender, sobretudo as matérias, com



justiça. E sempre atendendo a essa justiça, - sempre imagino que é a que mais nos fortalece -, que é a chamada justiça social.

Então, parabéns a Vossa Excelência!

O SR. RICARDO MAIA

Obrigado!

E concluindo também, senhor presidente, não poderíamos deixar de dizer do grande trabalho que foi feito pela Secretaria de Estado da Agricultura, o grande trabalho que foi feito pelo Governo do Estado, o atual, mas, o mais importante: a participação das entidades do setor, que foi o combate à febre aftosa e o grande trabalho fitossanitário que realmente começou em 1995, no começo do primeiro mandato de Jaime Lerner, e como o nosso atual presidente da Assembléia Legislativa, Hermas Brandão, como secretário de Estado da Agricultura.

Foi um trabalho formidável; hoje se o mercado de carnes é um mercado crescente, principalmente o do Estado do Paraná se deve àquele início que nós tivemos em 1995 e que em dois anos nós conseguimos levar o Paraná a um grande estágio de área livre.

E, sem dúvida alguma, com o apoio de entidades, sejam sindicatos, seja a FAEP, OCEPAR, os produtores do Estado do Paraná, o Paraná cada vez mais irá ocupar um mercado de carnes em nível nacional e em nível internacional.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Cumprimentamos aos visitantes da nossa Assembléia Legislativa, na tarde de hoje. E, ao cumprimentar todos os agricultores e pecuaristas que aqui estão, gostaria de cumprimentar as entidades: OCEPAR, FAEP, Sociedade Rural, enfim, todas as entidades ligadas ao setor agropecuário que nos visitam nesta tarde.

É bem verdade que a política agrícola nacional é de responsabilidade do governo federal, como falou o deputado Ricardo Maia, mas é uma responsabilidade conjunta que vão do produtor até o governo federal.

Eu reflito aqui sobre todos os projetos aprovados na Assembléia Legislativa e que vão ao encontro das necessidades do setor produtivo do nosso Estado, e todos, senhor presidente, da época em que Vossa Excelência era secretário da Agricultura, projetos como a Lei do Calcário, projetos como a Regulamentação da Agroindústria, através da mudança do SIP (?), projetos que barateiam o transporte dos insumos agrícolas, projetos como o do Seguro Rural, enfim, todos os projetos colocados, nesta Assembléia Legislativa.

É verdade que a nível nacional, deputado Anibelli, não temos hoje, a compreensão do governo federal para o

que significa ao País a agricultura. O setor produtivo nacional sempre teve o equilíbrio da balança comercial, tanto que foi considerado por várias vezes, em vários planos. O que salvou o equilíbrio da moeda nacional, foi a nossa agropecuária.

Mas é verdade, também, que aqui podemos fazer muitas coisas que vão ao encontro dos interesses da população. E sei, deputado Hermas Brandão, que esse seu projeto, - para começar o pronunciamento que faço -, não é escrito pelas nossas mãos; é um projeto da aspiração dos agricultores do Paraná, através das suas entidades. Vossa Excelência, de forma feliz, incorporou esse sentimento dessas entidades e da nossa população rural do Paraná, de todos os setores, e se Deus quiser teremos o projeto aprovado aqui, porque nada mais é do que, a parte que o Estado tem que fazer para evitar que setores importantes da vida econômica do nosso Estado, estejam sucumbindo, deputado Nereu Moura, apenas e tão somente, por uma determinação Estadual.

Quem sabe até tenhamos, presidente, da parte da Secretaria da Fazenda, alguma restrição com relação a isso, pensando até que possamos ter uma arrecadação a mais, mas não é verdade, porque a situação que se encontra hoje o setor de carne, aves, suínos, bovinos, leites e derivados, sabemos que isso prejudica, lá na ponta, o nosso agricultor.

Na nossa região, Sudoeste - e vejo muita gente do Sudoeste aqui -, e Oeste do Estado, enfim, a grande maioria do nosso Paraná trabalha, hoje, em uma linha que é fundamental, que é a agregação de valores, e portanto, a industrialização dos nossos produtos, mas, logo mais à frente, a nossa indústria tem dificuldades de competir, no momento em que a nossa lei não está equiparada ao nosso vizinho, Estado de São Paulo, por exemplo. E Vossa Excelência, com essa feliz iniciativa, transforma a legislação estadual, em uma legislação equânime, igualitária, justamente igual à de São Paulo, para que possamos ter a competitividade no setor agropecuário.

Acho importante, senhor presidente. Quero parabenizá-lo por essa iniciativa e reconhecer da parte do setor rural e pecuária do nosso Estado, esse esforço; reconhecer dos técnicos do Paraná essa luta para viabilizar o setor produtivo do Estado. Tenho certeza que será aprovado este projeto, em 1ª Discussão, e sei, será aprovado pela unanimidade dos deputados. Quero crer assim. E espero que no dia de amanhã, se tivermos Emenda neste projeto, deputado Eli Ghellere, que possamos passar acima desse interesse - quem sabe - que seja de preservar a receita que não é, porque na frente nós perdemos, já que grande parte dos negócios, da indústria do Paraná, já está sendo prejudicada pelo Estado de São Paulo ou, no caso do boi, até pelo Estado do Mato Grosso, para que tenhamos, então, a manutenção dessa proposta do presidente, através deste projeto de lei.

Ganha a agricultura do Paraná, ganha a pecuária, ganha o setor produtivo. E o governo, que ficou, até dia trinta de junho, de achar uma alternativa e resolver esse

problema, estará sem esse ônus, de ter que tomar a iniciativa, porque ela foi tomada aqui, nesta Casa de Leis, através de um projeto do nosso presidente.

Faz jus o presidente Hermas Brandão com tal projeto, ao passo em que representou este Estado na Secretaria da Agricultura, sabendo das dificuldades. E, se o governo federal peca em muito com a agricultura nacional, se o governo federal fica devendo aos nossos agricultores o apoio necessário para que não venham a ter no famoso êxodo rural, milhares de família migrando todos os centros urbanos do nosso País; se é verdade que o governo federal falta com apoio, até porque nos outros países, como foi falado aqui, a soja não é só subsidiada na origem; é subsidiada no preço, porque nos Estados Unidos se paga além do preço normal de mercado, para que o produtor possa continuar a produzir, e essa safrinha que nós produzimos de soja, de milho, é o que nós...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vossa Excelência tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Solicito ao nobre deputado Sérgio Spada, Líder do nosso partido, conceda-me o Horário da Liderança do PSDB?

**O SR. SÉRGIO SPADA**

Concedo, e gostaria de saber se Vossa Excelência vai abordar o assunto da Estrada do Colono.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Perfeitamente.

Apenas para concluir, senhor presidente, esta parte do meu pronunciamento, dizendo que, se o governo federal falha com todas essas medidas que podem ajudar a nossa agricultura, que nós, no Estado do Paraná, não fiquemos como lá muito tempo se ficou, por exemplo, obedecendo ao Estado de São Paulo, quando nós não podíamos plantar laranjas, apenas e tão somente por um interesse comercial e de dominação de produção do Estado de São Paulo!

Nós precisamos tomar medidas que são importantes aos nossos agricultores, e sem dúvida nenhuma essa é uma medida importantíssima para o setor da agropecuária do nosso Estado, tenho certeza absoluta que os deputados vão compreender este momento e vão aprovar o projeto.

Agora, se houver Emenda que o descaracterize, nós precisamos ter, sim, o apoio de todos os deputados, para que mantenhamos intacto o projeto, a fim de cumprir aquilo que está estabelecido aqui, que é a igualdade de condições, para que o nosso setor agropecuária e da agroindústria, principalmente possam competir com os outros Estados. Pois bem, senhor presidente, gostaria, para encerrar, deputado Sérgio Spada, em alusão ao que me pede Vossa Excelência, em respeito à nossa popula-

ção do Sudoeste-Oeste do Paraná, uma ponte não é uma ponte; uma ponte é uma ligação.

Não sabe o que significa uma ponte quem nunca teve a tradição, não desbravou nenhuma região, quem não ligou dois caminhos, quem não passou pelo que passou à população do Sudoeste e Oeste do Paraná, com relação a Estrada do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu.

Não há um parque no mundo, nenhum, que não tenha uma estrada de visitação, não há um parque que não tenha a sua preservação garantida, que não seja pela força da sua gente, pela força da população que o circunda. E o Parque Nacional do Iguaçu, numa decisão da Justiça, e pior, cumprida com absoluta, com grande truculência, não apenas magoou a população que habita ao seu redor, quer seja na região Oeste ou Sudoeste do Paraná.

Não! Feriu o brio de uma população inteira que sabe o que é construir um caminho, o que é ter feito ligação de uma região à outra. A população está indignada com aquilo que aconteceu na Estrada do Colono; não sei se há remédio jurídico para resolver esta situação, mas com certeza haveremos de ter o entendimento com o IBAMA, com os órgãos ambientais deste País, para que possamos ter uma alternativa viável de preservação do parque, quem sabe um projeto - feito ainda quando estava no IAP, antigo ITCF, que era a preservação dessa estrada de uma forma que pudéssemos não agredir ao meio ambiente, mas que pudéssemos integrar a estrada às populações do Oeste e Sudoeste do Paraná. Com certeza absoluta esta é uma medida que se tomou no Parque Nacional do Iguaçu, que afronta a nossa população, que construiu essas duas regiões e que, por força dessa ligação, houve a integração do nosso povo, e não é possível assistirmos a forma como foi retomada essa estrada numa afronta. Aliás, eu gostaria de ver o Exército Nacional com a mesma determinação em Foz do Iguaçu, para combater o narcotráfico, para prender os bandidos, para fazer com que esses que desrespeitam a lei do País e colocam a segurança nacional em jogo, para que pudessem pagar o preço da lei.

Concedo aparte ao deputado Sérgio Spada.

**O Sr. Sérgio Spada**

Deputado Augustinho Zucchi, tenho certeza que Vossa Excelência fala em nome de todos os deputados da Bancada do PSDB, neste Plenário.

A respeito de ambos os assuntos abordados por Vossa Excelência, com muita propriedade, primeiro a questão do projeto de lei nº 219/2001, de autoria do nobre presidente Hermas Brandão, muito bem justificado, contará com o apoio unânime da Bancada do PSDB. Até porque todos nós conhecemos a necessidade da aprovação de um projeto como esse, para dar vida, para dar sustentação ao nosso setor primário, à agroindústria e particularmente, à pequena agricultura de todo o Estado do Paraná.

Com relação à Estrada do Colono, ontem pela manhã, com diversos outros parlamentares, a deputada

Luciana Rafagnin, os deputados Eli Ghellere, Ademir Bier, Chico Noroeste, há pouco falava com o deputado Traiano e o deputado Elio Rusch, enfim, todos os deputados de ambas as regiões, Oeste e Sudoeste do Estado, estamos solidários com as suas populações.

Aliás, deputado Augustinho Zucchi, à vezes, a sociedade se questiona: que País é este? Como dizia o slogan daquela bandeira de luta, usada no peito de todos que lá estavam naquele momento. Gastam, numa operação como aquela, seguramente, mais de 5 milhões de reais para reprimir lideranças, prefeitos da região que foram agredidos fisicamente, inclusive - a quem nós deixamos aqui a nossa solidariedade - agredir, mais do que fisicamente: moralmente! Porque estão agredindo e rasgando uma parte da história daquelas duas regiões do Estado do Paraná.

Àquelas lideranças, aquele povo, nossa solidariedade. À Polícia Federal, ao Exército, pela forma como agiram, nosso repúdio, veemente repúdio, contra o que foi e está sendo praticado naquela região.

Gostaria de comunicar a Vossa Excelência que falávamos com o presidente Hermas Brandão, os deputados Ademir Bier, Irineu Colombo, que não pôde estar hoje neste recinto, de que nós estamos apresentando um requerimento à Casa, para que oficialmente se crie uma comissão de representantes por deputados do Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, e outros que queiram dela integrar, deputado Elio Rusch, para que nós, em nome da Casa, do Poder Legislativo do Estado do Paraná, possamos estar de vigília permanente e inclusive acompanhando todas as ações do movimento, como um todo, e particularmente do IPOPEC (?), em Brasília, Curitiba, onde for necessário, para que nós consigamos devolver aquela estrada, que é do povo, ao povo, que está construindo o progresso e o crescimento daquela região.

Muito obrigado, deputado Augustinho Zucchi.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo um minuto para Vossa Excelência concluir seu pronunciamento.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Agradeço o aparte do deputado Sérgio Spada, e quero dizer da nossa aprovação com relação a esta Comissão. Nós teremos um trabalho que realmente vai dignificar os representantes do Sudoestes e do Oeste do Paraná, nessa comissão.

Deputado Hermas Brandão, para encerrar, gostaria mais uma vez de parabenizá-lo por este projeto. Vossa Excelência, com certeza absoluta, corrige uma injustiça que está se praticando hoje, no Paraná. E tenho certeza que os avicultores, os suinocultores, os pecuaristas do Paraná de forma geral, aqueles que trabalham com leite, sabemos que são centenas, milhares de pequenos produtores que vão lhe agradecer por esta iniciativa.

Parabéns a Vossa Excelência! Parabéns aos agricultores que nos visitam hoje.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Zuk.

#### SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, visitantes.

Enquanto o Paraná era eminentemente agrícola o Estado de São Paulo não se incomodava porque lhe dávamos desde o início do descobrimento do Brasil, com os bandeirantes, as riquezas que ele possui.

Maior centro empresarial do País, melhores indústrias, e principalmente, a atenção do setor econômico da Nação. Nada acontecia no Brasil, se São Paulo não fosse o primeiro agraciado.

Nesta Casa, o Paraná que sempre teve as mãos calejadas, através da agroindústria, olhou um novo horizonte. E foi neste Plenário, senhores visitantes, nesta Casa e naquela cadeira onde se encontra o deputado Hermas Brandão, que em um consenso dos 54 deputados, nasceu a Lei Aníbal Khury, que deu condições iguais a São Paulo, de uma competitividade na implantação dos pólos automotivos que estão situados no Estado.

Não foram tão somente os deputados, foram vocês agricultores e paranaenses de um modo geral, que deram o grito de independência e deram a nós, do Paraná, além da agricultura e da pecuária, a industrialização do Estado, que foi feita por uma lei nesta Casa.

Quando chegamos em igualdade de condições, no oferecimento de incentivos, de atração de indústria, o que é que fez São Paulo? Entrou em uma distância superior com um pedido, revogando essa lei que a Casa aprovou, fazendo o bem do Paraná e do Brasil.

Mas, São Paulo não quer o bem do Brasil; só do Estado de São Paulo. São os seus políticos, são as suas lideranças. Sempre foi assim, mas de agora em diante não será, porque não é o Paraná é o Rio Grande do Sul, que já deu uma lição, quando falavam que o maior dos Estados tinha que ter o melhor futebol. E me desculpem os corintianos, levaram de 3x1 e mereciam perder de 10x1 no último jogo da tarde de ontem.

E é assim que vai ser a goleada da agricultura do Paraná. O governador não quis; ele foi alertado no dia 02 de abril, pelo ilustre colega do PDT, Eli Ghellere. Aqui está o documento dizendo para o governador respeitar a liminar que fazia com que aquela Lei Aníbal Khury fosse abrandada, fosse remodelada. Mas o governador, insensível, através dos tecnocratas da Secretaria das Finanças, abrangeu todo Paraná, retirando e dando a penalidade que hoje vocês todos possuem e nós também porque somos agricultores. E agora, está sendo ela recuperada, através dos 54 deputados, da pessoa dessa liderança que representa todos nós, mas na somatória de todos os votos que tem o deputado Hermas Brandão, que foi eleito unanimemente o único candidato a presidente, terá deste Plenário, a unanimidade de votos em favor da agricultura do Paraná.

Faço esse registro, para que fique nos anais desta Casa, que essas suas movimentações não fiquem tão somente agora. Vamos ver as emendas, que a pedido do governo, algum deputado da base governista vai apresentar, além de hoje, do Hermas Brandão.

Vamos ficar atentos, se o governador não veta essa lei. Vamos ficar atentos para no dia de amanhã, somar esses esforços de hoje, quando dirigentes, agricultores, pecuaristas e deputados, os 54 representados pelo deputado Hermas Brandão, traduza uma lei igual à que deu incentivo a este Estado, no desenvolvimento industrial. Vamos fazer a Lei...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo um minuto para Vossa Excelência concluir seu pronunciamento.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Para dar uma amostra a esse governo Jaime Lerner, de tecnocratas, de pessoas que realmente não entendem o que é trabalhar com a mão, oferecendo o desenvolvimento do Estado seja respeitado, porque, se ele quisesse, dentro daquele decreto já teria tirado a agricultura desta penalidade que vamos tirar, com a lei de vocês, que tem o nome do nosso presidente, Hermas Brandão.

Vamos juntos somar com o Paraná, pela independência neste Brasil e dar aquilo que o Grêmio não deu, que só foi 3x1. Mas vamos dar de 54x0 no governo do Estado, em favor da agricultura do nosso Paraná.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Ainda no Pequeno Expediente, o deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Inicialmente quero cumprimentar o deputado Hermas Brandão, pela sensibilidade, pela coragem, pela compreensão, pela grandeza em apresentar um projeto de lei nesta Casa, que atende os interesses da maior indústria deste Estado, a indústria sem chaminé, a indústria que gera emprego, a indústria que é a grande fortaleza deste Estado, que é a agricultura, uma indústria abandonada pelos governos. Que não teve o apadrinhamento que recebeu a Renault, que recebeu a Crysler e que receberam outras indústrias que vieram e receberam de presente dos cofres públicos, milhões de reais.

A agricultura do Paraná, é a nossa maior indústria. Mas que não recebe apoio e subsídio deste governo.

O deputado Hermas Brandão, homem do interior, catalizando os sentimentos dos segmentos que lideram a agricultura, apresentou nesta Casa um projeto de lei de grande envergadura, para que possamos apreciá-lo e votá-lo a partir de hoje.

E eu quero aqui, senhores deputados, em meu nome e em nome da bancada do PMDB, de todos os

deputados: Strapasson, Caíto Quintana, Anibelli, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi e Ademir Bier, dizer que o PMDB vai votar sim, favorável a esse projeto, porque temos tradição em nosso partido, de apoiar a agricultura. Em todos com programas, com atitudes, com apoio para fortalecer a pequena, a mini e a média propriedade rural.

Infelizmente, com esse governo que aí está, nenhum projeto de apoio à pequena agricultura, ao agricultor do Paraná! O nosso agricultor está largado à sua própria sorte!

É por isso que os agricultores do Paraná estão aqui, saindo dos mais longínquos municípios do interior do Estado, para dizer que eles estão com os olhos abertos, para cobrar dos deputados projetos que possam socorrer a nossa agricultura, como este do deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa.

Ainda na semana que passou tivemos aqui, na frente da Assembléia Legislativa, na Praça Nossa Senhora de Salete, a presença de milhares de paranaenses, vindos de todos os quadrantes deste Estado, paranaense que aqui vieram trazer um projeto de lei para apresentar nesta Casa, proibindo que o governador Jaime Lerner venda a Copel, último patrimônio que o Paraná possui.

**(Aplausos)**

Há dias atrás tivemos aqui, como vocês aqui estão, trabalhadores ligados à agricultura familiar, pedindo, implorando atitudes e ações do governo, para viabilizar a pequena propriedade.

Hoje, recebemos os agricultores ligados à agroindústria, que aqui vêm, não pedir, mas exigir, porque o povo do Paraná, aqui nesta Casa, manda, porque esta Casa é do povo! E o povo, quando aqui vem não vem pedir; vem exigir que os deputados cumpram com aquilo que a população lhes confiou quando os elegeu.

Esse projeto, deputado Hermas Brandão, é completo de justiça, porque permite competitividade aos produtores das agroindústrias do Paraná. Permite que as agroindústrias de carne, suínos, aves e lácteos, possam usufruir do direito do crédito de ICMS, pago em operações anteriores, especialmente nessas áreas. É por isso, que o Paraná, ao aprovar este projeto, faz justiça aos agricultores do nosso Estado.

Vi uma faixa ali fora, quando cheguei: "Agricultura não quer favor. Agricultura quer justiça." "Agricultura não quer esmola. Agricultura quer leis que protejam o agricultor paranaense". E é essa a nossa obrigação de deputados, de zelarmos pelos interesses da nossa agricultura.

Por isso, senhoras e senhores, vamos aprovar esse projeto. Se o governador vetá-lo, como tem vetado as leis que beneficiam o povo do Paraná, iremos derrubar o veto, porque senhores agricultores, a situação está caótica no Paraná! O governador Jaime Lerner teve a coragem de mandar um projeto de lei para esta Casa, para cobrar água dos agricultores! O governador Jaime Lerner teve a coragem de eliminar todos os programas que ajudavam a

agricultura que antigamente estavam aí, através do Banco do Estado! Porque ele não só eliminou, como vendeu o Banco do Estado do Paraná! O governador Jaime Lerner, este governador que vive viajando, que endividou o Paraná, que acabou com a educação, que se escondeu no Palácio Iguaçu, que criou o pedágio, que se envolveu em atos de corrupção, com Londrina, com a Copel, com Sercomtel, é bem capaz de vetar esse projeto de lei!

Mas nós estaremos aqui para atender a população do nosso Estado, votando a favor do povo e derrubando a vontade desse governo, que vira as costas à população!

Por isso, ao finalizar as minhas palavras quero falar em nome do PMDB, dizendo a toda população presente que nós, do PMDB, estaremos do lado da agricultura como sempre estivemos, dando apoio e fortalecendo, para que a maior indústria deste Estado continue sobrevivendo, alimentando e gerando o progresso do nosso Paraná!

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin e, posteriormente, ao deputado Waldyr Pugliesi

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje pretendia fazer aqui a leitura do expediente que encaminho ao Ministério Público do Paraná, para que proceda a análise das contas do governo Lerner, mais especificamente de 1999. Mas não pretendo cansá-los, até porque tenho tido aqui outras oportunidades e tenho relatado os fatos e os números. Então, encaminho ao Ministério Público, que aliás já encaminhei, são 17 itens contábeis e 10 que ferem a Constituição do Estado do Paraná.

Mas eu poderia destacar alguns. Por exemplo: como foi, quando foi e para quem foram vendidas as ações da Copel? Algum deputado sabe quanto de ações o governo vendeu? Para quem vendeu? Pois bem, no balanete também não consta, se nós não sabemos, também não se encontra no balanço de 97, 98 e 99. Há sim, uma citação que o governo teria vendido a 197 milhões de reais e aí o conselheiro diz que, na verdade, foram 500 milhões de reais.

Então, há um contraditório de 303 milhões de reais. Um pequeno contraditório!

Aí fica o Ministério Público nos devendo a informação em relação à venda da Sanepar, para quem foi vendida, como foi vendida e por quê foi vendido 93 milhões a menos do seu valor patrimonial?

Solicito também cópia do contrato, do compromisso que o governo assumiu, na questão do Banestado. Nós não sabemos a que juro o governo assumiu e de onde ele contraiu esse dinheiro. Consta lá, INSS, mas não está claro, na prestação de contas, e também não veio aqui para esta Casa, que eu tenha conhecimento.

Também solicito que o Ministério Público faça aquilo que nós não conseguimos fazer, que é nos informar quanto o governo antecipou do royalties de Itaipu, quanto é isso e como é que foi?

Senhores deputados, como já disse, não vou me alongar; apenas confio na Justiça e espero que ela seja feita.

Em seguida passarei à leitura de material encaminhado ao Ministério Público.

(Lê):

“Senhor Procurador:

Na condição de deputado estadual, tenho me dedicado ao exame das contas do Governo Lerner, mais especificamente às do ano de 1999. Até onde nossa análise pode alcançar, elencamos indícios de irregularidades, os quais foram levantados pelos próprios técnicos do tribunal de Contas - TC/PR.

Foram apontadas pelos técnicos, em relação às contas de 1999, vinte e sete irregularidades, as quais, além de ferirem princípios constitucionais, também violaram ditames legais e parâmetros de gestão administrativa (cópias das páginas 80 a 82 do relatório do TC/PR em anexo - Anexos 21 a 23 e 27). Deste total, dezessete pontos referem-se aos aspectos técnicos-contábeis, e os outros dez são atinentes aos aspectos legais e jurídicos.

A gravidade dos fatos levantados pela Inspeção Geral de Controle - IGC do PT/PR (cópia em anexo das páginas 82 e 83 do Relatório da IGC) estão corroboradas com a assinatura de dez técnicos. São eles: Akichide Walter Ogasawara - Diretor IGC; Emilson Grassani; Mauro Munhoz, Nei Jorge Ribeiro da Silva, Regina M. G. Sampaio; Laura Spengler Rosenau, Guilherme Berdião Aor; estes exercendo o cargo de Técnico de Controle Contábil; ainda, Onivaldo Ferreira dos Santos e Fátima Bacchi Barbalho, Oficiais de Controle; e, por fim, Amaury de Oliveira e Silva (Técnico de Controle Administrativo) e Sandra do Rocio Campos (Técnica de Controle Econômico). Diante do que foi atestado por dez técnicos, é crível que algo errado há com as contas do governo Lerner no ano de 1999.

Em que pese os dez técnicos haverem ressaltado tal prestação de contas, elencando vinte e sete relevantes, a sequência do trâmite burocrático do TC/PR levou o processo ao presidente da Corte, conselheiro Rafael Iatauro. Esse conselheiro admite as ressalvas, todavia, na mesma página (nº 111, cópia/Anexo 26) o presidente do TC/PR expressa seu parecer prévio favorável à aprovação das contas de 1999.

Ressalte-se que a Assembléia Legislativa se ampara no parecer do TC/PR para decidir se aprova ou não as contas do governo do Estado.

Elencamos a seguir as fundamentações que respaldam nossa preocupação em face dos fortes indícios de irregularidades constatados nas contas de 1999.

### **Fundamento nº 01**

Descumprimento por parte do governo do Estado do Parágrafo Único do artigo 4º da Lei nº 11.253, de 21.12.1995, que concedia ao Executivo autorização para vender, dar em caução e/ou oferecer em garantia de operações de crédito, financiamentos e operações de qualquer natureza, as ações que possuía da Companhia Paranaense de Energia, trazendo à instrução do Processo somente esclarecimentos restritos ao aspecto financeiro não fazendo qualquer menção à natureza operacional dos recursos advindos para o atingimento da finalidade (folha 09 - Anexo 01) Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos do Tribunal de Contas.

Questionamentos a serem esclarecidos pelo governador Jaime Lerner a este duto Ministério Público do Paraná:

- a) Quanto por cento de ações foram vendidas?
- b) A quem ocorreu a venda?
- c) Qual foi o recurso efetivamente gerado?
- d) Onde realmente os recursos foram aplicados?
- e) A natureza das aplicações correspondeu às finalidades propostas?

### **Fundamento nº 02**

A Lei nº 11.253/95 continuou sendo descumprida no exercício financeiro de 1999, na prestação de contas do governo do Estado, à folha nº 70, anexo 02.

Os técnicos do Tribunal de Contas apuraram ter ocorrido uma redução acionária do governo no capital social da Copel de 49,04% em 1998 para 31,10% em 1999, equivalente a uma entrada de recursos da ordem de R\$197 milhões.

O presidente do TC/PR cita à folha nº 5, anexo nº 03, que a baixa de títulos de participação societárias, decorrentes da venda de ações da Copel, foi de R\$500 milhões.

Questionamentos a serem esclarecidos pelo governador Jaime Lerner.

- a) Onde o presidente do TC/PR obteve a informação de R\$500 milhões?
- b) Onde os técnicos do mesmo TC/PR obtiveram a informação de que foi de R\$197 milhões?
- c) Que fim levou a diferença de R\$303 milhões, uma vez que técnicos do TC/PR afirmaram na prestação de contas que não conseguiram formar opinião, nem sobre a aplicação de R\$197 milhões face à generalidade da lei autorizativa?

### **Fundamento nº 03**

Na prestação de contas de 1998, também ocorreu a redução da participação acionária do governo do Estado no capital social da Sanepar, passando de 87,52% para 60%, cuja entrada de recurso foi de R\$244 milhões (anexo 02).

Nos mesmos moldes da falta de transparência do caso Copel, ocorreu com os R\$244 milhões da Sanepar, para os técnicos do TC/PR não foi possível firmar opi-

nião sobre a destinação dos recursos, tendo em vista a generalidade da lei.

Questionamentos a serem esclarecidos pelo governador Jaime Lerner.

a) Onde foram aplicados os R\$244 milhões da venda de 34,75% da participação societária do governo, na Sanepar?

b) quem restituirá ao patrimônio do Estado, R\$93 milhões que o governo do Paraná repassou à iniciativa privada pela venda inferior ao patrimônio líquido da Sanepar?

### **NOTA**

Pela gravidade das providências não necessitamos de reflexão aprofundada para assegurar-nos de que deixar esse governo vender o que resta da Copel beira a raia da insanidade.

### **Fundamento nº 04**

Consta da Prestação de Contas de 1999, que o governo inscreveu em Dívida Ativa no período de 1995 a 1999, R\$1.445.362.884,40 (hum bilhão, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e dois mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

Baixou por recebimento - R\$28.468.102,12

Baixou por cancelamento - R\$191.681.711,18

(Anexo 15)

Questionamento que deve ser esclarecido pelo governador.

- a) como inscrever R\$1,4 bilhões e receber R\$28 milhões?
- b) Como receber R\$28 milhões e cancelar R\$191 milhões?
- c) Quem foi agraciado com esses recursos ou com o perdão de suas dívidas?

### **Fundamento nº 05**

Consta da prestação de contas do Exercício financeiro de 1999, que o governo

. empenhou precatórios a pagar no montante de R\$251.842.591,00

. pagou no exercício R\$ 21.236.901,00

(Anexo 17)

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) Por que estamos perdoando dívidas ativas a favor do Estado e não estamos honrando compromissos com precatórios?

### **Fundamento nº 06**

O governo saneou o Banestado em 1999, aplicando R\$5,6 bilhões, incluindo incorporação de ativos de baixa ou quase nula conversibilidade de R\$1,5 bilhões, sendo que:

- . integralizou capital de R\$5,6 bilhões
- . recebeu Letra e Títulos de conversão duvidosa no valor de R\$428 milhões, segundo os técnicos do Tribunal

de Contas, se os referidos títulos não forem aceitos no mercado, no mínimo pelo valor de compra, significa que o Ativo do Estado estará superestimado. (Anexo 05).

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) Quem arcará com o prejuízo ao patrimônio do Paraná, quando da venda de títulos dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, bem como as Letras do Tesouro Municipal de Guarulhos e Osasco?

b) Dos 5,6 bilhões, R\$5,1 bilhões foram refinanciados junto ao INSS, onde está o contrato com as condições do refinanciamento? (Anexo 13).

#### **Fundamento nº 07**

A dívida do Estado do Paraná evoluiu de 1998 para 1999, de R\$6,15 bilhões para R\$13,3 bilhões, ou seja, de 80,36% para 117,31% (Anexo 09).

Com referência ao índice de liquidez do Estado, no período de 1995 a 1999, em 1995, o governo possuía na Administração Direta R\$0,80 para cada R\$1,00 de dívida. Em 1999, tinha para cada real de dívida apenas R\$0,04. (Anexo 14).

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) Que fim levou o patrimônio do Paraná?

b) Por que os bens e direitos em 1995 somavam R\$3.489 bilhões e as obrigações R\$2,003 bilhões, enquanto que em 1999, os bens e direitos do Estado passaram a R\$13,001 bilhões e as obrigações para R\$13,364 bilhões? (Anexo 11).

#### **Fundamento nº 08**

O governo realizou em 1999 receitas decorrentes da alienação (venda) de bens, na importância de R\$7,3 milhões, e não procedeu à respectiva baixa no seu ativo.

A consequência deste fato ocasionou a irrealidade do ativo, bem como o resultado patrimonial não reflete a realidade. (Anexo 4)

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) Os bens que foram vendidos e não baixados não poderão ser novamente vendidos?

b) Qual o nível de confiabilidade que a Controladoria Estadual apresenta, ao registrar apenas o produto da venda sem a saída ou baixa dos bens vendidos?

#### **Fundamento nº 09**

O governo apresentou, na prestação de contas do Exercício financeiro de 1999, em seu balanço geral, como resultado orçamentário, um superávit de R\$544 milhões, enquanto os técnicos do Tribunal de Contas apuram um déficit de R\$154 milhões. (Anexos 19 e 20)

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) de que forma o governador explica seu discurso de transparência administrativa, apresentando em contrapartida, dubiedade em seu balanço anual?

#### **Fundamento nº 10**

Mesmo que façamos um exercício, no sentido de tentar reconhecer que o governo reduziu gastos com divulgação e propaganda em R\$95 milhões, de 1998 para 1999, fica impossível nos conformarmos que o governo deixou de repassar, em 1998, para área social, entre elas IPE, Instituto de Saúde do Paraná, Fundo Estadual de Saúde, entre outros, o valor de R\$290,1 milhões, e no mesmo ano tenha gasto em divulgação e propaganda R\$134 milhões.

Ressalte-se ainda que no período de 1995 a 1999, estes gastos atingiram a estrondosa cifra de R\$406 milhões. (Anexo 10)

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) Em que o povo do Paraná foi beneficiado com tamanho gasto com divulgação e propaganda?

b) Se o gasto de 1999 foi de R\$39 ou R\$41 milhões com os gastos institucionais, por que o governo gastou no ano anterior R\$134 milhões? (Anexo 12)

#### **Fundamento nº 11**

As despesas com divulgação e propaganda necessitam de prévia autorização, através de pedido de autorização para divulgação e veiculação - PADV's. No exercício de 1999, os técnicos do Tribunal de Contas, constataram que tais despesas foram realizadas sem a respectiva aprovação, em 99,9% dos casos relativos às Empresas Públicas e às Sociedades de Economia Mista, ou seja, para um gasto de R\$13,7 milhões, apenas R\$1.000 foi aprovado, o que significa, 0,01% de aprovação. (Anexo 08)

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) Para que servem as PADV's, legalmente aprovadas, senão para o controle e fiscalização do governo de tais despesas?

b) As despesas não autorizadas, não deverão ser excluídas da prestação de contas do governo, e seus ordenadores responsabilizados?

#### **Apelo ao Ministério Público do Estado do Paraná**

Diante de tamanha gravidade dos fatos relatados, apelamos ao Ministério Público do Paraná, um dos mais competentes órgãos do País, sendo motivo de elogiosas observações de vários Estados, na salvaguarda dos direitos do cidadão paranaense, que nos auxilie na busca da transparência e da verdade, bem como na adoção de medidas judiciais cabíveis aos responsáveis.

Pedimos também o auxílio nas respostas das seguintes perguntas que devem ser dirigidas ao governador do Estado, Jaime Lerner:

a) Qual o volume de ativos vendidos no Estado?

b) Aonde e como ingressaram os recursos provenientes da venda dos referido ativos?

c) Quanto e como realmente foram aplicados os recursos provenientes da venda de ativos públicos?

d) Quantas ações da Copel foram vendidas e aonde foi parar o dinheiro arrecadado, já que desde 1997 o próprio Tribunal de Contas vem afirmando em seus relatórios que não sabe quanto e nem onde foram aplicados os recursos da venda das ações da nossa Companhia Paranaense de Energia? Ressalte-se que, por se tratar de matéria urgente, pois o governador Jaime Lerner está determinado em vender a Copel, esta resposta é deveras importante.

e) Como e de onde foram captados os recursos para o saneamento do Banestado?

f) Qual foi o montante de recursos arrecadados com a antecipação dos royalties de Itaipu e aonde foi aplicado este dinheiro?

g) De onde veio e quanto foi aplicado na capitalização do fundo ParanaPrevidência?

Sugerimos, para o respaldo de tais averigüações, seja requisitado por este Ministério Público a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná relativo ao Exercício Financeiro de 1999, para que se evite um mal ainda maior com a aprovação precipitada, sem que a verdade e a transparência sejam efetivamente alcançadas.

Sem mais, renovamos nossos protestos de estima e consideração bem como de nossa confiança plena nesta Instituição, que é a salvaguarda dos interesses e dos direitos do povo do Paraná.

Atenciosamente.

(a) NEIVO BERALDIN  
Deputado Estadual

Ilustríssimo Senhor  
Doutor MARCO ANTONIO TEIXEIRA  
MD Procurador Geral de Justiça do  
Estado do Paraná"

## ANEXO 01

A referida operação efetivou-se como empréstimo por antecipação de receita, sujeitando-se às regras estabelecidas pela Resolução nº 69, de 14.12.95, do Senado Federal, sendo compensada através da arrecadação do ICMS a ser recolhido pela Copel, em 10 parcelas a partir de 18.01.98, atualizadas pela taxa média de remuneração dos depósitos interbancários e acrescidas de 2% calculados sobre a referida taxa, tendo sido formalizado o ajuste através da informação nº 248/97 DIDIP.

Assim, caracteriza-se como questionável a operação concretizada entre o governo estadual e a Copel, em razão do disposto na Resolução supra citada.

Caso seja entendida como regular, ainda persiste a condição de que o ajuste inobservou o artigo 12 da Resolução 69/95, que prevê que empréstimos desta natureza, obrigatoriamente deverão ser liquidados em 30 dias após o encerramento do exercício em que foram contratados.

## 3.2. Reavaliação de Bens Móveis e Imóveis

Constatou-se na análise dos documentos que instruem a presente Prestação de Contas que não foi cumprido o previsto no artigo 106, da Lei nº 4320/64, uma vez que os bens móveis e imóveis registrados no Ativo Permanente do Balanço Geral do Estado, tanto da Administração Direta como na Indireta, não mereceram as suas atualizações ou reavaliações. Verifica-se do procedimento adotado, que a exemplo dos exercícios anteriores, os valores que constituem as demonstrações financeiras do exercício de 1997 não trazem a realidade da situação existente, demonstrando índices que efetivamente inviabilizam tecnicamente qualquer avaliação da gestão patrimonial do executivo estadual.

## 4. ASPECTO DE GESTÃO

### 4.1. Informações sobre a Venda de Ações da Copel

Ficou devidamente caracterizado na prestação de contas sobre exame, que o Poder Executivo Estadual deixou de fazer constar no Balanço Anual, informações sobre a venda de ações da Copel, desamparando o estabelecido no parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 11.253, de 21.12.95, que concedia ao executivo autorização para vender, dar em caução e/ou oferecer em garantia de operações de crédito, financiamentos e operações de qualquer natureza, as ações que possuíam da Companhia Paranaense de Energia, trazendo a instrução do processo somente esclarecimentos restritos ao aspecto financeiro, não fazendo qualquer menção à natureza operacional dos recursos advindos para o atingimento da finalidade.

## ANEXO 02

### 5.13.1 Redução da Participação Societária do Estado nas Empresas

O Estado reduziu sua participação acionária no capital social da Copel, onde participava com 49,04% e, atualmente detém 31,10% e, também, no capital da Sanepar, que possuía 87,52%, passando para 60% em 31.12.98.

Essas alienações representaram em 1998 um ingresso na Receita de Alienação de Títulos Mobiliários de R\$441,5 milhões, contabilizados como Vendas de ações, sendo da Copel R\$197 milhões e da Sanepar R\$244 milhões.

### 5.13.2 Aplicações dos Recursos Obtidos pelo Estado na Venda de Ações

Conforme estabelecido na Lei nº 11.253 de 21.12.95, que autoriza a venda de ações da Copel e Lei nº 11.963 de 19.12.97, relativa à venda de ações da Sanepar, as receitas auferidas serão aplicadas em: atividades produtivas, aumento da receita tributária, geração de empregos, preservação do patrimônio, atração de capitais e investimentos na área energética.



Contudo, face à generalidade da lei, o que respeita a aplicação dos recursos não foi possível formar opinião sobre o assunto.

#### 5.13.3 - Retorno do Capital Investido - Dividendos

O retorno dos investimentos realizados pelo Estado nas empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a título de dividendos, no exercício de 1997, foi de R\$107,2 milhões e em 1998 motivado principalmente pela redução da participação no Capital Social da Copel, este resultado foi menor, perfazendo R\$44,2 milhões.

#### 5.13.4 - Devolução de capital subscrito

Em 1996 foi instituída pela Lei nº 11.428 a empresa Paraná Investimentos S.A. com a participação do Estado em 98,49% do seu capital, cuja subscrição realizou-se mediante a transferência de ações da Copel.

### ANEXO 03

O Saldo Patrimonial acumulado, conforme apontado pelo eminente relator, apresentou resultado negativo de R\$311 milhões. A princípio, o valor permite questionamento, se comparado com o resultado de 1997, em se considerando que, nesse último exercício o Ativo Real Líquido foi de R\$1,597 bilhões e, em 1998 o resultado foi negativo, de R\$1,908 bilhões.

A análise das atividades desenvolvidas no exercício de 1998, evidencia que ocorreram fatos relevantes que proporcionaram resultado desfavorável. Senão, veja-se:

- Inscrição de precatórios, por decisão judicial, cujo reflexo foi o registro, na Dívida Flutuante, de R\$2,3 bilhões.

- Baixa de títulos de participações societárias, decorrente da venda de ações da Copel, de R\$500 milhões.

- Inscrição de dívida decorrente de empréstimos e financiamentos, de R\$800 milhões.

É importante acrescentar a não atualização dos bens que compõem o patrimônio do Estado. Ao longo do tempo, eles não foram reavaliados e, em face disso, estão sendo registrados e demonstrados pelo valor de aquisição, o que gera distorção no Resultado Patrimonial.

Este Tribunal, em reiteradas análises, tem recomendado que o Estado proceda as reavaliações dos bens registrados no Ativo, ressaltando o contido no artigo 106, da Lei nº 4320/64. Há que se evidenciar, todavia, que o mandamento legal em referência não determina a obrigatoriedade da reavaliação, mas faculta o procedimento.

Portanto, não restou a esta Casa outra alternativa diferente daquela de recomendar para que o Estado tome providências quanto à situação fática de seus bens.

### ANEXO 04

#### Tribunal de Contas do Estado do Paraná Inspetoria Geral de Controle

Tabela 20  
Variações Patrimoniais Resultantes da Execução - Adm. Direta - 1999

Em R\$

Ativas	Valor - R\$	Passivas	Valor - R\$
Receita Orçamentária	10.347.113.974,12	Despesa Orçamentária	9.803.326.829,16
(-) Mutações		(-) Mutações	
Patrimoniais Passivas	5.465.062.408,89	Patrimoniais Ativas	5.707.482.150,25
Cobrança de Dívida Ativa	6.708.898,61	Aquisição de Bens Móveis	4.020.994,25
Alienação de Bens Móveis	0,00	Constr. e Aquis. de Bens Imóveis	4.624.854,66
Empréstimos Tomados	5.422.794.547,67	Aquisição de Títulos e Valores	5.470.481.639,91
Recebimento de Créditos	15.558.862,71	Inscrição de Créditos	11.127.055,01
		Amortização de Empréstimos Tomados	217.227.556,42
Receita Efetiva	4.902.271.563,13	Despesa Efetiva	4.005.395.678,93
Resultado da Gestão Orçamentária			
Déficit	0,00	Superávit	805.424.885,20

Fonte: Balanço Geral do Estado 1999 - Vol. IV.

Destaca-se nas variações ativas a conta Aquisição de Títulos e Valores, na ordem de R\$5,4 bilhões, dos quais 94%, ou R\$5,1 bilhões, foram incorporados ao Banestado por força da Cláusula 3A.1, Alínea “D”, do contrato de saneamento do Banco, aplicados da seguinte forma: - Aumento de Capital no valor de R\$3,6 bilhões e 1,5 bilhão referente a aquisições de Ativos.

Os valores relevantes observados nas mutações passivas referem-se à inscrição de dívida decorrente de operações de créditos internas de R\$5,2 bilhões e externas na importância de R\$146 milhões.

Conforme demonstrado na tabela anterior, o Resultado de Gestão Orçamentária da Administração Direta apresentou Superávit de R\$806 milhões.

Há de se ressaltar que a contabilidade estadual, inobstante a realização de receita decorrente de alienação de bens, na importância de R\$7,3 milhões, não procedeu à respectiva baixa. A consequência desse fato ocasionou a irrealidade do ativo, bem como o resultado patrimonial não reflete a sua exatidão.

Portanto, se levado em consideração a mutação patrimonial passiva decorrente da operação evidenciada, o Resultado de Gestão, superavitária de R\$806 milhões, passaria para R\$799 milhões. Esse resultado influenciará diretamente o resultado patrimonial do exercício e também a composição do saldo patrimonial acumulado.

## ANEXO 05

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete do Conselheiro Rafael Iatauro

“Cláusula 2ª - O Estado se compromete a adquirir do Banestado, no prazo de um ano, contado da data da assinatura deste instrumento, os títulos públicos por este titulados em 31.03.98, de Emissão dos Estados de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco, e dos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP)...”

De outro lado, a aplicação dos recursos destinados ao Banco do Estado do Paraná ficou assim:

TÍTULOS	VALOR - R\$
Bens não de uso	7.891.621,96
Carteira de desenvolvimento	857.779.609,45
CDI/SADEP/COCELPA	272.316.000,00
Crédito de baixa liquidez	278.802.000,00
Título Grupo Atalla	36.273.000,00
Incorp. de ativos da Reflorest. Banestado	47.717.000,00
Ativos incorporados ao Estado	1.500.779.231,44
Integralização de capital (Banestado)	3.696.850.231,57
Capital integralizado no Banestado	3.696.850.231,57
Total dos recursos p/saneamento (Banestado)	5.197.629.462,98
LTE - Letra do Tesouro de Alagoas	150.539.705,37
LTB - Letra do Tesouro de Pernambuco	114.364.122,60
LTE - Letra do Tesouro de Sta. Catarina	65.194.556,37
LTM - Letra do Tesouro de Guarulhos-SP	16.475.574,01
LTM - Letra do Tesouro de Osasco-SP	81.579.472,78
Títulos do Banestado encampados pelo Estado	428.153.431,13
Total Geral dos Recursos do Saneamento	5.625.782.894,11

Fonte: Balanço Geral do Estado 1999 - vol. II e SIA 215-A.

A valoração do ativo do Estado, como observou a Inspeção Geral de Controle dependerá da aceitação desses títulos no mercado. Ou seja, aceito o valor nominal escriturado no ativo, ocorrerá, pela liquidez, a conversão em recursos financeiros. Caso contrário, não havendo recebimento desses papéis no mercado de capitais, “no mínimo, pelo valor de compra, significará que o ativo do Estado estará superestimado”.

**ANEXO 08**

Tribunal de Contas do Estado do Paraná  
Inspetoria Geral de Controle

Tabela 36

Despesas com Divulgação e Propaganda - 1999

Em R\$

TÍTULOS	Despesas Realizadas (1)	Desp. com Divulg. e Propag. (2)	% sobre Total	Divulg. Propag. Aut. p/PADV's	% sobre total	% 2/1	% 3/2
Total da Adm.Direta	9.803.328.829,18	19.795.645,62	50,21	19.205.269,35	96,87	0,20	97,02
Total da Adm. Indireta	1.415.063.250,92	5.857.158,19	14,86	620.329,27	3,13	0,41	10,59
Total da Emp.Publ. e Soc. Econom.Mista	0,00	13.771.449,33	34,93	1.005,76	0,01	0,00	0,01
Total Geral	11.273.392.930,10	39.424.253,14	100,00	19.826.604,38	100,00	0,35	50,29

Fonte: Anexo II da Lei 4.320/64 e Relatório de Acompanhamento da SECS.

Obs.: Os valores das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista referentes às despesas realizadas não foram apresentados na tabela, por não constarem dos volumes do Balanço Geral do Estado, e os relativos às despesas com divulgação e propaganda foram fornecidos pelas empresas através de ofício.

Pelos dados constantes do quadro anterior, fica evidenciado que as Entidades da Administração Indireta não

vêm cumprindo na plenitude o dispositivo já mencionado, pois do total das despesas realizadas pelas Indiretas, somente 10,59% foram autorizadas por PADV's e somente 0,01% das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

O demonstrativo a seguir evidencia a despesa processada nos últimos cinco exercícios.

Tabela 37

Despesa com Divulgação e Propaganda - 1995 a 1999

Em R\$

TÍTULOS	Despesa com Divulgação e Propaganda				
	1995	1996	1997	1998	1999
Total da Adm.Direta	9.912.353,80	21.017.376,82	63.660.383,30	72.271.356,38	19.795.645,62
Total da Adm. Indireta	8.094.226,02	32.883.149,47	20.925.317,99	14.142.797,82	5.857.158,19
Total da Emp.Publ. e Órg. Reg. Esp.	15.015.196,20	30.559.823,31	32.303.611,25	47.951.561,72	13.771.449,33
Total Geral gastos Divulg. e Propag.	33.021.776,02	84.559.823,31	116.899.312,54	134.365.735,92	39.424.253,14

Fonte: Balanço Geral do Estado 95/99 - Vol. I

**ANEXO 09**

Tribunal de Contas do Estado do Paraná  
Gabinete Conselheiro Rafael Iatauro

## d) Composição da Dívida Geral do Estado

A Dívida Geral do Estado, composta pela Dívida Fundada Interna e Externa e pela Dívida Flutuante, apresentou saldo de R\$13,3 bilhões com evolução de 117,31% em relação ao saldo do exercício anterior.

Tabela 27 - Composição da Dívida Geral do Estado

em R\$

DÍVIDA FUNDADA E FLUTUANTE - Composição da Dívida Geral									
TÍTULOS	VALOR EXERCÍCIO ANTERIOR	%	ANEXO	VALOR ANTERIOR	FUNÇÃO	EXERCÍCIO ANTERIOR	FUNÇÃO	VALOR EXERCÍCIO ANTERIOR	FUNÇÃO
<b>DÍVIDA FUNDADA</b>									
Dívida Fundada Externa	1.000.000,00	100,00		1.000.000,00		1.000.000,00		1.000.000,00	
Dívida Fundada Interna	1.000.000,00	100,00		1.000.000,00		1.000.000,00		1.000.000,00	
<b>DÍVIDA FLUTUANTE</b>									
Dívida Flutuante Externa	1.000.000,00	100,00		1.000.000,00		1.000.000,00		1.000.000,00	
Dívida Flutuante Interna	1.000.000,00	100,00		1.000.000,00		1.000.000,00		1.000.000,00	
<b>TOTAL</b>									
Dívida Geral	2.000.000,00	100,00		2.000.000,00		2.000.000,00		2.000.000,00	
Dívida Fundada	1.000.000,00	50,00		1.000.000,00		1.000.000,00		1.000.000,00	
Dívida Flutuante	1.000.000,00	50,00		1.000.000,00		1.000.000,00		1.000.000,00	

Fonte: Balanço Geral do Estado 1999 - vol. I

Obs.: Evolução da dívida 1997/1998 (vide Prestação de Contas 1998)

### ANEXO 11

Tribunal de Contas do Estado do Paraná  
Gabinete Conselheiro Rafael Iatauro

e) Análise Econômica Financeira

e.1) Análise Econômica

Esta análise, que contempla disponibilidades diante de obrigações, comprovou que o Estado apresentou comprometimento maior que o ativo real, traduzido num percentual de 102,80%.

Tabela 29 - Grau de Endividamento

Em R\$

ANÁLISE ECONÔMICA COMPROMETIMENTO DO ATIVO REAL			
COEFI- CIENTE	ADM. CONSOLIDADA		
1995			
Passivo Real	2.003.272.472,44	=	57,40%
Ativo Real	3.489.993.866,33		
1996			
Passivo Real	2.403.921.868,57	=	64,69%
Ativo Real	3.716.210.815,35		
1997			
Passivo Real	3.407.937.797,11	=	68,09%
Ativo Real	5.005.307.909,94		
1998			
Passivo Real	6.150.169.143,96	=	105,33 %
Ativo Real	5.839.046.471,90		
1999			
Passivo Real	13.365.254.056,06	=	102,80 %
Ativo Real	13.001.078.345,25		

Fonte: Balanço Geral do Estado -1999

### ANEXO 12

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete do Conselheiro Artagão de Mattos Leão

#### 5.1.1.3. Débitos de Tesouraria

Esta conta é integrada por dívidas do governo estadual com entidades da Administração Indireta, originadas pela falta de repasse de recursos orçamentários, no montante de R\$290 milhões.

Entre os valores representativos destacam-se:

Tabela 23 Débitos de Tesouraria (em R\$ milhões)

Entidade	Valor
DER - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem	78,5
Fundepar - Instituto de Desenv. Educacional do Paraná	31,0
Suderhsa - Superint. de Desenv. de Recursos Hídricos	30,3
IPE - Instituto de Previdência e Assistência ao Servidor Estadual	25,0
Instituto de Saúde do Paraná	22,6
Paraná Esporte	21,2
Fundo Estadual de Saúde	16,8
Outros	64,7
<b>Total</b>	<b>290,1</b>

#### 5.1.2. Passivo Permanente

Registra as dívidas de longo prazo - ou seja, as dívidas fundadas interna e externa - basicamente substanciadas em operações de crédito obtidas pelo Estado junto a instituições financeiras nacionais e internacionais visando o suporte financeiro a projetos de investimentos e operações de saneamento, mediante autorização legislativa.

Tabela 24 Evolução do Passivo Permanente (em R\$ milhões)

Ano	Interna	Externa	Total	Evolução (%)
1994	797,4	464,1	1.261,5	
1995	1.331,5	383,0	1.714,5	35,91
1996	1.447,8	426,7	1.874,5	9,33
1997	1.557,0	576,8	2.133,8	13,83
1998	1.542,1	810,3	2.352,4	10,24
1998/94 (%)	93,39	74,60	86,48	

**ANEXO 13****d.1) Dívida Interna**

Do montante a pagar, pelo Estado, 59,62% pertinem à dívida interna, perfazendo R\$7,9 bilhões, divididos entre contratos - R\$7,3 bilhões, e outras dívidas - R\$590,5 milhões.

Dos instrumentos de acordo firmados, o relativo ao saneamento do Banestado, celebrado com a União, responde com R\$5,1 bilhões. Importante salientar, ainda, que o mesmo Banco é responsável pelo valor de R\$537,9 milhões da composição das “outras dívidas”, sendo o restante refinanciamento, junto ao INSS.

**d.2) Dívida Externa**

A dívida externa montou a R\$1.2 bilhões e corresponde a 9,11%, do total das obrigações financeiras do Estado.

**ANEXO 14**

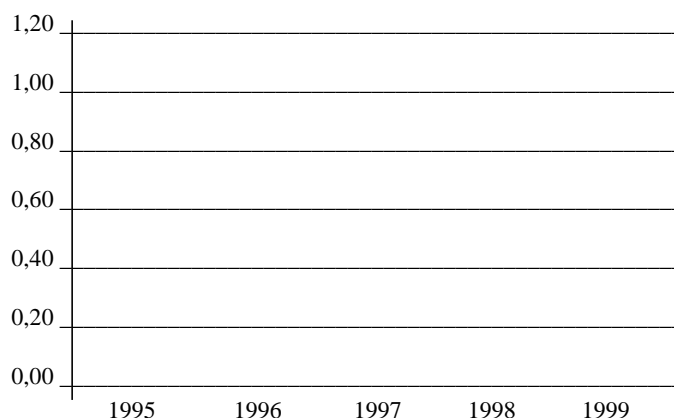
No exercício de 1995, o Governo possuía, na Administração Direta R\$0,80 para cada R\$1,00 de dívida. Esse índice tem decrescido a tal ponto que em 1999 o Estado tinha para cada Real de dívida apenas R\$0,04.

O gráfico demonstra a trajetória da liquidez ao longo dos últimos 5 anos:

Gráfico 13

Índice de Liquidez do Estado - Adm. Consolidada - 1995 a 1999

Em R\$



Fonte: Tabela 47

**4 - OUTROS ASPECTOS**

A partir de 1997, o Governo Estadual adotou uma série de medidas objetivando a redução da presença do setor público na atividade privada, quando implantou o Programa de Concessões de Rodovias, como também iniciou o processo de Saneamento Financeiro do Banestado tendo em vista a sua privatização.

Por ocasião da análise das prestações de contas dos exercícios de 1997 e 1998, foram abordados, por esta Inspeção Geral, aspectos, em caráter informativo, acerca dos Programas de Concessões de Rodovias e Saneamento do Banestado, afim de se estabelecer uma visão holística desses atos do Governo.

No exercício em análise, face a inexistência de fatos que alterassem a evolução dos programas, no entanto, salvo juízo superior, dada a relevância dos comentários procedidos na Instrução das Contas de 1998, reproduz-se a manifestação desta Unidade Administrativa acerca da matéria:

**ANEXO 15**

## c) Dívida Ativa

No exame deste tópico foram agregadas as considerações apresentadas pela Coordenação da Receita do Estado, requisitadas pela Diretoria de Tomada de Contas,

do Tribunal, além das informações já constantes do presente.

Tabela 25 - Dívida Ativa - por Exercício

em R\$

PERÍODO					
TÍTULOS	1995	1996	1997	1998	1999
<b>RECEITA DA DÍVIDA ATIVA</b>					
Prevista	24.480.000,00	2.725.000,00	4.022.150,00	4.360.000,00	4.180.000,00
Arrecadada	2.300.765,42	8.617.023,65	5.965.829,56	4.875.656,85	6.708.898,61
Diferenças	(22.179.234,58)	5.892.023,65	1.943.679,56	515.656,85	2.528.898,61
% de Arrecadação	-90,60%	216,22%	48,32%	11,83%	60,50%
<b>MOVIMENTAÇÃO EM VALORES ORIGINAIS</b>					
Saldo anterior	472.506.028,54	692.986.956,61	1.340.066.593,41	1.868.915.222,51	1.970.659.126,18
Inscrição em R\$	277.707.098,29	686.059.502,02	602.815.845,71	139.020.644,35	959.909.679,33
(-)Baixas por Recebimentos	2.300.765,42	8.617.023,65	5.965.829,56	4.876.656,88	6.708.896,61
(-)Baixas por Cancelamen.	54.925.404,80	30.362.841,57	68.001.387,05	32.401.083,80	5.990.993,96
Baixas - em R\$	57.226.170,22	38.979.865,22	73.967.216,61	37.276.740,68	12.699.892,57
<b>Saldo em 31/12</b>	<b>692.986.956,61</b>	<b>1.340.066.693,41</b>	<b>1.868.915.222,51</b>	<b>1.970.659.126,18</b>	<b>2.917.868.912,94</b>
Evolução Acumulada Base 1995	0,00%	193,38%	269,69%	284,37%	421,06%
% Relativo ao Exercício anterior		93,38%	39,46%	5,44%	48,07%

Fonte: Balanço Geral do Estado - 1999 - vol. II

A comparação dos Saldos da Dívida Ativa atestou o acréscimo de 48%, em termos nominais, porque as inscrições passaram de R\$139 milhões, no exercício anterior, para R\$959,9 milhões.

Deve-se ressaltar que a expectativa de cobrança da dívida ativa não foi representativa, se comparada ao seu saldo. A afirmação comprova-se pela previsão da receita

que foi de R\$4,2 milhões, contrastada com o saldo final do exercício de 1998, que já apontava R\$1,9 bilhões.

**ANEXO 17**

## d.3.2) Precatórios a Pagar

Tabela 28 - Movimentação de Precatórios

Em R\$

MOVIMENTAÇÃO DOS PRECATÓRIOS POR ADMINISTRAÇÃO - 1999					
ÓRGÃO	ORÇAMENTO AUTORIZADO	VALOR EMPENHADO	RESTOS A PAGAR EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR PAGO	RESTOS A PAGAR
Total da Adm. Direta	145.940.876	145.853.534	2.636.704.338	10.231.286	2.672.326.586
Total da Adm. Indireta	123.861.731	105.929.067	68.391.427	11.005.615	163.374.869
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>208.902.907</b>	<b>261.842.691</b>	<b>2.805.095.765</b>	<b>21.236.901</b>	<b>2.835.701.456</b>

Valor empenhado em relação ao Valor Autorizado	33%	
Valor Pago em relação ao Valor Empenhado	8%	
Restos a pagar em Relação ao Valor Empenhado no Exercício		1126%

Fonte: Balanço Geral do Estado 1999

superávit de previsão orçamentária, e diminuindo o valor de R\$3,1 bilhões, referente a arrecadação a menor.

## ANEXO 19

### 1.3 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

De conformidade com o Balanço Orçamentário, Anexo 12, apresentado na Prestação de Contas, o resultado orçamentário do exercício apresentou Superávit de execução de R\$544 milhões. Esse resultado é decorrente, fundamentalmente, de uma economia de dotação de R\$1,6 bilhões, acrescido de R\$42 bilhões decorrente de

A Tabela 17 apresenta o Resultado da Execução Orçamentária na sistemática adotada pela Secretaria de Estado da Fazenda, e com os ajustes que consideram-se necessários para um melhor entendimento:

Tabela 17

Resultado Orçamentária - Adm. Direta - 1999

Em R\$

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
TÍTULOS	Conforme Balanço	Ajustado
EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO		
- RECEITA		
Orçamento Inicial	8.301.391.956,00	8.301.391.956,00
Orçamento Final (1)	13.506.091.956,00	8.301.391.956,00
- DESPESA		
Orçamento Inicial	8.301.391.956,00	8.301.391.956,00
Orçamento Final (02)	11.434.167.879,00	11.434.167.879,00
- Superávit/Défici de Previsão Orçam. (1-2)	2.071.924.077,00	(3.132.775.923,00)
EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
Receita Prevista	13.506.091.956,00	8.301.391.956,00
Receita Arrecadada	10.347.333.974,12	10.347.333.974,12
- Superávit/Déficit de Arrecadação	(3.158.157.981,88)	2.045.942.018,12
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA		
Despesa Autorizada	11.434.167.879,00	11.434.167.879,00
Despesa Realizada	9.803.326.829,18	9.803.326.829,18
- Economia de Dotação	1.630.839.049,82	1.630.839.049,82
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		
Receita Arrecadada	10.347.333.974,12	10.347.333.974,12
(-) Despesa Realizada	9.803.326.829,18	9.803.326.829,18
SUPERÁVIT	544.005.144,94	544.005.144,94

Fonte: Balanço Geral do Estado 1999 - vol. IV

## ANEXO 20

Há de se evidenciar que o corpo técnico da contadoria estadual procedeu atualização das previsões de receitas, aparentemente sem um critério definido. Tal prática desvirtuou o real comportamento da receita em comparação com a efetivamente arrecadada.

Na verdade, a atualização do orçamento somente poderia ocorrer nos termos dos artigos 7º e 8º, da Lei nº 12.400/98 (Lei Orçamentária).

Em que pese o resultado evidenciado no exercício não se alterar, a interpretação dessa composição, levada a efeito dos ajustes, tem consequência diferente daquele apresentado em balanço, ou seja: o Superávit da Execução Orçamentária de R\$544 milhões, é decorrente de excesso de arrecadação de R\$2 bilhões, somando R\$1,6 bilhão referente à economia de dotação e diminuindo o valor de R\$3,1 bilhões decorrente de déficit de previsão orçamentária.

Porém, conforme já exposto no item 1.3 do Título IV, para se apurar o Resultado Real da Execução Orçamentária da Administração Direta, deve-se diminuir o valor relativo ao repasse efetuado à Administração Indireta (que não transitou pelo Sistema Orçamentário), que importou em R\$698 milhões, o que resultaria em um Déficit Orçamentário de R\$154 milhões, a seguir demonstrado, e não aquele demonstrado nas peças de balanço:

Tabela 18

Resultado Orçamentário Ajustado - Adm. Direta - 1999  
Em R\$

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO AJUSTADO		
TÍTULO	R\$	%
Receita Arrecadada	10.347.333.974,12	100,00
(-) Despesa Realizada	9.803.328.829,18	94,74
(-) Transferências p/ Adm. Indireta	698.445.808,57	6,75
<b>DÉFICIT</b>	<b>(154.440.663,630)</b>	<b>(1,49)</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado 1999 - vol. IV

## ANEXO 21

### X - CONCLUSÃO

Finalizando os trabalhos de análise das peças que compõem a Prestação de Contas Estadual, relativas ao exercício financeiro de 1999, de responsabilidade do governo do Estado do Paraná, senhor Jaime Lerner, esta Inspeção Geral de Controle apresenta os resultados dos exames técnicos realizados, onde foram abordados e evidenciados os fatos relevantes constatados no período em

análise, no sentido de subsidiar a relatoria do presente processo.

Os exames foram conduzidos em conformidade com os princípios, normas e procedimentos elencados na Lei Federal nº 4320/64, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Princípios Fundamentais de Contabilidade, Constituições Estadual e Federal e ainda leis ordinárias regedoras de matérias específicas.

Em nossa opinião, até onde nossos exames puderam alcançar, as contas da Administração Pública Estadual, sob os aspectos técnico-contábeis, assim considerada a Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, estão razoavelmente formalizadas, exceto pelos pontos nºs 1, 4, 5, 7, 8 e 13 elencados no item 1 do Título IX - Pontos Relevantes, desta Instrução.

No entanto, há de se considerar os fatos relevantes constatados ao longo desta Instrução que, a exemplo do que vem ocorrendo nos últimos exercícios, revelaram descumprimento de preceitos constitucionais, legais e parâmetros de gestão propostos, sintetizados no item 2 do Título IX - Pontos Relevantes.

É a Instrução.

Inspetoria Geral de Controle, em 30.05.2000.

(aa) AKICHIDE WALTER OGASAWARA

Diretor - IGC

EMILSON GRASSANI

Técnico Controle Contábil

MAURO MUNHOZ

Técnico Controle Contábil

NEI JORGE RIBEIRO DA SILVA

Técnico Controle Contábil

REGINA M. G. SAMPAIO

Técnico Controle Contábil

SANDRA DO ROCIO CAMPOS

Técnico Controle Econômico

AMAURY DE OLIVEIRA E SILVA JUNIOR

Técnico Controle Administrativo

ONIVALDO FERREIRA DOS SANTOS

Oficial de Controle

FÁTIMA BOCCHI BARBALHO

Oficial de Controle

LAURA SPENGLER ROSENAU

Técnico Controle Contábil

GUILHERME BERDIÃO AOR

Técnico Controle Contábil

## ANEXO 22

### IX - PONTOS RELEVANTES

Nesta capítulo elencam-se os pontos relevantes apontados e relatados ao longo desta Instrução.

#### 1 - ASPECTOS TÉCNICO-CONTÁBEIS



Tabela 52

Pontos Relevantes da Análise Realizada - Aspecto Técnico-Contábeis-1999

ITEM	REFERÊNCIA	PONTOS RELEVANTES
1	Título IV - item 1.3	Em função da sistemática contábil adotada, desde 1997, pelo Estado, para as transferências às entidades da Administração Indireta, houve necessidades de ajustes para a demonstração do Resultado Orçamentário.
2	Título V - item 1.1	A arrecadação das Administrações Direta no exercício foi da ordem de R\$10,3 bilhões, sendo que 52% (R\$5,4 bilhões) foi decorrente da efetivação da operação de crédito para saneamento do Banestado.
3	Título V - item 1.2	Como reflexo do Ingresso da Operação de Crédito, a aplicação do recurso deu-se na função Indústria, Comércio e Serviços, na Categoria Econômica Capital, elemento de Despesa inversões Financeiras, gerando uma situação atípica se comparada com exercícios anteriores, onde prevalecia maior concentração de despesas na manutenção da máquina administrativa.
4	Título V - item 1.3	Costumeiramente a Contadoria Estadual procede a atualização das Previsões de Receitas, diferentemente dos critérios previstos na Lei Orçamentária, desvirtuando desta forma o Resultado da Previsão Orçamentária.
5	Título V - item 3.1	Em que pese o registro de receita de Alienação de Bens, o Estado não processou a respectiva baixa patrimonial, comprometendo o Resultado Patrimonial do Exercício.
6	Título V - item 3.2	O Resultado Patrimonial Acumulado da Administração Direta foi um Passivo Real a Descoberto de R\$840,5 milhões.
7	Título VI - item 1.3	A receita do FUNDEF, apurada por esta Inspeção segundo critérios legais, diverge da apresentada pela Contadoria Estadual.
8	Título VII - item 1.1	A previsão de receita, por ocasião da elaboração orçamentária, está superestimada em relação a sua efetiva arrecadação.
9	Título VII - item 1.3.1	Os recursos advindos da Operação de Créditos para o saneamento do Banestado foram alocados no programa Paraná + Emprego.
10	Título VII - item 1.3.2	Das despesas com Divulgação e Propaganda realizadas pela Administração Indireta, somente 10,59% foram autorizadas por PADVs, e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, apenas 0,01%.
11	Título VII - item 1.3.2	Houve no exercício uma considerável redução nas despesas com Divulgação e Programa em relação aos últimos exercícios.
12	Título VII - item 1.3.3	Foram pagos no exercício em Precatórios o valor de R\$21 mil resultando ainda saldo de R\$2,8 bilhões inscritos em Restos a Pagar. Este valor representa 68% do total da Dívida Flutuante do Estado.
13	Título VII - item 2.2	A Contadoria está registrando fatos não-financeiros, sob o título de Outras Operações, no Sistema Financeiro.
14	Título VII - item 2.3	O saldo de Restos a Pagar ao final de 1999 foi de R\$3,3 bilhões.
15	Título VII - item 3.1	O saldo da Dívida Ativa apresentou crescimento de 48% em relação ao exercício de 1998, demonstrando deficiência no mecanismo de cobrança.
16	Título VII - item 3.3	O saldo da Dívida Pública totalizou ao final do exercício de 1999 R\$13,3 bilhões, correspondente a um acréscimo de 117,31% em relação a 1998.
17	Título VII - item 3.4	Como resultado do saneamento do Banestado, o Estado incorporou ao seu patrimônio títulos de empresas e Letras do Tesouro Estaduais e Municipais.

## 2 - ASPECTOS LEGAIS E JURÍDICOS

Pontos Relevantes da Análise Realizada - Aspectos Legais e Jurídicos  
- 1999

Tabela 53

ITEM	REFERÊNCIA	PONTOS RELEVANTES
1	Título II - item 2	A partir de 1999, os Serviços Sociais Autônomos prestaram contas ao Tribunal, à exceção da Paranacidade que, até o encerramento desta Instrução, não a havia feito.
2	Título VI - item 1.1	O Judiciário e o Ministério Público realizaram despesas acima do limite previsto.
3	Título VI - item 1.2	O gasto com Educação atendeu ao limite constitucional. Se excluído o aplicado no Ensino Superior, o percentual reduzia para 22,83%.
4	Título VI - item 1.2	A comparação dos gastos com Educação nos últimos exercícios mostra o crescimento da base de cálculo (Receita de Impostos), contra uma redução na aplicação de recursos, principalmente no nível médio.
5	Título VI - item 1.3	O Estado não cumpriu o disposto na Emenda Constitucional nº 14/96, que determina a aplicação de, no mínimo, 60% dos gastos de educação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.
6	Título VI - item 1.3	O Governo Estadual não mantém conta específica e vinculada para movimentação dos recursos do FUNDEF, conforme determina o art. 3º da Lei nº 9424/96.
7	Título VI - item 1.4	De acordo com os Relatórios de Balanço, os gastos com Pessoal atingiram o percentual de 61,14%, e os cálculos apurados na análise resultaram em 66,47%, estando em ambos os casos acima do limite permitido da Lei Complementar nº 96/99
8	Título VI - item 1.5	A aplicação de recursos em Ciência e Tecnologia foi de 0,96%, abaixo do disposto no art. 205 da Constituição Estadual.
9	Título VII - item 2.1	À Semelhança dos exercícios anteriores, o Governo Estadual captou em 1999 recursos a título de Recolhimento Antecipado de ICMS.
10	Título VIII - item 3 e 4	Tramitam nesta Corte processos de Denúncias e Impugnações de Despesas propostas contra Administradores Estaduais.

## ANEXO 24

## 9 - DÍVIDA ATIVA

No final do exercício de 1999, o saldo da Dívida Ativa do Estado alcançou a R\$2.917.868.912,94. As inscrições processadas atingiram R\$959.909.679,33, resultando assim, na evolução de 48% em relação ao exercício de 1998. Comprovam-se dos números declinados, e da Tabela 42 da Instrução nº 030/2000-IGC, que a inscrição em dívida ativa do Estado foi a maior nos últimos cinco anos, sendo que a sua evolução no mesmo período está acumulada em 421%, que corresponde ao saldo final acima declinado.

Assim, é extremamente necessária uma ação mais efetiva por parte do Poder Executivo no sentido de controle e cobrança da dívida ativa estadual, uma vez que, embora constata-se uma fonte expressiva de recursos no saldo credor da conta, no exercício de 1999 foram liquidados apenas R\$6,7 milhões, o que representa 0,34% da dívida apurada em 1998.

Diante do exposto, em razão do criterioso trabalho técnico contábil elaborado pelo Inspetoria Geral de Controle, além de avaliar significativamente os aspectos técnicos-jurídicos

expendidos nas considerações constantes do presente parecer, aspectos estes que já foram merecedores de manifestação quando da análise das Contas do Poder Executivo relativas aos exercícios de 1997 e 1998, consideradas como válidas pelo douto Plenário quando da oportuna apreciação, opino no sentido de que a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, exercício financeiro de 1999, mantendo-se a linha de conclusão adotada pelo Tribunal de Contas, possa, mais uma vez merecer parecer favorável com ressalvas, recomendando-se a sua aprovação pela Assembléia Legislativa deste Estado.

É o parecer.

DATJ, em 13.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARCHESINI REGO BARROS

## ANEXO 25

A Lei Complementar nº 96/99 que freava os gastos de pessoal foi revogada e novos limites foram fixados na Lei Complementar nº 101/2000.

Foi ampliado o conceito de despesa de pessoal, abrangendo os subsídios dos agentes políticos e com a

terceirização de mão-de-obra que substitui servidores públicos, a qual não poderá mais ser classificada como “outros serviços e encargos” mas no âmbito de “outras despesas de pessoal”. Considerando que foi vetada a possibilidade de se negociar na Lei de Diretrizes Orçamentárias, novos limites de gastos, a repartição da despesa de pessoal, no limite máximo de 60%, ficou distribuído na forma do artigo 20, ou seja, 49% para o Executivo; 3% para a Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas; 6% ao Poder Judiciário; e, 2% para o Ministério Público. O prazo para adaptação é de 8 meses, ficando impedidos de conceder aumento, reajuste, vantagem ou qualquer outro tipo de benefício, sob pena de sofrerem cortes em seus repasses mensais, caso excedam seus limites de pessoal (Art. 20, § 1º).

Face ao exposto e considerando a análise técnica e contábil promovida pela Inspeção Geral de Controle (relatório anexo) e a instrução da Diretoria de Assuntos Técnicos (parecer nº 3712/2000) no plano jurídico não vislumbramos óbice para que o parecer prévio recomende a aprovação das contas apresentadas.

É o parecer.

Curitiba, 19.06.2000.

(a) LAURI CAETANO DA SILVA

Procurador-Geral

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no artigo 75, inciso I, da Constituição Estadual e, considerando que as contas do Governo do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1999, foram prestadas ao Poder Legislativo no prazo estabelecido pelo artigo 87, inciso XI da Constituição Estadual e considerando que:

- os Balanços Gerais que compõem as Contas do Governador do Estado, ressalvados os aspectos destacados no relatório, particularmente o contido nas considerações finais, estão contabilizados conforme preceitos de Contabilidade Pública e de acordo com as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e expressam os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do exercício financeiro de 1.999;

- este Parecer não afeta o julgamento dos demais Ordenadores de Despesa, inclusive das Entidades da Administração Indireta ou de eventuais impugnações em tramitação;

- as falhas e deficiências verificadas na Gestão Orçamentária e Financeira da Administração Direta e Indireta, não constituem motivo impeditivo à aprovação das Contas do Governador, embora devam ser corrigidas para que não acarretem prejuízos às Finanças Públicas.

o Parecer Prévio é no sentido de que as contas do Governador do Estado do Paraná, de responsabilidade do Senhor Jaime Lerner, referentes ao exercício financeiro de 1999, estão em condições de merecer Aprovação da augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) Conselheiro RAFAEL IATAURO

Relator

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº: 5730/2000

PROTOCOLO Nº: 128836/00

ORIGEM: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

INTERESSADO: Governo do Estado do Paraná

ASSUNTO: Prestação de Contas Estadual

RELATOR: Conselheiro Rafael Iatauro

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator,

### R E S O L V E :

APROVAR, por unanimidade de votos, o Parecer Prévio relativo à Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro e orçamentário de 1999, nos termos do voto do Relator.

Participaram da Sessão, além do Relator, os Conselheiros Artagão de Mattos Leão e Henrique Naigeboren, e o Auditor Roberto Macedo Guimarães.

O Conselheiro Henrique Naigeboren declarou-se impedido.

Presente o Procurador-Geral do Estado junto a este Tribunal, Lauri Caetano da Silva.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) QUIELSE CRISTÓSTOMO DA SILVA

Presidente

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra ao deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Tenho absoluta certeza que este projeto de lei vai ser aprovado, e até ousar dizer, no exercício de prever as coisas, que vai ser aprovado, por unanimidade. Já se falou bastante a respeito do projeto de lei, além dos cumprimentos ao presidente da Casa pela apresentação do mesmo, que no nosso entendimento, reflete as aspirações de todos aqueles que, de maneira diferente, trabalham no campo.

Quero aproveitar a presença de tantas lideranças importantes para a vida do Estado do Paraná, para me desviar um pouco do assunto central, que é o projeto de lei do deputado Hermas Brandão, e dizer o seguinte: neste País - e vocês são testemunhas disso - na realidade nós nunca tivemos uma política, nem agrícola, nem agrária, nem fundiária, de maneira permanente. As coisas caminham, muitas vezes, como o vento leva. E não é desta maneira que se deve agir com aqueles que são verdadeiras fábricas de riqueza, lá nos sítios onde moram e trabalham, nas fazendas onde produzem, nas cooperativas, enfim, em todas as entidades agrícolas, não é assim!

Eu me lembro quando se colocou na França o problema de se fazer com que os agricultores franceses pudessem lá dentro tornar a França livre das importações do trigo. O que é que se fez? Fez-se uma convocação em

todo o país, não se ouviu apenas e tão somente um segmento, mas se reuniu todo mundo e se apresentou um diagnóstico para o governo francês. Fez-se uma radiografia da situação no país, e aí se colocou em prática aquilo que todos tinham determinado que deveria ser feito, e a França, se tornou exportadora de trigo.

No nosso entendimento, deveria se fazer a mesma coisa aqui no País, se fazer um grande conselho, onde todas as entidades agrícolas do setor agropecuário pudessem ter voz e vez nesse grande conselho, e determinarem, todos respeitando o interesse maior do Estado mais o interesse particular de cada um. Acredito que teríamos nas mãos um documento que resolveria os problemas da agricultura do Paraná.

Mas não é só a esse respeito que eu gostaria de falar.

Os senhores devem saber que nos últimos dois anos, o Brasil pagou 200 bilhões de dólares, de juros, aos financistas que temos lá fora.

Agora mesmo, a crise da energia está aí, porque o FMI impôs condições para que não houvesse investimento do Estado, do governo brasileiro no setor de energia elétrica, e acontece o que está acontecendo.

Nós, os senhores da agricultura já pararam, acho que sim, para aprofundar a discussão em relação à venda da Copel? Os senhores devem saber que vai ser um salto no escuro, os senhores devem saber que na realidade a propaganda governamental é falaciosa, é enganosa: a Copel não será competitiva. Mas, como que a Copel não será competitiva? O que é que vai acontecer para o grangeiro, para o agricultor, para as cooperativas? O que é que vai acontecer para os membros da Federação da Agricultura do Paraná? Todos, de uma maneira ou de outra, já se posicionaram, o comércio, a indústria e a agricultura, contra a venda da Copel.

Este País precisa levantar a cabeça e dar um grito de independência. Aquela independência de 1822, senhores agricultores, senhores líderes da agropecuária paranaense! Na realidade, é um grito de independência que na prática não acontece!

Nós não somos independentes! Um país que não tem dinheiro para colocar na universidade que é o fórum de debates, a criação do amanhã, do futuro, não tem dinheiro para fazer casa, não tem dinheiro para subsidiar a agricultura, tem bilhões e bilhões para serem tirados do trabalho do povo brasileiro e pagarmos àqueles que determinam a política econômico-financeira do País!

Acho que está na hora de darmos um basta. Vejam bem, o Paraná se reúne aqui!

O comércio, é contra a venda da Copel, a Federação das Indústrias, é contra a venda da Copel; assim também a FAEP e todos os outros segmentos. O núcleo palaciano resiste, quer vender, porque quer vender!

Aqui dentro faltam alguns poucos votos. Senhores líderes que estão aqui, interessa a vocês pegar um ativo de bilhões de reais e pulverizá-lo, naquilo que acho, com

convicção, que não vai trazer fruto nenhum ao povo do Paraná?

Olha o que está acontecendo nesse País! Era necessário que se vendesse a Vale do Rio Doce, porque “vamos ter mais dinheiro para a segurança, para a saúde e para a habitação”. Não veio. Venderam o Sistema Telebrás. Cadê o dinheiro? Não veio. Vendeu-se o Banestado, depois de explodi-lo por dentro; 6 bilhões que os senhores, as senhoras devem. Todos nós devemos 6 bilhões, pela atuação incompetente, irresponsável, que se fez no Banestado!

Aonde é que está a Sanepar?

Aonde é que está a Ferroeste?

Dessa maneira, nós estamos caminhando na direção da destruição daquilo que todos os governadores, todo o povo do Paraná, durante 50 anos, fizeram para construir: a Copel.

Outro dia, um grande empresário, Odede Gangede(?) falou pela primeira vez, e nós estamos repetindo de maneira humilde e, não ouvido por todos os cantos desse Paraná. Mas o que falou o grande empresário de São Paulo? “Pela primeira vez o ser humano está próximo de cometer a sua própria auto-extinção: não preserva o meio ambiente, não preserva o ar, nem a água, nem as terras”.

Esse governo, o que faz? Todos os meses pode faltar o remédio, a comida, a cesta básica miserável que levam para o Nordeste.

O Ulysses Guimarães falou: “pior do que a miséria, são os miseráveis, que, governando, fabricam a miséria”.

Não se tem dinheiro para dar uma cesta básica para uma família brasileira. Mas, pagou-se até outro dia - vendo o pagamento dos últimos 12 meses - 86 bilhões de dólares, para cumprir os compromissos assumidos por esse governo.

Acho que toda a sociedade brasileira deve se reunir e dar uma determinação, não só aos políticos, que somos nós, que temos a procuração do povo para falarmos em nome dele, porque é a maneira que se achou, dentro da democracia, para fazer isso, mas, todos os empresários sabem, todos os sindicatos de trabalhadores, os seres humanos deveriam se levantar, sim, contra esse estado de coisas.

Um país continental, um povo que entende de agricultura, sabe trabalhar a terra, mas não tem do FMI os subsídios necessários para produzir, para competir e ficamos muitas vezes, nessa guerra fratricida, porque o governo central não sabe dar o espírito maior da Federação, para o povo brasileiro.

É preciso, sim, que nos levantemos. Gostaria de ver os incentivos que deram às indústrias que para cá vieram, gostaria de ver esses incentivos serem derramados para todos os empresários do campo e da cidade, porque talvez, aqui no Paraná, pretendessem também fazer com que se tivesse mais emprego, mais riqueza, mais impostos; porque favoreceriam a todos nós.

Infelizmente, povo do Paraná, muitas vezes as pessoas não participam, como vocês estão participando. Todos vieram aqui em busca de um objetivo que é bom para o Paraná, que é bom para a família de vocês, que é bom para a agricultura, que é boa essa iniciativa para a terra, mas é preciso que nos unamos na batalha maior, que isso sim, interessa a todos nós.

Gosto de ver o povo organizado e mobilizado. Esse projeto será aprovado aqui, sim, porque o Paraná, através dos seus deputados, não pode praticar, talvez, o suicídio que estão querendo praticar em relação à Copel. Nós queremos apoiá-los nessas reivindicações justas, porque vocês estão aqui depois de sofrerem, analisarem, caminharem, e têm o direito de exigir. É isso o que existe na democracia, mas gostaríamos que todos aqui, hoje, não deixassem de olhar os inúmeros problemas que existem dentro do Estado do Paraná. Nós temos força, competência para produzirmos um Estado que, na verdade, pode suprir as necessidades, sejam elas quais forem, de todo o seu povo.

Portanto, parabéns. Vamos à aprovação da lei.

O deputado Zucchi está me olhando. Talvez pelo tempo que é sempre curto, mas eu lembro de um projeto dele, do calcário, que parou de funcionar há dois anos.

Por que esse calcário não chega a essas pequenas fábricas de riquezas, que são as nossas propriedades agrícolas? Por que não se cumpre essa lei que foi aprovada, que está em vigor? Custa ao governo, distribuir o calcário para quem produz? Não! Ele prefere gastar quinhentos milhões de reais, como gastou, para fazer propaganda de si mesmo!

Já diz o provérbio: “elogio em boca própria é vitupério”. É isso o que o governo está fazendo: propaganda dia e noite, para tentar explicar o inexplicável. Quem tem água para gerar energia, e gera, como nós geramos; quem tem linhas de transmissão, milhares de quilômetros, como nós temos, e que tem mais de 150 mil quilômetros para fazer a distribuição da energia, não pode temer nada.

Portanto, vem aqui o presidente da Copel e diz que ela não vai ter poder de competição, que vai desaparecer, vai quebrar, que vai acontecer isso e aquilo. Tudo conversa fiada!

Eu gostaria de ver um presidente de uma cooperativa dizer para os seus associados: “não tem jeito, estamos quebrados, está todo mundo no prejuízo e não sei o quê”. Seria demitido, afastado imediatamente, ainda mais se a cooperativa estivesse cumprindo todas as funções que ela deve cumprir. O presidente da Copel faz isso. Desmerece a companhia, as ações caem, e depois eles querem botar a culpa na Oposição. Nós, da Oposição, temos ouvidos para ouvir. É isso que estamos fazendo nesse momento: ouvimos e respaldamos aquilo que vocês pretendem, que é a aprovação desse projeto de lei que interessa a todo o povo do Paraná.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PSC, concedo a palavra ao deputado Divanir Braz Palma.

#### O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, senhoras e senhores aqui presentes.

É uma tarde maravilhosa. Presença maciça do trabalhador rural na Casa que só engrandece esse ambiente e nos dá força para continuarmos a lutar por um Paraná mais próspero e mais justo.

Senhor presidente, estamos fazendo coro aos demais deputados que já usaram a tribuna, para realçarmos a importância do Projeto de Lei nº 219/2001, de autoria do deputado presidente desta Casa, Hermas Brandão que, com certeza, vai ser vitorioso, porque é apropriado, de bom senso e que, acima de tudo encerra um princípio de legalidade, de isonomia, de justiça com aqueles que trabalham a terra, a agroindústria.

Para frisar, temos hoje, senhor presidente no Paraná, mais de 70 mil pessoas que vivem diretamente dessa atividade. Indiretamente, mais de 550 mil pessoas vivem da agroindústria, atividade que é tão bem dirigida no Estado do Paraná, pelo senhor Paulo Muniz, presidente da Avipar, e que tem junto outras entidades que abraçam essa atividade, como a Ocepar, aqui, com o João Paulo, com a Faep e demais lideranças dos Sindicatos Rurais do nosso querido Noroeste do Estado do Paraná.

Essa atividade, hoje é a principal, é a campeã, em termos de Brasil, em matança de aves. Ela está sendo prejudicada sensivelmente por essa tributação desigual. Nós temos o Estado de São Paulo como maior consumidor, afinal São Paulo tem mais de 50% do PIB brasileiro, e não podemos fazer as compensações devidas. Com esse projeto, vamos fazer com que, a nível de consumo interno - que corresponde a 30% da atividade do Paraná - esses 30% praticamente terão tributo zero. Mas o Paraná não vai deixar de arrecadar, porque a grandeza desta atividade faz com que o nosso Estado seja o maior exportador do Brasil. E nós vamos ganhar; o governo do Estado do Paraná acabando com este embate tributário, esse desentendimento que só tem criado problemas para nós e para o Estado de São Paulo.

No aspecto econômico e social, continuaremos crescendo e ampliando as nossas bases. Fazendo com que a propriedade rural, que é ocupada por essa atividade, de 3 a 5 alqueires, continuem a ser viabilizadas.

Há poucos dias a Assembléia aprovou um projeto de nossa autoria, que dá um contorno político ao plantio direto do arenito Caiuá, que é uma atividade que foi descoberta pela Embrapa e depois trabalhada com muita ousadia pelo prefeito de Umuarama, aqui presente, que viabilizou o plantio direto, o objetivo maior, não só a grande mas a pequena propriedade vai ser viabilizada com esse sistema do plantio direto.

Quero dizer, senhor presidente e nobres pares, vai ser aprovada por unanimidade, porque é um projeto que equilibra e viabiliza essa atividade.

Sabemos que o Governo Federal, com muito esforço, conseguiu assentar 350 mil famílias em todo o Brasil, no período FHS. Só que no campo, nesse mesmo período, perdemos 450 mil famílias, que saíram da lavoura e foram para as cidades, porque não tinham renda, não tinham futuro, não tinham onde se agarrar. E essa atividade vem dar condição para que a pequena propriedade seja viabilizada. Porque só o Estado do Paraná, hoje, perde em torno de 5% da sua população rural, que sai sem esperança da lavoura e vem para a cidade, para as áreas periféricas da cidade, aqui enfrentando uma cultura diferenciada; vem com sua família adquirir hábitos nocivos, adquirir princípios que lá no interior são condenados, porque injustamente não consegue viabilizar a sua atividade no meio rural.

Por isso, senhor presidente, vamos votar favoravelmente esse projeto. Vamos fazer uma agricultura mais forte ainda, um produtor rural mais forte ainda, e um Paraná mais forte ainda.

Muito obrigado.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para comunicar aos deputados que fazem parte da CPI que investiga a Sanepar, que a presidência da Sanepar e a diretoria estarão à disposição da comissão, às 17h00, quarta-feira, onde faremos mais uma reunião sobre o assunto Sanepar.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, PSL.

Com a palavra o deputado Geraldo Cartário.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, companheiros que hoje honram a Assembléia com as suas presenças, os verdadeiros trabalhadores do Paraná, os homens da terra.

Na última sessão, que foi na quarta-feira, às 10h00, eu me encontrava na cidade de Quitandinha, um grande município que representa a força também da agricultura do nosso Estado.

O líder do governo, deputado Durval Amaral, na sessão anterior, achou por bem discutir um requerimento apresentado por este deputado, que convidava o diretor do jornal Gazeta do Paraná para que aqui viesse, nesta tribuna, expor algumas denúncias que ouvimos do próprio, nas dependências desta Casa.

Quando recebi essa notícia me assustei, porque acredito que nem tudo poderá ser verdade, mas eu não sou o dono da verdade e não tenho poder para julgar ninguém; e certamente que 54 deputados ouvindo a colocação desse ilustre jornalista, haveremos de nos posicionar

e tomarmos as decisões em conjunto, para preservarmos a imagem do nosso Estado do Paraná.

No entanto, o senhor presidente Hermas Brandão, atendendo o pedido da maioria, transformou a sessão de quarta-feira, que regimentalmente é às 14h30min, para o período das 10h00.

Senhor presidente, eu estava incumbido, inclusive, oficialmente designado pelo governador Jaime Lerner, para me associar e prestar a nossa homenagem aos trabalhadores, agricultores, ao povo de Quitandinha, nos seus quarenta anos de emancipação política.

Por isso que eu, deputado, não poderia estar presente lá e aqui também. Ao telefone recebia o comunicado de que esse requerimento estava criando certa polêmica. Nada mais justo, aqui é a Casa de se dirimir dúvidas.

E, inclusive, por telefone, eu dizia que não o retiraria nunca, mas que solicitava ao presidente Hermas Brandão que transformasse esse requerimento para uma discussão no dia de hoje, porque hoje eu estaria aqui, se Deus assim o permitisse, como permitiu e no dia de hoje, haveria essa discussão. No entanto, fui impedido.

Eu faço um apelo à Mesa da Assembléia, aos companheiros de que todas as proposições e requerimentos apresentados pelos deputados só sejam discutidos com a presença do autor, ou seja, não pode, em hipótese alguma, alguém duvidar de algum parlamentar que apresenta e assina o requerimento e logo após, ele não se encontra.

Senhor presidente, é um apelo que faço à Mesa Executiva, aí está o 1º Secretário, deputado Valdir Rossoni, de que daqui para frente não se cometa mais injustiça como se cometeu comigo, pois eu teria que ter o direito de defender esse requerimento, que é muito importante e salutar para todos os momentos que estamos vivendo com o episódio da Copel.

Faço então esse apelo, que daqui em diante, todos os autores tenham os seus requerimentos discutidos somente na sua presença. Se não estiver presente, que seja promulgado ou prorrogado o prazo de sua discussão.

Encerro as minhas palavras, em nome do Partido Social Liberal, para dizer que duas forças estão presentes, hoje, na nossa Casa: é a força da terra, representada pelos nossos agricultores e a força do povo, representada pelo deputado Hermas Brandão que é a força do Poder Legislativo. Na condição de presidente, o Hermas Brandão aproveitou muito bem a oportunidade que teve frente à Secretaria da Agricultura. Ali ele julgou, presenciou e conviveu de perto com o agricultor, sabendo do seu conhecimento. O Hermas já foi prefeito e conhece bem os problemas do interior; não se poderia esperar outra coisa, a não ser esse testemunho de todos os cinquenta e quatro deputados aplaudindo, enaltecendo essa iniciativa, dando ao homem da terra o direito de ter um respeito maior pelo Poder, representado por todos nós.

Sem dúvida, senhor presidente, os agricultores que aqui estão, talvez não saibam a força que têm. Um dia

quase demonstraram isso quando ensaiaram uma greve neste País, principalmente no Estado. Se esses agricultores usarem a força que têm, eles param rapidamente este País.

Por isso, não só o incentivo do ICMS, que ainda é pouco, nós precisamos, sim, de retribuir e de aqui demonstrarmos que somos um País que está chegando ao Primeiro Mundo, também subsidiando os agricultores, como a Argentina o faz. Quando se pergunta como o milho é vendido aqui a um preço, porque vem da Argentina mais barato que o nosso produto, onde é que está o segredo? Está no subsídio!

Hermas Brandão, os meus parabéns! E em nome do nosso Partido, nos somamos a essa grande vitória do homem do interior.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, PPS, deputado Cezar Silvestri.

Antes do deputado Cezar Silvestri ocupar a tribuna, apenas, deputado Cartário, tenho certeza absoluta que a Casa acolhe a preocupação de Vossa Excelência, inclusive parece-me que já consta de sugestão, quando da reforma do nosso Regimento, de que o proponente de qualquer requerimento deva estar presente na votação, se bem que no caso de Vossa Excelência, nada impede, pelo Regimento, que o requerimento seja apresentado novamente.

Com a palavra, deputado Cezar Silvestri.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Acredito que o projeto de autoria do deputado Hermas Brandão não poderia ter vindo em melhor hora para todos nós, produtores rurais. Eu sou um produtor rural da região de Guarapuava, da região Centro-Oeste do Paraná, e como representante daquela região nesta Casa, tive a oportunidade de apresentar alguns projetos que beneficiam a agricultura em nosso Estado, como por exemplo, através de uma Emenda que apresentei, colocando a erva-mate, que é um produto que beneficia principalmente o pequeno produtor no Estado do Paraná, reduzindo o ICMS de 17%, para 7%. Também apresentei um projeto, que hoje é lei, que proíbe a comercialização, a circulação e o consumo de carne oriunda de países que utilizam anabolizante, e muitos de vocês devem perguntar, e principalmente vocês que trabalham na cadeia produtiva da carne, do porquê de nós nos posicionarmos contra o uso de anabolizante, quando outros países, principalmente a Argentina, país vizinho, utiliza livremente o anabolizante e nós somos proibidos de utilizar, através de uma portaria do Ministério da Agricultura, mas importamos carne da Argentina livremente e esta carne é comercializada nos supermercados, nas churrascarias de todo o Estado do Paraná.

Por essa razão apresentamos esse projeto, no início do ano, ele foi sancionado, hoje já é lei mas infelizmente

essa lei ainda não está em vigor, até porque não está havendo uma fiscalização apropriada por parte da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, mas digo que o projeto do deputado Hermas Brandão vem em boa hora, porque sempre para nós, produtores rurais, e principalmente para o Governo Federal vem a cobrança que nós temos que ser competitivos, porque o pequeno produtor, o produtor paranaense, o produtor brasileiro só irá sobreviver se investir em tecnologia, se for realmente competitivo. mas como que nós vamos ser competitivos, se não podemos, na verdade, ter igualdade de condições nessa competição?

O Brasil tem uma das maiores tributações na área da agricultura; o frete que opera em nosso País é um dos maiores, ainda mais agora com a oneração do pedágio, também temos o custo portuário elevado e exatamente neste momento, exatamente nesta semana, a Argentina tira a paridade da sua moeda com o dólar e passa a operar com esta cesta de moedas baseadas no Euro e isso fará com que produtos da Argentina sejam exportados para todo mundo de forma muito mais facilitada. Com a paridade com o dólar, a Argentina estava tendo dificuldades, apesar de todas as vantagens que o produtor rural da Argentina possui, estava tendo dificuldades de exportar para o Brasil, mas a partir desta semana nós iremos enfrentar uma competição totalmente desleal. Por isso, quero parabenizar, eu, em meu nome pessoal e em nome do deputado Marcos Isfer, da Bancada do PPS, ao Presidente da Assembléia Legislativa, deputado Hermas Brandão, por apresentar esse projeto que reduz o ICMS de 12 para 7% da cadeia produtiva da carne e também dos produtos derivados do leite. É só dessa forma, deputado Hermas Brandão, que nós realmente vamos poder competir e sermos competitivos como o Governo Federal quer e como a sociedade paranaense e a sociedade brasileira querem.

Mas, o que me traz à tribuna nesta tarde, senhor presidente, senhores deputados, além de parabenizar o deputado Hermas Brandão, grande secretário da Agricultura que implementou no Estado do Paraná o Programa Paraná Doze Meses, a Lei do Calcário que foi aprovada por unanimidade dos deputados, de autoria do deputado Augustinho Zucchi com todo incentivo do ex-secretário Hermas Brandão, além de declarar o voto do PPS favorável a esse projeto, também o que me traz à tribuna é o pronunciamento do deputado federal Rubens Bueno, líder do nosso Partido aqui no Paraná, Presidente do nosso partido, aliás, aqui no Paraná é líder do PPS na Câmara Federal, onde faz uma proposição com relação à venda da Copel; nós do PPS participamos junto com diversos outros partidos políticos, junto com a sociedade paranaense organizada, junto com a população do Paraná na marcha contra a venda da Copel na última segunda-feira. Todos os argumentos usados pelo Governo do Estado a favor da privatização da Copel a cada dia estão sendo desmentidos e desmascarados. Primeiro, veio aqui o presidente da Copel, senhor Ingo Hübert e também o

secretário da Fazenda, dizendo que a Copel deveria ser privatizada porque era uma exigência do Governo Federal.

Passaram-se alguns dias e o presidente Fernando Henrique Cardoso, numa entrevista ao deputado Luiz Carlos Martins, numa emissora aqui de Curitiba, dizia que jamais o Governo Federal exigiu a privatização de qualquer empresa energética estadual.

Depois, o governo do Estado, através de propaganda institucional, dizia que a Copel deveria ser privatizada, em função da Lei nº 866, a Lei das Licitações, que a Copel não poderia comprar um único clipe sequer, sem que houvesse uma licitação, e por isso ela estaria “engessada”, e não poderia competir.

Passaram-se alguns dias.

Através de uma empresa com a qual a Copel tem uma participação acionária de 45%, uma “tradener” criada por um grupo de empresários paranaenses, com essa parceria da Copel, anuncia a importação de energia da Argentina, de alguns bilhões de reais, sem licitação, com a maior tranquilidade. E há quem diga que somente a comissão desta “tradener” ultrapassa 140 milhões de reais.

Depois, vêm inúmeras declarações. Inclusive, algumas desastrosas por parte de algum secretário de Estado. Um deles dizendo que os deputados que se posicionassem contra a venda da Copel seriam cassados, porque hoje o governo do Estado já tem direito adquirido, porque existe uma Lei de 98, que autoriza a venda da Copel e que agora, inclusive os deputados seriam cassados, tirando o direito democrático de Deputados expressarem sua vontade, através do voto.

Depois, uma declaração que na minha avaliação não deveria nem ser considerada, por parte do Chefe da Casa Civil, menosprezando a caminhada do povo do Paraná. No último dia onze, com várias palavras pejorativas, - desprezando a vontade popular, desprezando inclusive a vontade da própria FAEP, que corajosamente se manifestou contra a venda da Copel, participando conosco, dando uma demonstração de cidadania e de amor ao Paraná - diz que a massa era representativa, tinha apenas um pequeno número de pessoas que não representava o povo do Paraná.

Ora! Quem esteve ali, viu milhares de pessoas, numa segunda-feira, no horário de expediente, de trabalho, deixando seus lares e vindo para Curitiba diversas entidades. A Associação Comercial do Estado do Paraná, Federação das Indústrias, a OAB, o CREA, enfim, praticamente todas as entidades representativas do Estado do Paraná se manifestaram contra a venda da Copel.

E, tirando todos os argumentos que o Governo do Estado vem utilizando para justificar a venda dessa empresa, mostrando claramente...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo um minuto para Vossa Excelência concluir seu pronunciamento.

**O SR. CEZAR SILVESTRI**

... que a questão da venda da Copel não é questão política, não é questão de partido A ou B, não é uma questão de um posicionamento da Oposição na Assembléia Legislativa. É a visão do povo do Paraná de que realmente a Copel tem um papel importante no desenvolvimento econômico e social no nosso Estado.

Maior demonstração ocorreu agora, na última semana, quando um dos jornais de circulação estadual mais respeitado do nosso Estado, no seu editorial o jornalista mostrava claramente, numa entrevista, junto ao secretário da Indústria e Comércio do Estado do Paraná, que somente nos últimos 15 dias, mais de 50 empresas do eixo Rio-São Paulo haviam procurado a Secretaria da Indústria e Comércio, querendo se instalar no Paraná, e o único pedido que fizeram: não queriam concessão de incentivos fiscais, não queriam terreno, não queriam ter-aplanagem. Queriam apenas a garantia do fornecimento de energia.

Então, senhor presidente, não querendo me estender, pedindo apenas a complacência de Vossa Excelência, ficou claro que a vontade do povo do Paraná, a visão do povo do Paraná, não pode mais ser contraditada, até porque todos os argumentos do Governo do Estado ficaram de lado.

E qual é a proposta do deputado Rubens Bueno, qual é a proposta do PPS do Paraná? Nós não queremos o Estado do Paraná inviabilizado. O chefe da Casa Civil diz, se a Copel não for privatizada, dentro de quatro, cinco meses, o Governo do Estado não pagará mais a folha: estará falido.

Ninguém quer a política da terra arrasada, do quanto pior melhor. Nós estamos oferecendo uma alternativa, o PPS apresentou um projeto na Assembléia Legislativa, que permitiria ao Estado vender o setor de distribuição, vender os ativos que a Copel tem em 17 empresas do Paraná, como é o caso da Compagás, participação acionária que o Governo tem na Sanepar, participação que tem no Sercomtel, enfim, em diversas outras empresas.

Vender, inclusive, os próprios públicos, terrenos que o Governo tem. E, em um levantamento na Gazeta Mercantil, da última semana, dizia que o Estado, vendendo somente esses próprios, que podem ser vendidos, imóveis que não estão sendo utilizados pelo Governo do Estado, arrecadaria mais um bilhão e duzentos milhões de reais.

Enfim, o que estamos propondo é a discussão com a sociedade, com todas as entidades organizadas do Estado do Paraná, para que todos nós procuremos achar uma solução para o Estado, que se diz estar falido se não vender a Copel. Mas, que nós mantivéssemos o setor de geração e de transmissão na mão do Governo, como a Copel vem desenvolvendo ao longo dos anos e já demonstrou que é a grande alavanca de desenvolvimento econômico e social para os futuros governos.



Por esta razão, senhor presidente, quero fazer um apelo em nome do nosso partido, para que Vossa Excelência fosse o interlocutor junto ao Governo do Estado, com todas as entidades organizadas do Estado do Paraná, para que iniciássemos uma discussão nesse sentido, achássemos uma solução para que o Estado não precisasse vender a Copel.

Acho que o momento é oportuno, Vossa Excelência demonstrou que é um homem de visão, que tem visão futurista, um homem que já deu demonstrações nesta Casa, que inclusive tem uma visão de estadista. E tenho certeza absoluta, se Vossa Excelência nos auxiliar para o início dessa grande discussão, procurando alternativas, para que o Governo do Estado do Paraná continue tendo condições de governabilidade, mas que mantenha o setor de geração e transmissão nas mãos do Estado. Tenho certeza absoluta, o povo do Paraná reconhecerá esse seu empenho. E Vossa Excelência passará para a história do Paraná como grande homem de visão, o grande estadista que deu realmente condições para que o Paraná continuasse progredindo e se desenvolvendo.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dando continuidade ao Horário das Lideranças, deputado Fernando Ribas Carli.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É com satisfação e com alegria, que nós hoje ocupamos esta tribuna, com as galerias repletas de pessoas da mão calejada, a voz do interior presente nesta Casa, senhor presidente, e vêm com a sua força, com seu entusiasmo, com o seu trabalho, somar-se às preocupações do nobre ilustre deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa e autor do projeto de lei, que vai sanar uma grande injustiça que está se cometendo com os produtores do Paraná, principalmente os pequenos.

Todos nós sabemos, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, da grande disputa fiscal, - não diria guerra -, que existe entre os Estados. Por outro lado, também somos sabedores da má vontade que existe por parte do Governo Federal, em fazer uma ampla reforma tributária, que venha atender aos interesses de todos os Estados, e por conseguinte, de todos os brasileiros.

O governo Federal, à sua moda, ao seu jeito, já resolveu o seu problema fiscal, fazendo o ajuste fiscal, aumentando violentamente os impostos, para conseguir o famigerado superávit primário, que é aquilo que sobra da arrecadação, que é para pagar os juros cobrados pela comunidade bancária internacional.

Não está preocupado o Governo Federal com as questões que realmente interessam ao homem do interior.

Digo homem do interior, porque também sou, conheço as aflições como bem conhece o deputado Hermas Brandão, que também é um homem do interior. Sabe

das dificuldades, sabe das agruras por que passam as pessoas que trabalham e moram no interior.

E o nosso Estado ainda hoje depende fortemente da sua economia. Da área agrícola, depende da mão calejada, que depende da força do agricultor para produzir.

Não poderíamos continuar levando em frente um trabalho com uma grande diferença na questão tributária, sendo prejudicados por um outro Estado vizinho que concorre conosco todos os dias, todas as horas, todos os instantes, em todos os segmentos.

E o que é pior, este Estado sempre leva vantagem, com relação ao Paraná, que é o Estado de São Paulo, que por ser um Estado mais industrializado, por ser um Estado que produz produtos que agregam mais valor, eles sempre levam vantagem em relação ao Paraná.

Estão levando vantagem e prejudicando uma área que é a área primária, que também é prioritária em nosso Estado, que é a agricultura.

Quero dizer-lhe deputado Hermas Brandão, presidente da Casa, que foi na melhor hora a sua decisão em apresentar esse projeto.

Quero em meu nome, e em nome do meu partido, o Partido Progressista Brasileiro, felicitar a iniciativa do deputado Hermas Brandão. E também felicitar a todos os produtores rurais, que aqui estão.

Os trabalhadores do Paraná, como eu disse, homens e mulheres das mãos calejadas, que vêm até a Casa do Povo trazer o seu entusiasmo, trazer a força do seu trabalho, trazer brilho, para que possamos, já nesta 1ª votação, aprovarmos o projeto que, com certeza, aprovaremos em 2ª e 3ª discussões.

Parabéns, deputado Hermas Brandão.

Parabéns, produtores do Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário da Liderança.

Deputado Plauto Miró Guimarães.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, representantes do segmento agropecuário do nosso Estado do Paraná.

Inicialmente quero agradecer ao deputado Elio Rusch, por me ceder o horário da Liderança do PFL, pois ele estava inscrito para comentar tudo aquilo que aconteceu lá na Estrada do Colono, na região Oeste do Estado do Paraná.

Senhores deputados, representantes do setor agropecuário, quero saudar em especial, ao nosso presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Hermas Brandão, que com o projeto que apresentou na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e que no dia de hoje estaremos votando, vai trazer novamente ao setor agropecuário, em especial aos produtores de carne e leite, a condição de competir com os produtores do Estado vizinho, São Paulo.

Tenho certeza que, com a aprovação desse projeto, na tarde de hoje, e no decorrer desta semana, estaremos dando a condição que os produtores do nosso Estado, que a agroindústria do nosso Estado necessitam para fazer frente a essa competição existente dentro do nosso País. Que essa competição possa dar a condição igualitária aos nossos produtores do Paraná, para vender e colocar os seus produtos nos outros Estados da Federação.

Quero citar algumas frases que os nossos companheiros e amigos produtores aqui trouxeram, de benefícios que esta lei vai trazer ao setor do nosso Estado como aquela importante faixa ali que diz: 'ICMS competitivo' - É mais emprego no interior do nosso Estado do Paraná. A agroindústria e produtores precisam de um novo ICMS para competir.

Nesse projeto, senhor presidente, com o apoio dos 54 deputados desta Casa, Vossa Excelência vai aprovar e vai dar a condição que os produtores do nosso Estado necessitam para competir com os demais produtores do nosso Brasil.

Estou falando em meu nome e também em nome de todos os deputados do Partido da Frente Liberal, que apoiam esse projeto e, tenho a certeza, com o voto de cada um deles, será aprovado e em breve estará em vigor, trazendo os benefícios que cada um de vocês necessita para tirar a maior renda da sua atividade, lá no campo.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.  
**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No horário do PTB, concedo a palavra ao deputado Ademar Traiano.

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, agricultores que nesta tarde vêm dar um brilho especial à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Vou aproveitar o meu tempo para fazer um breve pronunciamento sobre dois temas importantes. Dentre eles, o assunto de hoje e também a questão do fechamento da Estrada do Colono. Mas, antes quero fazer uma saudação especial, com a permissão de todas as lideranças e entidades que aqui estão, a um companheiro meu, presidente da Associação Regional de Suinocultores de Francisco Beltrão, do sudoeste do Paraná, meu companheiro de partido, vereador Irineu Wessler, que aqui também está, nesta tarde.

A região sudoeste do Paraná, de forma especial, a área de fronteira, no final da semana passada chorou, em função de uma decisão que acabou ferindo na alma o sentimento da gente da fronteira Sudoeste do Estado do Paraná.

Respeitamos toda e qualquer decisão de justiça. Tenho em minha mente a consciência de que os poderes constituídos devem se respeitar mutuamente. Não posso concordar pela insensibilidade daqueles que muitas vezes têm o dever de fazer imperar a justiça e acabam tomando

decisões que mexem no sentimento da nossa gente, como é o caso do fechamento da Estrada do Colono, que há mais de 50 anos tem a sua situação de tráfego liberada, praticamente para a região Sudoeste do Paraná e toda a região Sul do Brasil, que faz a interligação com o Oeste do Paraná, e com a Região do Mato Grosso do Sul e do Norte.

Essa estrada, que faz parte da vida e da história da gente do sudoeste do Paraná, e que em muitas oportunidades viu tombar os seus filhos e entes queridos, para manter e preservar a integridade do parque nacional do Iguaçu.

Nada melhor do que a gente que mora lá na fronteira, daqueles que estão diuturnamente preservando aquilo que é o maior patrimônio da humanidade, que é o nosso Parque Nacional do Iguaçu.

Infelizmente, uma juíza toma uma decisão e fere, com um tiro fatal, a alma e o coração de todos aqueles sudoestinos que querem a manutenção da estrada, que representa, não apenas a história, a cultura, mas acima de tudo, a garantia da economia da região Sudoeste do Paraná.

Portanto, senhores parlamentares, usaram de força e de todos os instrumentos possíveis e impossíveis, para amedrontar a nossa gente, para mexer com os nossos governantes, os prefeitos lá da região de fronteira, de Capanema, de Planalto, de Serranópolis, de Medianeira, de todos os envolvidos no processo. Mas não conseguiram, com certeza, calar a voz da gente do Sudoeste e do Oeste do Paraná que luta, em companhia dos parlamentares, independente da cor político-partidária, em defesa dos interesses da permanência da Estrada do Colono.

Amanhã estaremos reunidos na Casa Civil, para defendermos os interesses das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, para encontrarmos, quem sabe, uma alternativa que possa contemporizar o homem e a natureza, porque assim o IBAM não consegue compreender. Queremos fazer com que o IBAM tenha a grandeza de compreender que, se até o momento o homem e a natureza puderam conviver, lá no Oeste e Sudoeste, com certeza até o final da vida daqueles que lá estão iremos continuar convivendo, de uma forma respeitosa e harmoniosa, com o nosso Parque Nacional do Iguaçu.

Na seqüência eu lhe dou o aparte, deputado Neivo Beraldin.

Quero ainda, com a permissão da presidência, pedir mais alguns minutos para dizer à nossa gente que aqui está, estes que são os verdadeiros baluartes da economia do Estado do Paraná, os pequenos agricultores, os empreendedores do Paraná, às entidades de classe que aqui estão, que esse projeto do deputado Hermas Brandão não pode ficar, nesta tarde, alicerçado apenas no discurso político. Não podemos, de forma alguma, fazer desse projeto um palanque; pelo contrário, entendo que todos os parlamentares, independente da cor partidária, querem sim, a aprovação dele porque é sinônimo de garantia de sobrevivência dos nossos pequenos empreendedores, é

sinônimo de fixação do nosso homem do campo, é sinônimo de um programa de um alto alcance social, de um projeto de governo que realmente vai permitir ao nosso pequeno empreendedor buscar alternativas para agregar receita, lá na sua pequena propriedade.

Quero ainda, senhor presidente, dizer que, apesar de algumas contestações apresentadas, nesta tarde, nós de forma respeitosa ouvimos os posicionamentos dos parlamentares que se manifestaram criticando o governo do Estado do Paraná.

Eu não quero fazer a defesa do governo, mas é importante que tantos outros governos já passaram pelo Estado.

Tiveram boas ações, tiveram ações que talvez não correspondessem com a expectativa da nossa gente, mas gostaria de dizer que algumas ações nesse governo, estão sendo encetadas, sim, no Estado do Paraná, como é o programa Paraná 12 meses, que hoje propicia a oportunidade de criarmos pequenas agroindústrias diretamente ligadas aos nossos pequenos agricultores que colocam o produto do pequeno agricultor, em todo o Brasil, com selo de qualidade. É um programa de Governo.

Muito temos ainda a fazer pelo nosso agricultor. Reconhecemos sim, como deixaram a desejar no passado os outros governos, mas há que se ressaltar que tem programa sim! O Programa Paraná 12 meses, como é o Programa da Vila Rural que retirou pequenos agricultores debaixo da lona e que deu uma oportunidade para ter a sua pequena residência e o seu pedaço de terra.

Por isso, senhores deputados, quero encerrar o meu pronunciamento dizendo que o projeto do deputado Hermas Brandão é fato inédito nesta Assembléia, senhores agricultores, com o apoio de todos os deputados. E nós, como homens de governo, poderíamos ter colocado obstáculos lá na CCJ e barrarmos o projeto. Não o fizemos por entender que ele é importante para esse segmento do Estado.

Votamos lá na CCJ, vamos votar aqui e com certeza, se precisar o empenho dos deputados para que juntos com o deputado Hermas Brandão, se houver resistência do governo possamos encontrar algo que possa atender aos interesses dos nossos pequenos agricultores.

Muito obrigado.

#### O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu pedi um aparte ao deputado Traiano mas não fui atendido, então eu vou dizer o seguinte: o Paraná 12 Meses está muito presente no Pronaf, verba do Governo Federal.

Por outro lado, gostaria de levar a público que o Ibama realizou uma série de convênios com a SPVS, junto a essa Ong. Mas não é pouco para o Parque Nacional do Iguaçu, alguns milhões de reais. Enquanto o povo de lá da região e do Estado do Paraná todo tem necessidade, o Ibama faz esse convênio e os deputados da região deveriam saber disso, tem convênios até de 120 mil reais

para cuidar do Parque Nacional do Iguaçu e uma série de outros convênios.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pela ordem, o deputado Luiz Carlos Zuk, vai fazer uso do horário das Oposições.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Volto novamente a usar da palavra na tarde de hoje para especialmente a classe jornalística desta Casa, me somar a um dos jornais que tem tido a coragem durante toda a sua existência, de denunciar fatos e principalmente atos do Governo do Estado que vão fazer com que todas as apurações sejam nele transcritas e de conhecimento de todo Paraná juntamente com outros órgãos que fazem a cobertura, não só desta Casa, mas de todo o Estado do Paraná.

Infelizmente, senhor presidente, por ordem judicial, compareceu na redação do jornal "Impacto", para fazer apreensão, aonde este jornal transcrevia a denúncia do deputado Neivo Beraldin, presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, documentação envolvendo a Fundação Boticário, no milionário desvio que será entregue, como foi ao Ministério Público, e à CPI Nacional que investiga as ONGs no País; o dinheiro foi repassado pelo banco alemão, KFW e pelo BID, para preservação da Mata Atlântica, mas não chegou ao seu destino, e o título da O Boticário dá o golpe de 20 milhões.

Mais adiante, o mesmo deputado Neivo Beraldin, conjuntamente com o deputado Algaci Tulio e outros deputados que de perto fazem a sustentação política do litoral paranaense e mostram a realidade dos fatos que ali acontecem, o deputado Neivo Beraldin, mesmo xingando na Comissão, não respondeu às provocações e vai devolver através de documentos e de pedidos ao Ministério Público, para que a Justiça realmente tome as providências como tomou, quebrando sigilo fiscal, bancário e trazendo à luz os fatos relacionados no jornal.

Além dessa arbitrariedade, senhor presidente, tomada pela Justiça, temos em mãos o Impacto, que nada mais mostra do que aquilo que todo o Paraná testemunhou, na Comissão presidida pelo deputado Neivo Beraldin, e além da apreensão do jornal, senhor presidente, fazem ainda, deputados, uma menção da prisão do jornalista Luiz Fernando Fedler, como se ele fosse o porta-voz daquilo que ocorreu de viva presença, prova neste Plenário, mais precisamente na Sala das Comissões, na presença inclusive deste deputado que vos fala.

Nada tem o jornal, senhor presidente a ver com isso. Ele está transcrevendo o que ocorreu nessa Comissão do Meio Ambiente. As provas estão no Ministério Público, o sigilo bancário foi quebrado, e o roubo será esclarecido, se é que houve. Não será um impacto, muito menos a prisão do Luiz Fernando, que vai falar a voz do Neivo Beraldin, do Algaci Tulio, deste deputado que vos

fala e deste Plenário que nós representamos, na Comissão do Meio Ambiente.

Quero inicialmente conceder o aparte ao deputado Neivo Beraldin e em seguida ao deputado Algaci Tulio.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Meu nobre deputado Zuk, na verdade presido a Comissão do Meio Ambiente, e realizamos a primeira reunião na Assembléia Legislativa sobre as questões das ONGS e convidamos a Fundação O Boticário e a SPVS, visto que os dois têm mais notoriedade na mídia.

A SPVS, porque tem muito mais convênios realizados com o Governo Federal, notadamente o IBAMA, Ainda não sabemos quanto tem de convênio com o Governo do Paraná, nem com a Secretaria do Meio Ambiente, nem com o IAP.

A segunda reunião realizada foi na Câmara de Antonina, e a população se manifestou absolutamente contrária às afirmativas feitas na primeira reunião aqui na Assembléia.

Na seqüência, fui ao litoral do Paraná e filmei aquela cozinha comunitária que a SPVS disse ter construído; filmei aquelas árvores, mata ciliar, que seria para conter a erosão do Rio Cachoeira, fui ver a tal trilha ecológica, que eles dizem ter feito. Enfim, fui verificando, conversando com o povo, filmando e fotografando.

Pediram-me a terceira reunião aqui, na Assembléia Legislativa, para dar uma nova oportunidade à SPVS e ao O Boticário, explicarem o que se passa.

Aqui estiveram, eu, como presidente, o deputado Algaci Tulio e os deputados membros da Comissão estiveram presentes e apresentei o filme.

Olha: em relação a planta ciliar, está aqui;

- Em relação à cozinha comunitária, está aqui;

- Em relação ao medicamento que eles plantaram, lá as ervas medicinais, está aqui;

- O depoimento do vereador do bairro, está aqui;

- O depoimento da população, da Fundação O Boticário, tem quatro funcionários: duas senhoras que fazem a limpeza da casa e mais dois. Como é que eles vão cuidar de 2.300 hectares de terra? Como é que eles estão cuidando?

Tinha agora, aqui atrás, um tal de Paulo que disse: Olha, eu sou dono da região Salto do Morato. Eu sou dono.

- Mas, como que você é dono?

- Eles passaram não sei em nome de quem, mas eu tenho direito.

- Bom, não vamos entrar no mérito de quem é dono, quem não é dono, porque não sou a Justiça, sou apenas um parlamentar que representa este Poder e, naturalmente, procuro fazer o melhor possível.

Então, está nas mãos da CPI, para que investigue; está na mão da CPI do Senado Federal, CPI que já existe, para que investigue.

Da nossa parte, já fizemos, e sobretudo, já constatamos que querem vender a nossa terra, a nossa soberania

para os americanos. Porque essa SPVS não passa de uma interligada com um grupo americano e que vai tomar conta das nossas terras no Paraná. Não só no Paraná, mas no Brasil e, sobretudo vão usar a nossa biodiversidade. O que está preservando em Guaraqueçaba, que tem 453 anos de existência, foi preservado sim, pelo homem que lá vive, e sobretudo foi preservado pela própria topografia acidentada que existe.

Estão comprando terra do povo do Paraná e mandando esse povo para as grandes cidades, viver os problemas urbanos.

Muito obrigado.

#### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Agradeço o aparte e concedo ao deputado Algaci Tulio. Mais uma vez, nas palavras do deputado Beraldin, o Impacto não tem nada transcrito, mais do que a realidade que Vossa Excelência testemunhou neste instante.

#### **O Sr. Algaci Tulio**

Quero comunicar ao deputado Zuk que tivemos uma audiência pública em Antonina, e a Comissão de Meio Ambiente e Ecologia procurou essas comprovações, ouvindo depoimentos de Secretários de Meio Ambiente de Antonina, de vice-prefeito de Guaraqueçaba, de vereadores, da população e outras ONG's daquela região e foi por esta razão que temos promovido uma série de embates aqui na Assembléia, à procura da verdade.

Quero dizer que não tenho nada contra o O Boticário, nada contra SPVS mas o que me preocupou foram os depoimentos que ouvimos lá em Antonina e que foram corroborados num filme feito pelo deputado Neivo Beraldin e na última audiência aqui realizada.

Não entro no mérito se SPVS, se o O Boticário, são culpados ou não. Quero entrar no mérito do jornal. Eu, como jornalista, lembro que em 1964 havia acabado a Ditadura. Eu chegava no meu programa de rádio e estava em cima da mesa, lá do estúdio: "Não comentar, não falar sobre determinado assunto".

Eu quero crer que vivemos num momento de grande democracia, onde todos os segmentos têm liberdade para se manifestar, e principalmente a imprensa, que presta um grande serviço, como imprensa investigativa, à sociedade brasileira.

Não posso admitir que o jornal do companheiro Luiz Fernando Fedler, que apenas transcreve atas de uma Comissão de Meio Ambiente da Assembléia, seja passível de sua apreensão e o que é pior ainda, a tentativa de prisão do seu proprietário.

Como jornalista, acima de tudo como político que fiz da minha profissão de jornalista o meu degrau para chegar a esta Casa, não por vontade própria, mas daqueles que me deram o crédito, como homem de imprensa, quero deixar minha solidariedade ao companheiro Luiz Fernando Fedler e a qualquer um, homem de imprensa que venha nesse momento a ser punido, a ser ameaçado

de prisão, quando vivemos um regime democrático, onde o Presidente da República, numa Sessão Solene, da posse da Ordem dos Advogados do Brasil ou de um Ministro, ouve direto, um membro da OAB lhe fazer sérias denúncias e sequer tomou qualquer iniciativa.

Não é por aqui que se parte a tentativa de tirar o direito à liberdade de imprensa.

Quero ser solidário ao companheiro Luiz Fernando Fedler.

**O Sr. Ricardo Chab**

Permite-me um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Infelizmente o tempo do deputado Zuk está esgotado e ultrapassou em mais de cinco minutos.

Gostaria que o deputado Luiz Carlos Zuk encaminhasse o seu encerramento.

**O Sr. Ricardo Chab**

Na condição de jornalista, formado pela Universidade Federal do Paraná, gostaria de colocar essa questão da liberdade de imprensa.

Se o Presidente da sessão me concedesse um minuto, eu rapidamente colocaria essa questão.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Concedo um minuto.

**O Sr. Ricardo Chab**

Ouçõ a fala de Vossa Excelência e do deputado Algaci Tulio, e na condição de jornalista formado pela Universidade Federal do Paraná, não posso admitir que aqui no Paraná, não tenhamos liberdade de imprensa. O País só vai ser sério, só vai ser honesto consigo mesmo, no dia em que a imprensa tiver toda a liberdade para o trabalho. Não vou entrar no mérito da questão, mas quero ser solidário no que diz respeito à liberdade de imprensa. O homem tem que ser livre no pensar, no agir, no falar e no escrever. Só assim é que vamos encontrar a plenitude da democracia.

Essa é a minha colocação.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Agradeço ao presidente pelo tempo concedido, e encerro dizendo que o Impacto, mais uma vez, não publicou nada daquilo que é de conhecimento público e o jornalista Luiz Fernando Fedler não tem nada a ver com as posições que a presidência tomou e, principalmente o Ministério Público vai tomar com relação às denúncias apresentadas.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)**

Senhor presidente, até porque não havia mais tempo para poder fazer uma manifestação através de aparte, quero manifestar minha indignação e meu apoio total ao jornalista Luis Fernando Fedler. Como disse o

deputado Chab, nós temos que defender a liberdade de imprensa, e sobretudo, a liberdade de expressão, se queremos manter o estado de direito.

Fica aqui, também, a nossa solidariedade.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Também quero manifestar minha solidariedade ao jornalista Luis Fernando Fedler, ao jornal Impacto, e dizer que agora, às 19h00, temos uma audiência com o doutor Dartagnan, que é presidente da PIC. Vamos relatar-lhe o que aconteceu com o jornal, a invasão, enfim, tudo o que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Horário destinado à Liderança do Governo, com a palavra o deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, senhores deputados, meus amigos.

Existem momentos que ficam marcados para sempre em nossas vidas e para a história de um Estado. Com certeza absoluta o projeto do ilustre presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, ficará marcado na História do nosso Estado como um momento em que a Assembléia Legislativa, o Governo do Estado, os produtores rurais do Paraná, juntos, decidem seu próprio caminho. Juntos porque, meu prezado amigo, não existe caminho de um homem só, quando se quer a solução dos problemas de todo um segmento social.

O Estado do Paraná, desde há muito vem deixando, ou melhor, deixou de ser a 5ª Comarca do Estado de São Paulo, dependente da agricultura, da economia, da indústria, do Estado de São Paulo. Temos que seguir nossos próprios rumos, e isto começou a ficar muito claro a partir do momento em que o governador Jaime Lerner resolveu mudar o perfil econômico do Estado do Paraná, resolveu investir na indústria paranaense. Mas também resolveu investir na agricultura do nosso Estado. Muito discurso, muita demagogia se fez, ao longo de muitos anos. Mas, algo inquestionável: quando o PIB de um País, de um Estado, cresce, automaticamente a sociedade cresce e avança, porque passa a ser maior a distribuição de renda.

E o nosso presidente Hermas Brandão, com muita competência, neste momento apresenta um projeto de lei à Assembléia Legislativa para que o Paraná, que os nossos produtores rurais, que nossos empresários, efetivamente possam competir em igualdade de condições com o Estado de São Paulo e com outros Estados da Federação.

O que se busca? As mesmas condições de tratamento. E todos nós sabemos que hoje um empresário não consegue competir se ele não estiver muito bem assessorado na área tributária, sem os incentivos fiscais, incentivos de ICMS, incentivos tributários, não dêem a ela as mesmas condições que o seu concorrente de outros Esta-

dos, tem. O Hermas foi muito feliz nesta iniciativa de propor tratamento igualitário, de propor tratamento onde nossos produtores rurais poderão, em parceria com o segmento empresarial, com o apoio do Governo do Estado, competir em termos de Brasil, dando condições para que o Estado não veja, todos os dias, toda sua produção de soja, toda sua produção de milho, toda sua produção, muitas vezes, até de trigo, sendo exportado, sem que aqui possa se agregar valor, se transformar cada vez mais em riqueza, gerando mais empregos e mais renda.

Pois bem, tenho certeza, senhor presidente, que com esse seu projeto vamos transformar a nossa soja, o nosso milho em ração; vamos transformar em gado cada vez mais gordo e cada vez mais precoce; vamos transformar em suínos cada vez mais preparados para a competitividade do mercado; vamos transformar em frangos com abate cada vez mais precoce, aumentando cada vez mais a industrialização no Estado do Paraná, agregando valores aos produtos agrícolas e, efetivamente, transformando a nossa agroindústria paranaense.

Mas é um projeto que precisa do apoio da sociedade, como aqui está manifestado. Precisa do apoio do governador, porque não bastaria somente, em hipótese alguma, aprovarmos na Assembléia Legislativa, se não houvesse a sanção do governador. Esse mesmo governador, senhor presidente, que com o Paraná 12 Meses investirá mais de 350 milhões de dólares na agricultura do Paraná, recursos jamais visto em toda a história política deste Estado. Não houve um governante que tivesse investido tanto na agricultura do Paraná.

Mas ele não investe de sua própria cabeça: criou o conselho municipal do Paraná 12 Meses, onde todos os agricultores representados em cada uma de suas comunidades, - pode ela mesma decidir onde se investe os recursos do Paraná 12 Meses, que vai desde a melhoria da casa do homem do campo até o calcareamento do solo, até a compra de equipamentos, até a construção de abastecimentos comunitários. Todos esses benefícios defendidos pela comunidade.

E o Hermas Brandão, que foi Secretário da Agricultura, que muito bem idealizou e sabe a importância do Paraná 12 Meses na agricultura do Estado do Paraná, vem ao encontro mais uma vez, à necessidade premente de desenvolver a nossa agricultura. Veja só, o Paraná Rural tão alardeado, tão defendido por todos nós paranaenses e parlamentares, investiu ao longo de 8 anos cerca de 140 milhões de dólares, sendo que - o Hermas Brandão sabe bem - em 3 anos foram investidos pelo governador Jaime Lerner, mas aproximadamente 70 milhões de dólares foram somente para pagamento de funcionários da Emater, funcionários da Secretaria da Agricultura. Não foram, efetivamente, aplicados lá no campo, o que já ocorreu no Paraná 12 Meses. Onde até o final do governo do Jaime Lerner, 350 milhões de dólares serão exclusivamente investidos na agricultura, e definidos, prioritariamente, pelos conselhos municipais do Paraná 12 Meses.

Tem aqui, Hermas Brandão, o nosso apoio. Meu companheiro Agid e lideranças agrícolas do Estado do Paraná e produtores rurais, o apoio do Governo do Estado. Vamos analisar, vamos votar em 1ª votação, esse projeto. Vamos apreciar as emendas que naturalmente virão a esse projeto a partir da 2ª discussão e votação, e vamos dar todas as condições para que o produtor paranaense, o agricultor do Estado do Paraná, os empresários paranaenses possam competir, crescer, avançar, transformando a nossa economia na principal economia agrícola agroindustrial do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1923, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 219/2001, item 15 de Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que introduz alterações na Legislação do Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações - ICMS. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 073/2001, de 04.06.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 219/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo introduzir alterações na Legislação do Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, apresentamos parecer favorável, na forma da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 219/2001

**P A R E C E R :**

O Artigo 1º do presente projeto de lei passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Ficam introduzidas alterações na legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Apoio: Caíto Quintana.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 219/2001

**P A R E C E R :**

**Relatório**

Da autoria do deputado Hermas Brandão, o presente plano de lei introduz alterações na legislação do Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

**Fundamentação**

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria e apresentou Emenda Supressiva ao projeto.

Até recentemente o Estado do Paraná vinha concedendo às operações com carne de gado, ave e produtos resultantes do abate desses animais, um crédito, sobre o valor de venda das carnes e derivados do abate desses animais, por conta do crédito dos insumos utilizados pelos produtores. Contudo, tal benefício está atualmente

revogado, prejudicando diretamente os pequenos e médios produtores.

A medida vai resolver o problema de falta de competitividade dos produtos mencionados não apenas no mercado interestadual, mas também no mercado interno, beneficiando produtores rurais, agroindústrias, consumidores e, principalmente, o interior do Estado.

Da maneira em que foi proposto o projeto de lei, observamos ainda, que será estimulada a produção, também diminuirá a sonegação, e com isto teremos um considerável aumento da arrecadação.

**Conclusão**

Assim sendo, no que compete a essa Comissão se manifestar, conforme preceitua o § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, opinamos pelo parecer favorável, seguindo o posicionamento da douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

**Em votação.**

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Discutir)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero, antes de mais nada, registrar os 93 anos da imigração japonesa. E vi que nesta nossa plenária, temos alguns descendentes de japoneses. Em 1908 eles chegaram ao nosso território brasileiro. E hoje, aos milhões, nos ajudam a construir este País.

Então, à comunidade japonesa, o nosso abraço pelos mais de 90 anos de imigração.

Muito já se falou aqui hoje, a respeito do Projeto 219/2001. E eu quero dizer também, não só na condição de deputado estadual, mas também na condição de médico veterinário e de presidente desde 1986, portanto, há 14 anos, do Bloco Parlamentar Agropecuário desta Casa, da alegria que eu tenho de poder estar vivendo, novamente, um projeto decisivo para o setor produtivo rural e para o setor agroindustrial do Estado do Paraná, porque os benefícios que advirão da aprovação desse projeto, que tenho certeza contará com a sensibilidade do governador Jaime Lerner para sancioná-lo, os benefícios que advirão não serão apenas para os produtores rurais: serão também para os agroindustriais do Estado do Paraná que hoje estão enfrentando uma situação de dificuldade terrível nesse desequilíbrio de tratamento tributário que ocorre no nosso País.

Disse bem aqui o deputado Fernando Ribas Carli quando falou das dificuldades que estamos enfrentando para aprovarmos a Reforma Tributária em nosso País. Como presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais até 30 dias atrás, percorremos este Brasil e muitos deputados nos acompanharam para tentarmos fazer com que se viabilizasse a Reforma Tributária tão sonhada pela maioria dos estados brasileiros, para que nós pudéssemos atingir um tratamento igualitário nas questões tributárias. Mas, as dificuldades interpostas por

uns e por outros, evidentemente faz com que essa Reforma Tributária não aconteça.

Disse bem o deputado Silvestri quando falou de coisas que já aconteceram na Assembléia Legislativa, seja da sua iniciativa, deputado ou de outros parlamentares, é importante que nós nesta Casa registremos que a Assembléia Legislativa, na maioria das vezes, eu não diria na totalidade, porque em alguns assuntos entendo que esta Casa tem faltado, mas na maioria das vezes a Assembléia Legislativa se colocou à frente para aprovar legislação, para aprovar medidas que viessem ao encontro do setor produtivo rural, ao setor agroindustrial.

Eu tenho aqui em minhas mãos a Lei Agrícola do Estado do Paraná, a Lei 9917, de 30 de março de 1992, que foi uma proposta nossa, do Bloco Agropecuário, naquela ocasião, da comissão de Agricultura, e que para a nossa felicidade eu vejo aqui na Comissão Especial de Assessoramento e elaboração da Lei, estavam diversas pessoas, e duas estão aqui, participando conosco, o Carlos Augusto, da Faep, e o Nelson Costa, da Ocepar.

Então, naquele momento, quando a Assembléia votava a Lei Agrícola, colocava nos seus artigos, por exemplo, aqui no artigo 20: “O Estado estabelecerá uma política de incentivos fiscais e creditícios, para a implementação do programa de industrialização de Produtores Agrícolas. Diz no artigo 21: Em apoio à agroindustrialização, o Estado desenvolverá serviços de pesquisa, orientação técnica e fomento à produção da matéria prima. Diz mais adiante no artigo 25: “O Estado utilizará recursos próprios e buscará fontes de financiamentos alternativos para desenvolver programas de manejo do solo e água, recuperação das áreas em degradação e obras e proteção do meio ambiente, em conjunto com a iniciativa privada. Vejo aqui, o Romeu da PS, nós estamos, há uns dois anos, Romeu, discutindo a questão do Meio Ambiente e os dejetos suínos. Quer dizer, está aqui, em uma lei que a Assembléia lá atrás votou e que a iniciativa privada está procurando fazer a sua parte.

Lá no artigo 49 diz: “O Estado deverá ajustar os seus instrumentos fiscais, com reduções de impostos de taxas. Eu repito: “O Estado deverá ajustar os seus instrumentos fiscais, com reduções de impostos e taxas nos produtos de abastecimento alimentar, nos termos da lei”.

Vejam bem, senhores deputados, amigos aqui presentes, a Assembléia precisa fazer muito mais do que já fez. A Assembléia já fez lá atrás, quando em uma iniciativa do deputado Anibal Khury, instituiu a Lei do Incentivo Fiscal, que permitiu que se implantasse no Paraná, uma série de medidas em favor da industrialização deste Estado, o governador Requião, secretário da Agricultura na época, Osmar dias, o Eron Arzua nas finanças, chancelaram esta lei. Em outro momento, quando se discutia nesta Casa a política de gerenciamento dos recursos hídricos, e que pairava no texto da lei a perspectiva de se cobrar a utilização da água do produtor rural, o deputado José Maria Ferreira nos chamou, fomos à Faep, depois com o pessoal do IAP e da Ocepar, depois à Assembléia

Legislativa, na Comissão de Agricultura e do Meio Ambiente, depois todos nós parlamentares entendemos que aquele dispositivo tinha que ser retirado.

Naquele momento, a Assembléia ficou ao lado do produtor rural, como agora se propõe a ficar de novo ao lado do produtor rural e do agroindustrial.

É lógico que nós, enquanto Assembléia, temos ainda algumas coisas para nos recuperarmos perante a sociedade paranaense e perante a economia deste Estado.

A Assembléia deve ainda, sim, uma satisfação a todos, quando institui, por exemplo, o pedágio nas rodovias.

A Assembléia precisa se colocar em posição de vanguarda, para que possamos rever esse instrumento colocado nas rodovias, porque eles também prejudicam os nossos produtores e os nossos agroindustriais.

A Assembléia tem que ir a fundo na discussão dos projetos que estão discutindo Seguro Agrícola, Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Agricultura Familiar, o Fundaf, que estão tramitando por esta Casa.

A Assembléia Legislativa e toda a sociedade têm que ir a fundo na discussão da privatização da Copel, porque não podemos ajudar hoje os agricultores e os agroindustriais e amanhã penalizá-los com pedágio, com a falta de política de seguro agrícola, com a falta de uma política de habitação rural, também prevista em nossa lei agrícola, enfim, com outros mecanismos que tirem do produtor e do agroindustrial a sua perspectiva de competição. Temos que refletir, o dia de hoje é fundamental para todos nós e por isso, meu prezado amigo deputado Hermas Brandão, quero cumprimentá-lo. Vossa Excelência teve a sensibilidade que precisava ter neste momento. Vossa Excelência sabe que o governo adotou medidas que vinham ao encontro dos interesses dos produtores e dos agroindustriais e que essas medidas foram suspensas e que o governo do Estado, mesmo prometendo que ia rever e restabelecer os benefícios fiscais tributários, estava demorando para instituir isso em nosso Estado, e enquanto se demorava para instituir esses benefícios novamente, os produtores e os agroindustriais estavam sofrendo, perdendo competição, perdendo dinheiro, perdendo inclusive a perspectiva, alguns, de prosseguir nas suas atividades.

Vossa Excelência, como parlamentar cumprindo o quinto mandato, como nós, teve a sensibilidade de apresentar esse projeto.

E quero, neste momento, agradecer aos meus colegas da Comissão de Constituição e Justiça, na pessoa do deputado Basílio Zanusso, que atribuíram a nós a responsabilidade de relatar esse projeto, de importância fundamental, porque ele muda a partir do momento que se transformar em lei, as relações comerciais entre o Estado do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e especialmente as relações mercantis e intercâmbios comerciais com o Estado de São Paulo e com outros Estados.



É uma lei que restabelece de alguma forma a igualdade de tratamento tributário, que nos permitirá competir em igualdade de condições e tenho certeza que, assim, seremos vencedores, porque o Paraná sempre agiu dessa forma. Em igualdade de condições o Paraná nunca teve que se vergar a ninguém, porque, através dos seus produtores rurais, dos seus agroindustriais, dos seus industriais, dos seus comerciantes e comercíarios e da sua gente, o Paraná sempre soube se colocar na dianteira, na vanguarda do desenvolvimento do País.

Parabéns aos produtores, aos agroindustriais, aos presidentes das instituições aqui presentes, associativas, cooperativas, sindicais, que deixo de declinar o nome, porque são tantos, e o cumprimento especial aos deputados desta Casa, da Bancada da Oposição e da Bancada da Situação que irão, certamente, todos, aprovar esse projeto.

Parabéns também, deputado Ademir Bier, porque a Comissão de Finanças, presidida por Vossa Excelência agiu com presteza e rapidez para que esse projeto pudesse, na terça-feira, ser analisado na CCJ, e na quarta-feira ser analisado na Comissão de Finanças e hoje aqui.

Presidente Hermas Brandão, possivelmente teremos algumas emendas nesse projeto - pode ser que sim, pode ser que não - mas se elas acontecerem, Vossa Excelência e o presidente Basílio Zanusso, poderão adotar também, neste caso um regime rápido, para que possamos, ainda nesta semana ou mais tardar na semana que vem, dar por aprovado esse projeto aqui na Assembléia.

Cumprimento mais uma vez Vossa Excelência, e tenho certeza que o dia de hoje marcará, de forma significativa, a história da Assembléia Legislativa, mas muito especialmente a história da produção agropecuária e agroindustrial do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. HERMAS BRANDÃO

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, presidentes de entidades, de cooperativas, e meus companheiros agricultores e pecuaristas.

É com a mais grata satisfação que vejo hoje as galerias da Assembléia Legislativa ocupadas. A verdadeira Casa do Povo sente-se honrada, tenham certeza, em receber todos os que aqui se encontram. O Paraná está hoje aqui representado!

Pessoas de todas as regiões do Estado estão entre nós: produtores de leite, suinocultores, pecuaristas, avicultores, líderes rurais que vieram à Assembléia para acompanhar a votação, em primeira discussão, do projeto de lei que restitui a competitividade, no campo fiscal, aos agropecuaristas paranaenses.

Sim, no campo fiscal! Faço questão de reafirmar isso, senhoras e senhores, porque no campo da produção somos nós, paranaenses, não apenas gigantes nacionais, como também oferecemos à mesa dos brasileiros e de povos de todos os continentes o que pode haver de melhor.

E, embora altamente competitivo na variada produção de carnes, leite e derivados, o Paraná e os paranaenses vêm - por obra de um vazio legal instrumentado pelo governo de São Paulo - sendo alijados dos principais mercados consumidores nacionais.

O que hoje se debate aqui, senhoras e senhores, é um projeto de lei que estabelece um novo patamar fiscal para a agropecuária paranaense.

O que se vota nesta Casa de Leis é uma resposta clara e objetiva às consequências de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo governo de São Paulo, no Supremo Tribunal Federal, contra a legislação fiscal do Paraná.

O que hoje se promove aqui é a garantia à produção agropecuária paranaense na forma de uma legislação perene, capaz de sobreviver aos humores dos governos de turno e à guerra fiscal deles decorrente.

O que, enfim, hoje começamos a alcançar é uma nova realidade fiscal capaz de expandir o horizonte de toda uma classe produtora. É em nome dessa classe, que produz, gera riqueza e trabalho para mais de meio milhão de paranaenses, que esta Casa do Povo vem em socorro.

O encontro da farta matéria-prima - representada pela produção sucessivamente recorde de grãos, especialmente milho e soja - com a localização estratégica em relação aos centros de consumo, fazem do Paraná um dos grandes produtores de aves e suínos do continente. Somente essas atividades envolvem hoje 43 mil propriedades familiares em todo o Estado. São, no total, mais de 300 mil pessoas envolvidas diretamente na produção.

Na pecuária o Paraná possui um rebanho bovino superior a 10 milhões de cabeças. E quero lembrar: graças ao trabalho responsável e ininterrupto da classe produtora em associação ao governo do Estado, trabalho esse no qual tomei parte como secretário da Agricultura, somos hoje área livre da febre aftosa.

E é conquista que nos permite exportar não apenas carnes bovinas, mas também suínas, para os mercados europeus e asiáticos, grandes consumidores desses produtos.

O setor de leite no Paraná é um dos maiores do País. São mais de 30 mil propriedades firmemente estabelecidas no campo. São, senhoras e senhores, 150 mil pessoas diretamente envolvidas na produção de leite, além de um parque industrial e estrutura cooperativa que geram trabalho direto para cerca de 12 mil paranaenses. E nessa conta não entram, ainda, empresas das atividades de suporte, como transporte, embalagens, distribuição e venda, responsáveis por outros milhares de empregos indiretos.

E para crescer mais o setor leiteiro necessita apoio em dois campos distintos. O primeiro deles, que conheço bem, é o campo ocupado pelo programa Paraná Agroindustrial, em execução pela Secretaria da Agricultura do Paraná. Desenvolvido em parceria com a iniciativa privada, o programa tem procurado soluções para a ampliação da produção, desde a melhoria tecnológica das matrizes e do próprio processo produtivo até o treinamento de produtores.

O segundo é o campo fiscal, o vazio legal a que já me referi e que passará, com o apoio desta Casa, a ser ocupado pelo projeto de lei ora em exame. E o que pretendemos com esse projeto? Muito simples: colocar prumo em um edifício tributário notadamente marcado pelo desequilíbrio estrutural.

O decreto estadual que trata dos produtos constantes da cesta básica garante créditos tributários parciais para as carnes, leite e derivados. São, contudo, é bom que se frise, créditos, e título precário, uma vez que podem ser eliminados a qualquer momento.

A lei, diferentemente do decreto, torna essa perspectiva uma quase impossibilidade. Decisão unilateral oriunda da vontade do Executivo, o decreto não tem, todos sabemos, a força moral de uma lei aprovada pela maioria dos deputados que compõem o Legislativo.

E tenho certeza que esta Lei será aprovada com a totalidade dos parlamentares com assento nesta Casa.

Além disso, o decreto estadual, editado pelo executivo para fazer frente momentânea ao vazio legal resultante da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal ao Estado de São Paulo, não garante créditos de ICMS em proporção suficiente para garantir a competitividade do setor.

Hoje, as indústrias de carne pagam 7% de ICMS sobre o preço do produto vendido aos açougues e supermercados do Estado. Quando a venda é realizada no mercado nacional, a alíquota de ICMS passa a ser de 12%.

E essa realidade tributária vem em prejuízo de quem produz, embora a Constituição Federal, em seu artigo 155, item I do parágrafo 2º, garanta o direito de deduzir do imposto a pagar o ICMS pago nas operações anteriores.

O ICMS, senhoras e senhores, é um imposto que, na sua estrutura constitucional, incide sobre o valor da venda dos produtos. Assim, o ICMS é apurado mediante a dedução do imposto que incidiu nas etapas anteriores de circulação da mercadoria, de seus insumos e dos serviços utilizados que tenham sido onerados pela incidência do tributo.

O produtor paranaense, contudo, embora pague o ICMS constante dos insumos necessários à produção, como medicamentos, alimentos, entre outros, não gera um crédito que possa ser utilizado por quem dele adquire seu produto.

É por essa razão, em obediência ao princípio da não cumulatividade previsto na Constituição Federal, que o projeto de lei ora em análise estabelece um crédito tri-

butário. Esse crédito beneficiará os estabelecimentos que transformam ou industrializam mercadorias adquiridas dos produtores. Esse princípio - é necessário frisar - já é observado por outros Estados.

Hoje, em função de uma equação tributária de efeitos perversos, grande parte da carne consumida no Paraná é importada do Mato Grosso do Sul, cuja legislação oferece vantagens sob a forma de créditos fiscais.

E, de outro lado, deixamos de vender carne para São Paulo, o maior mercado de consumo do País, porque a incidência de 12% de ICMS sobre o produto, sem redução dos créditos, torna nossos preços proibitivos. O mesmo ocorre em relação às aves e suínos.

Em todas as situações às quais faço referência, as indústrias perdem competitividade. O prejuízo? Bem, o prejuízo é repartido com os produtores paranaenses, que acabam recebendo menos por seus produtos. E também com o consumidor do nosso Estado, que acaba pagando o imposto maior embutido no preço do produto.

Para diminuir ao mínimo ou até mesmo para eliminar esse prejuízo, devolvendo a competitividade fiscal ao setor agropecuário paranaense, o projeto de lei por mim apresentado propõe um crédito de 7% de ICMS no mercado interno, igual à alíquota de 7% cobrada nas vendas dentro do Paraná. Na prática, portanto, a incidência de ICMS no mercado interno será extremamente baixa, uma vez que corresponderá somente ao valor agregado ao produto pelas indústrias e pelo comércio no processo de industrialização e de venda.

Já no que se refere à exportação de carnes, sobre os 12% de ICMS haverá um crédito também de 7%, o que reduzirá a alíquota na prática, a 5%, de forma a devolver a competitividade ao setor.

Tanto num caso, quanto em outro, o que se observa é a perspectiva palpável de ampliação do mercado consumidor, uma vez que a competitividade é, em essência, a oferta de produto a preço mais baixo. Além disso, no curto prazo, poderemos assistir à elevação da arrecadação, já que, uma vez estimulada, a produção certamente responderá com crescimento.

Em resumo, todos os elos da corrente de produção do setor - desde o fornecedor de insumos para o produtor até a indústria que beneficia o produto - serão beneficiados. E, com isso, quem ganha é o Paraná!

Tenho, assim como todos os que hoje estão aqui presentes e, também, grande parte dos meus colegas deputados, minhas raízes pessoais e profissionais profundamente fixadas no interior.

Estado com a melhor distribuição de terras do País, majoritariamente formada por pequenos produtores a ocupar pequenas propriedades, o Paraná tem uma estrutura fundiária exemplar.

E, embora em rápido processo de urbanização, é da abençoada terra do Paraná que extraímos grande parte do nosso progresso e riqueza. É nela que buscamos solução para grande parte do nosso progresso e riqueza. É nela que buscamos solução para grande parte de nossas desi-

gualdades sociais. E é certamente nela, responsável direta por 35% de todo o nosso produto interno bruto, que justificamos nossa existência.

Por isso é para mim, senhoras e senhores, uma honra pessoal ser o signatário de um projeto de lei de tal alcance.

É importante que se diga, contudo, que não se pretende, com uma única medida legal, corrigir todo um histórico de injustiça tributária com a atividade rural. A correção de injustiças só se dará, no plano legal, com a imprescindível reforma tributária a cargo do Congresso Nacional.

O que esta Assembléia Legislativa hoje deixa claro, é que não voltará as costas a um setor cuja atividade se confunde com a própria origem do Paraná.

Quero agradecer, ao terminar, a cooperação da Ocepar, da Faep, através de seus dirigentes, que foram parceiros, nesse projeto, que forneceram subsídios para que nós pudéssemos trazer a esta Casa de Leis, hoje, um projeto, sem dúvida nenhuma, de grande interesse a todo Estado do Paraná, porque o Paraná é agrícola, é da agricultura ainda que dependemos, é da pecuária, da suinocultura, da avicultura, onde geramos tantos empregos.

Peço aos senhores deputados que votem pela aprovação desse projeto que, sem dúvida nenhuma, não será a redenção do homem do campo, mas trará grande ajuda para continuarmos desenvolvendo este Estado.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para comunicar que a Bancada do PMDB, os sete deputados estão presentes e por isso os sete votaram favorável.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 006/2000, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho com sede em Dois Vizinhos. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 006/2000, de 16/02/2000).**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 171/2000, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Fundação Biblioteca Nacional - Escritório de Direitos Autoriais - EDA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 062/2000, de 29/05/2000).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 258/2000, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a instituir, nos municípios de grande porte, o Programa Centro de Convivência do Idoso. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 102/2000, de 14/08/2000).**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 267/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guairacá, com sede e foro no município de Guairacá. **Aprovado (Publ no DA nº 106/2000, de 21.08.2000).**

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 338/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar, sediado na cidade de Colombo-PR. **Aprovado (Publ no DA nº 143/2000, de 23.10.2000).**

#### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 378/2000, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no município de São Miguel do Iguaçu. **Aprovado (Publ no DA nº 157/2000, de 13.11.2000).**

#### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 396/2000, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no município de Marilândia do Sul. **Aprovado (Publ no DA nº 165/2000, de 22.11.2000).**

#### ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 102/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 13, da Lei nº 11.362, de 12 de abril de 1996, mantidos os seus atuais parágrafos, Fundo Estadual de Assistência Social. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI Nº 102/2001  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O art. 13, mantidos os seus atuais parágrafos, da Lei nº 11.362, de 12 de abril de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 - Constituem recursos dos FEAS:

I - valores obtidos pelo arredondamento de centavos para unidade de real nos talões das tarifas de energia elétrica e de água e esgotos;

II - dotações a ele consignadas nos orçamentos anuais do Estado;

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

V - verbas repassadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social;

VI - receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do Estado, patrimoniados ao órgão estadual responsável pela política de assistência social;

VII - produtos de convênios firmados com entidades financiadoras nacionais e estrangeiras;

VIII - produtos da arrecadação de multas e juros de mora, conforme destinação própria;

IX - outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

#### ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 053/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio social, com sede e foro em Curitiba-PR. **Aprovado. (Publ. no DA nº 014/2001, de 13.03.2001).**

#### ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 016/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2000. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2001, de 06.06.2001).**

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para fazer um registro a esta Casa que os 10 primeiros itens da Ordem do Dia são projetos de lei em redação final.

É para dar uma satisfação e um agradecimento a todos os companheiros que fazem parte da Comissão de Redação e assessoria jurídica desta Casa, que não têm medido esforços em atender os apelos da presidência, para que os projetos sejam agilizados.

Eu queria fazer isso porque, imagino eu, que pela primeira vez nesta Casa, numa Ordem do Dia, constem 10 projetos em Redação Final.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado e a presidência agradece o trabalho da Comissão de Redação como também o da Comissão de Constituição e Justiça que tem feito também um trabalho árduo e incansável.

#### ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que autoriza a implementação do ensino religioso na Rede Pública de ensino. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que altera a redação do Artigo 2º da Lei nº 11.182, de 23.10.95. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 643/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que determina que a internação de menores infratores seja efetuada nas proximidades do domicílio de seus pais ou responsáveis. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDH. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 643/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo determinar que a internação de menores infratores seja efetuada nas proximidades do domicílio de seus pais ou responsáveis.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade das Emendas apresentadas em Plenário, pelo senhor deputado Antonio Carlos Belinati, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável às Emendas de plenário.

Sala das Comissões, em 05.06.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

#### Apoioamento:

Duílio Genari, Serafina Carrilho, Caíto Quintana, Antonio Carlos Belinati, Ademar Traiano, Algaci Tulio, Marcos Isfer, Orlando Pessuti.

#### Abstenção:

Hermes Fonseca

**ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que cria o Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná - CEAO e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 013/2000

**P A R E C E R :**

A Emenda Substitutiva Geral, objeto desta análise é de autoria do ilustre deputado Durval Amaral, tendo por finalidade sanar o vício de origem do referido projeto transformando-o em autorizatório.

Cabe salientar que, de acordo com a Constituição Estadual, em seu artigo 66, inciso IV, a iniciativa de atribuir atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública (sendo direta e indireta) é exclusiva do governador.

Portanto a referida Emenda Substitutiva não supre a inconstitucionalidade cravada na proposição inicial (Projeto de Lei nº 013/2000), visto que autorizar a quem já está autorizado é preceito insustentável.

Salientando o seu elevado teor social a possibilidade de crescimento econômico e melhor gestão dos recursos naturais, caberá ao Poder Executivo atender ou não a presente proposta, merecendo a mesma a deliberação do douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Serafina Carrilho, Hermes Fonseca.

Para encaminhar, deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, gostaria de encaminhar contrário à Emenda do deputado Durval Amaral, e pediria aos senhores deputados para que votem pelo projeto original, sendo que o seu objetivo é incentivar os agricultores que trabalham com a produção orgânica, incentivar as entidades que também trabalham na questão da agricultura orgânica e por isso a Emenda que o deputado Durval tem apresentado, tira a essência do projeto, as normas do projeto, como seria o funcionamento, quantos membros e quem faria parte do Conselho, tira a parte que assegura às Prefeituras, no mínimo as que

atuam na agricultura orgânica, a presença de um membro no conselho, então, também a forma que seria eleito o presidente, o vice-presidente do conselho, a duração desse conselho.

Por isso, gostaria de pedir o voto contrário à Emenda do deputado Durval Amaral.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Gostaria de pedir a compreensão da deputada Luciana e solicitar à bancada de Governo para que vote a favor da Emenda do líder, deputado Durval Amaral, até porque, deputada Luciana, a Emenda do líder Durval Amaral, vem para adequar o seu projeto e não para criar dificuldades em termos de futuro.

Então, o objetivo na verdade, até por sugestão da Secretaria da Agricultura é que se fizesse essa Emenda para adequar o seu projeto e não termos aí no futuro a possibilidade de veto.

Então, nesse sentido exatamente, gostaria de pedir a sua compreensão para que pudéssemos aprovar a Emenda do deputado Durval Amaral; gostaria de pedir à bancada do Governo que votasse favorável à Emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, entendo que esta Assembléia Legislativa não pode no mesmo dia, num espaço de pouco mais de 10 minutos ter dois pesos e duas medidas.

Ainda há pouco aprovamos o projeto do deputado Hermas Brandão, instituindo benefícios ao setor produtivo rural, estabelecendo uma série de normas na área fiscal e tributária, e o projeto da deputada Luciana Rafagnin vem justamente nessa linha, de propor uma vida e uma ação melhor ao homem e à mulher do campo.

É evidente, deputado Ademar Traiano, que a Emenda Substitutiva de autoria do deputado Durval Amaral descaracteriza o projeto original da deputada Luciana, que institui uma série de procedimentos e que assegura, de fato e verdadeiramente, a existência de um Conselho Estadual de Agropecuária Orgânica no Paraná.

Por outro lado a Emenda proposta pelo deputado Durval, institui isso, mas deixa isso muito no “vamos ver se pode ser”. Quer dizer, se ainda há pouco agimos com coragem, com determinação em favor da produção agropecuária, em favor do setor agroindustrial, não podemos, dez minutos depois, desdizer aquilo que dissemos atrás e votar contra o projeto da deputada Luciana Rafagnin e a favor da Emenda, que descaracteriza o seu projeto original.

Seria a mesma coisa que nós virmos aqui amanhã ou quarta-feira, e aprovamos uma Emenda Substitutiva de Plenário descaracterizando o projeto do deputado Hermas, que hoje aprovamos pela unanimidade de votos.

Peço essa compreensão aos colegas parlamentares, para que aprovemos o projeto na forma em que propôs a

deputada Luciana Rafagnin e que rejeitemos a Emenda firmada pelo deputado Durval Amaral.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, não quero me ater aqui aos itens do projeto da deputada Luciana Rafagnin e do substitutivo do deputado Durval Amaral, mas quero dizer em complementação e, talvez até com mais clareza do que disse o deputado Orlando Pessuti, que a agricultura orgânica é hoje no Estado do Paraná, com certeza a agricultura com maior expansão dentro do Brasil e precisa de apoio. É o pequeno produtor.

É uma diferença muito grande entre o projeto original da deputada e o substitutivo do deputado Durval Amaral.

No projeto da deputada Luciana Rafagnin, fica criado o Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná. O substitutivo do deputado Durval Amaral, autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Estadual de Agropecuária Orgânica do Estado do Paraná. O projeto original cria o Conselho; o substitutivo, autoriza a criar.

Convenhamos, senhor presidente, tenho uma posição sempre clara, nesta Casa. O Poder Executivo não precisa de autorização da Assembléia para criar conselho nenhum. Se ele quiser criar, pode criar.

Portanto, essa modificação do artigo 1º, já mostra que, no instante que você autoriza o governo a fazer, é porque está se pondo um projeto para não ser cumprido.

O governo não vai instituir, fica no condicional, fica o dito pelo não dito e nós não teremos conselho nenhum.

Solicito e enfoco essa tese. Vamos continuar nessa tarde de hoje, dando uma demonstração de apoio à agricultura do Estado do Paraná. Votamos um projeto de autoria do deputado Hermas Brandão; vamos votar no original o projeto da deputada Luciana Rafagnin, rejeitando a emenda substitutiva do deputado Durval Amaral, porque descaracteriza completamente o projeto original.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, o deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Já encaminhei a Emenda do deputado Durval Amaral, e apesar das contestações dos deputados Caíto e Pessuti, aqui exercendo o papel de líder do Governo, nesta tarde, o objetivo da Emenda, na verdade, era adequar o projeto da deputada Luciana, para não encontrarmos, na seqüência, nenhum obstáculo que pudesse criar dificuldades no futuro.

Já que há esse entendimento por parte dos parlamentares que se colocaram contrariamente à Emenda, vamos liberar a Bancada para votar favoravelmente ao projeto da deputada Luciana Rafagnin, como está.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o substitutivo.

**Rejeitado.**

Está em votação o projeto.

**Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - de janeiro a maio de 2001 - Resolução nº 15, de 19.06.1992. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2001, de 21.02.2001).**

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

### PROPOSIÇÃO Nº 051/2001

#### P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão a Proposição nº 051/2001, dá conhecimento do relatório de movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao período de janeiro a maio de 2001, regulamentados pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, conforme artigo 14.

Analisando o referido relatório e demais peças a ele anexadas, constatamos que o todo encontra-se de conformidade com a legislação vigente, não restando dúvidas quanto a exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, requerimento nº 1910, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1942, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1950, de autoria dos senhores deputados Elio Rusch, Ademir Bier, Sérgio Spada, Antonio Baratter, Caíto Quintana e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

**O SR. SÉRGIO SPADA (Para Encaminhar)**

Solicito a palavra para dar a notícia à Casa que recebi há poucos instantes, telefonema dos assessores do deputado Irineu Colombo. Já está marcada a audiência com a juíza do Tribunal Federal de Recursos em Porto Alegre, e confirmada uma audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Mello, em Brasília e uma audiência com o ministro José Gregori para tratar da questão da violência e levar o nosso protesto contra a agressão física que houve pela Polícia Federal, a lideranças e população daquela entidade.

Eu gostaria de comunicar a Casa para que se programe para cumprirmos essas agendas.

Obrigado.

**O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)**

Lembro que em 1987 na minha primeira investidura como deputado estadual, fizemos uma comissão nesta Casa, deputados Caíto Quintana, Pedro Tonelli e outros, e fizemos uma visita à Estrada do Colono, fechada naquela época e depois, uma sessão de discussão sobre o assunto na Câmara Municipal de Medianeira, naquele momento.

É importante a criação dessa comissão, porque o Paraná ficou muito marcado, a nível nacional, pela violência praticada em cima dos agricultores, dos colonos e moradores, e é bom que se faça um comparativo: se não pode a Estrada do Colono, que liga a cidade de Serranópolis a Capanema, pessoas trafegarem por esta estrada-parque que à noite não funciona, e quem passa com carro maior, paga dez ou quinze, não importa, o que importa é que estava sendo preservada a estrada, é bom se questionar, e a comissão vai ter essa oportunidade, de questionar a Estrada das Cataratas. Ora, se não pode a Estrada do colono, como pode a Estrada das Cataratas, dentro do Parque Nacional do Iguaçu? como é que pode uma coisa e não pode outra?

Ou será que o lobby falou mais alto aí? Dos hotéis luxuosos lá das Cataratas do Iguaçu? O lobby de quem ganhou uma concorrência bastante polêmica da exploração da Estrada das Cataratas, que cobra R\$8,00 para um visitante ver os macaquinhos, ver lá os outros animais que estão lá no Parque Iguaçu? Por que essa diferenciação? Para quem trabalha, para a economia de várias cidade dessa região, é proibida a estrada. Agora, para se explorar o turismo lá na estrada das Cataratas é permitido? Faço questão que essa comissão, realmente, vá a fundo. E se possível for, até gostaria de ser indicado pelo meu partido para fazer parte. Quero questionar bastante.

Sou defensor do meio ambiente, mas há que se permitir que o homem tenha a convivência com o meio ambiente, para que ele possa dar o devido valor. Se pode a Estrada das Cataratas, porque não pode a Estrada do Colono?

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Em votação o requerimento. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 1542, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1900, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1911 a 1921, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1924 e 1925 de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1926 a 1929, 1956 e 1958 a 1960, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1930, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1931, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1933, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1934 e 1935 de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1936 a 1937, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1939 e 1940, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1941, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, com apoio dos deputados José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Marcos Isfer e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1943 e 1944, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1945 a 1948, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1949, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1952 a 1954, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1957, de autoria dos senhores deputados Marcos Isfer e Algaci Tulio, com apoio do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 1961, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1962, de autoria do senhor deputado Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1903 de autoria do senhor deputado Carlos Simões, com apoio dos senhores deputados Custódio da Silva, Nelson Garcia, Antonio Baratter, Elio Rusch e demais deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

#### O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, havia um requerimento do deputado Carlos Simões, com votos de congratulações ao secretário de Segurança, José Tavares.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Foi retirado pelo seu autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 643/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 059/2000, 219/2001 e do Projeto de Resolução nº 019/2001

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 527/99, 030, 129, 172, 228 e 343/2000.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CADA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS MARCOS ISFER E ALGACI TULIO, COM APOIAMENTO DO SENHOR DEPUTADO CEZAR SILVESTRI, EM SESSÃO DO DIA 18 DE JUNHO DE 2001

#### “Um Discurso Infeliz

Folha do Paraná

Há momento em que, calados, os homens públicos se expressam melhor. Perdeu esta oportunidade o secretário chefe da Casa Civil do governo paranaense, Alceni

Guerra, quando, ao invés de calar-se, desqualificou a manifestação de segunda-feira, em Curitiba, contra a venda da Copel. Ele disse que a marcha - que teve a função de entregar um documento do povo à Assembléia Legislativa, contendo 120 mil assinaturas contra a privatização da empresa - foi “um fracasso retumbante”.

Certamente o secretário não quereria que os 9 milhões de paranaenses fossem todos a Curitiba, mas ele sabe que a grande maioria da população não é a favor dessa venda que o governo agora quer. A passeata, que envolveu também organizações políticas e potenciais candidatos ao governo do Estado, não pode ser medida isoladamente, eis que foi apenas uma entre tantas manifestações. E qualificar de fracasso uma vontade do povo soa como desprezo do governo para com a sociedade. Ao invés de palavras de respeito pela livre manifestação popular, a arrogância.

A presença de bandeiras de coloração partidária e ideológica na marcha de Curitiba não invalida um movimento de opinião pública praticamente unânime, no Paraná, contra a venda da Copel. A passeata foi apenas um dos seus reflexos. Ou seria, também, “um fracasso retumbante” a posição da Associação Comercial do Paraná, da Federação das Indústrias do Paraná, da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, da Igreja Católica e demais segmentos da população que têm se manifestado contra a privatização da companhia paranaense de eletricidade?

Não pode, pois, o secretário afirmar que o momento tem “evidentes objetivos eleitorais”. Se também há políticos manifestando-se, isto não desqualifica a vontade dos cidadãos, porque, de qualquer modo, os políticos também têm representatividade popular. Jogar tudo à conta dos “objetivos eleitorais” é uma levianidade do porta-voz governamental. tudo será movimento político-partidário ou serão as vozes que bradam das multidões?

O governo custa a distinguir os brados populares, porque não deseja identificá-los. Melhor acreditar nas coisas da forma que pensa serem e não na realidade.

Não tem o menor fundamento a afirmação do secretário de que o povo não aderiu ao protesto porque “está compreendendo os argumentos do governo”. Em que lugar o povo está compreendendo? O secretário deveria pesar melhor suas palavras, pois não se viu em parte alguma tal compreensão. Não se conhece uma única manifestação pública a favor da privatização, a não ser os murmúrios que emanam da comunidade palaciana.

Outra afirmação lamentável do governo, pela palavra do secretário, é a de que a sociedade paranaense quer a venda da Copel para que o Estado tenha melhores condições de investir em saúde, educação e segurança pública. Esta é uma verdadeira decretação falimentar da competência do governo. A crer nisso, uma vez gasto dinheiro da venda da Copel, aquelas áreas fundamentais voltariam a ficar desassistidas, e mais patrimônio público teria que ser vendido e assim sucessivamente.



**Ata de Comissão:****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
03ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes senhores deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Hermes da Fonseca, Antonio Carlos Belinati, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Marcos Isfer e mais o deputado Edson Strapasson. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 381/2000 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 265/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Orlando Pessuti. O senhor presidente determina a entrega de cópia da matéria a todos os membros desta Comissão; 03) Projeto de Lei nº 232/2001 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati, na forma das emendas anexas - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 228/2001 de autoria do deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho, lido pelo deputado Duílio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 209/2001 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁ-

VEL da deputada Serafina Carrilho, lido pelo deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) projeto de Lei nº 172/2001 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho, lido pelo deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 203/2001 de autoria do deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho, lido pelo deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 187/2001 de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho, lido pelo deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Proposição-Veto nº 044/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho, lido pelo deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 196/2001 de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho, lido pelo deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 202/2001, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho, lido pelo deputado José Maria Ferreira; 12) Projeto de Lei nº 194/2001 de autoria do deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti na forma das emendas anexas - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária